

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTATÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISAS
COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
OBSERVATÓRIO FLUMINENSE DE TURISMO

Turismo

no Estado do Rio de Janeiro

2021

Ano base 2020



Janeiro de 2022

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

GOVERNADOR

Cláudio Bonfim de Castro e Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL

Nicola Moreira Maccione

PRESIDENTE DA CEPERJ

Gabriel Lopes

VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CEPERJ

Marcello Coimbra Costa

DIRETORIA DO CEEP

Thiago Larangeira

COORDENADORA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Nathália Emygdia de Andrade

EQUIPE TÉCNICA

Desirée Rosalino Marques

Laís Martins da Costa Ribeiro

Marina Marins Moretoni

Monique Rocha Nascimento

Thaylla Frazão

Thiago Brandão Peres

Vanessa Marins Amado Henriques

APOIO TÉCNICO

Antônio Marques Ferreira Neto

Paulo Vítor Lima

Apresentação

O Observatório Fluminense de Turismo (OFT) da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Fundação Ceperj) publica o relatório *Turismo no Estado do Rio de Janeiro 2021*, referente ao ano base de 2020, com o objetivo de contribuir para a construção do conhecimento acerca do turismo no estado do Rio de Janeiro e sobre o impacto desta atividade na economia.

Criado em 2019, a partir de demanda da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)¹, tendo em vista a necessidade de melhor compreensão do setor turístico no território fluminense, o OFT cumpre a função de monitoramento e análise do turismo a partir de dados secundários produzidos por organismos oficiais como o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério da Economia (ME) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já tendo publicado duas edições de *Turismo no Estado do Rio de Janeiro*, a primeira em 2019 e a segunda em 2020, o Observatório Fluminense de Turismo também integra a Câmara Setorial de Cultura, Turismo e Esportes da Alerj, que reúne diferentes atores envolvidos na atividade turística.

A presente publicação apresenta dados sobre o turismo no estado, compreendendo as regiões turísticas fluminenses, conforme o Programa de Regionalização Turística (PRT) e o *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*. Deste modo, as informações apresentadas encontram-se, sempre que possível, dispostas para cada uma das doze regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro, a saber: Águas do Noroeste, Agulhas Negras,

Baixada Verde, Caminhos Coloniais, Caminhos da Mata, Caminhos da Serra, Costa do Sol, Costa Doce, Costa Verde, Metropolitana, Serra Verde Imperial e Vale do Café. Nesta publicação, o leitor encontrará informações sobre as características das regiões turísticas fluminenses, as atividades econômicas ligadas ao turismo, a caracterização dos empregos no setor, os fluxos turísticos (de embarque e desembarque) nacionais e internacionais e o perfil das viagens, adquiridos a partir das seguintes bases de dados: Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), *Anuário Estatístico do Turismo (2021)* e o Suplemento Turismo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

¹Indicação Legislativa nº 961/2019 de 17 de junho de 2019.



Conteúdo

Introdução	5
1.Regiões Turísticas Fluminenses	7
1.1 Águas do Noroeste	9
1.2 Agulhas Negras	9
1.3 Baixada Verde	10
1.4 Caminhos Coloniais	11
1.5 Caminhos da Mata	11
1.6 Caminhos da Serra	12
1.7 Costa do Sol	12
1.8 Costa Doce	13
1.9 Costa Verde	14
1.10 Metropolitana	15
1.11 Serra Verde Imperial	16
1.12 Vale do Café	16
2. Atividades econômicas ligadas ao Turismo	17
2.1 Acampamento Turístico	18
2.2 Agência de Turismo	20
2.3 Guia de Turismo	21
2.4 Meio de Hospedagem	23
2.5 Organizadora de Eventos	25
2.6 Parque Temático	27
2.7 Transportadora Turística	28
3.Empregos no Turismo	30
4. Fluxo Turístico	38
5. Perfil das Viagens	47
6. Considerações Finais	58
7. Referências Consultadas	60

Introdução

O Patrimônio Turístico Fluminense

O Estado do Rio de Janeiro é composto por 92 municípios, dos quais 83 integram o *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ. Em seus 43.750,426 km² de áreaⁱⁱ, o Rio de Janeiro apresenta um relevante “potencial” turístico, uma vez que dotado de recursos naturais e culturais- de natureza material e imaterial- que são capazes de gerar e manter fluxos de deslocamento relacionados à atividade turística. Embora a pandemia da covid-19 tenha impactado significativamente as estatísticas do turismo para o ano de 2020ⁱⁱⁱ, o Rio de Janeiro é um dos principais destinos turísticos nacionais, o que se depreende dos números do *Anuário Estatístico do Turismo*, que relatam 1.252.267 desembarques internacionais no estado, em 2019, atrás apenas do estado de São Paulo, que recebeu a visita de 2.358.979 pessoas residentes em outros países.

Testemunhos inegáveis do patrimônio turístico- natural e cultural - que compõem seu território, são as quatro inscrições na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo elas: as “Paisagens Culturais Cariocas: entre a Montanha e o Mar”, inscritas desde 2012^{iv}; o “Sítio Arqueológico do Cais do Valongo”, desde 2017^v; o patrimônio misto “Paraty e Ilha Grande- Cultura e Biodiversidade”, que data de 2019^{vi}; e o “Sítio Roberto Burle Marx”, inscrito em julho de 2021^{vii}.

Ademais, o estado abriga parte considerável do patrimônio nacional material, listado nos Livros do Tombo² do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³, e imaterial, registrado no Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituído por meio do

²O patrimônio brasileiro de natureza material encontra-se tombado em quatro Livros do Tombo: i. Livro do Tombo Histórico; ii. Livro do Tombo das Belas Artes; iii. Livro do Tombo das Artes Aplicadas; e iv. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Pode-se consultar os patrimônios materiais tombados a nível nacional no site do Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso 03 de dezembro de 2021.

³O atual IPHAN, criado por meio da Lei N°378 de 13 de Janeiro de 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), inicialmente dedicou-se

à identificação, estudo, registro, preservação e conservação do patrimônio material brasileiro de excepcional valor. Com os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, que ampliou o conceito de cultura, expandiu-se a noção de patrimônio, diversificando-se assim a atuação do IPHAN. Atualmente, o IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo (MTUR) responsável pela promoção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e intangível. Outras informações, disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso 03 de dezembro de 2021.

Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000⁴. O estado do Rio de Janeiro conta também com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e outros órgãos, a nível municipal, responsáveis pela promoção e preservação dos patrimônios culturais: um inestimável recurso ao desenvolvimento da atividade turística e com o qual a prática de um turismo sustentável pode contribuir para sua valorização e preservação.

Para além de sua representatividade dentre os patrimônios culturais oficialmente reconhecidos, o Rio de Janeiro desempenhou função fundamental no desenvolvimento do Brasil. No decorrer de sua história foi centro político, econômico e cultural do país. Localizado no litoral, ajudou a aproximar o Brasil do resto do mundo, consolidando vias para o intercâmbio cultural. Foi palco e moradia de acontecimentos e personagens históricos. Abrigou importantes eventos a nível internacional, como a Grande Exposição Universal de 1922, que ocorreu à época da comemoração do Centenário da Independência, além dos megaeventos que sediou entre 2013 e 2016, como a Copa das Confederações, os Jogos Mundiais Militares, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo da FIFA, os Jogos Olímpicos Mundiais e as Paralimpíadas. No decorrer do tempo, o estado se desenvolveu, modernizou e ressignificou o lugar que ocupa no escopo nacional, sem nunca deixar de desempenhar um papel importante em termos econômicos, culturais, políticos e sociais.

Desse modo, o Rio de Janeiro preserva em sua paisagem cultural- aquela formada na relação entre os homens e a natureza- uma parte fundamental das histórias e das culturas nacionais. Mas tão importante quanto a trajetória política, econômica e cultural dos diferentes grupos sociais que participaram da formação do estado e do Brasil, é o inestimável patrimônio natural fluminense. Banhado pelo Oceano Atlântico e fazendo divisa com os estados de Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, sua extensão territorial conta com 477.339 hectares de áreas naturais protegidas, que testemunham a biodiversidade da Mata Atlântica Fluminense^{viii}.

Por meio da Lei nº 9985 de 18 de Julho de 2000 que, dentre outras providências, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Rio de Janeiro reúne diferentes categorias de áreas protegidas, sendo elas Unidades de Proteção Integral e Uni-

dades de Uso Sustentável. Como unidades de conservação (UC) de uso sustentável que permitem visitação (como, por exemplo, a visitação turística) compreendem-se as áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável, e reservas particulares do patrimônio natural^{ix}.

No interior de algumas dessas categorias de UC, ou em seus arredores, podem ser encontradas comunidades tradicionais- quilombolas, caiçaras, indígenas, entre outras- que têm suas possibilidades de sustento da vida limitadas pelo necessário registro e conservação do ambiente natural, que implicam a regulação dos usos do território. Nesse contexto, o turismo pode representar ainda uma oportunidade para a promoção de espaços naturais, a conscientização e educação ambiental e a valorização da natureza, contribuindo não apenas para sua preservação e manutenção, como para o desenvolvimento econômico e social de comunidades locais que vivem em UC's e/ou em suas imediações. Desse modo, o turismo pode se configurar como uma fonte de renda e trabalho para essas pessoas. O mesmo se pode dizer em relação às comunidades residentes em cidades históricas e em localidades que passaram ou passam por “processos de obsolescência” em decorrência das transformações do mercado e da migração dos centros de negócio e investimento para outras localidades.

Somam-se ao patrimônio cultural e natural fluminense, portanto, toda a diversidade de formas de vida e sociabilidades conformadas nas diferentes realidades sociais, econômicas, culturais, políticas, históricas e geográficas no interior do estado, no contexto urbano e/ou rural, que se não compõem o patrimônio oficializado - aquele chancelado por meio de instrumentos formais de registro, inventário e tombamento como os supracitados -, certamente integram o patrimônio turístico local, estadual, regional e/ou nacional. Em um momento em que o turista procura, cada vez mais, se relacionar com o local que visita, estabelecer relações de pertencimento, além de viver experiências únicas e diferenciadas, o patrimônio turístico fluminense- natural e cultural- é um manancial de oportunidades para o desenvolvimento da atividade turística no estado.

⁴O patrimônio cultural brasileiro intangível pode ser inscrito conforme suas características e particularidades em 4 (quatro) Livros de Registro: i. Livro de Registro dos Saberes; ii. Livro de Registro das Celebrações; iii. Li-

vro de Registro das Formas de Expressão; e iv. Livro de Registro dos Lugares. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso 03 de dezembro de 2021.



Regiões Turísticas

1 Fluminenses

Angra dos Reis



Terresópolis

Cabo Frio



Região Metropolitana



Atualmente, o patrimônio turístico do Rio de Janeiro é compreendido em doze regiões turísticas, conforme o *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*⁵, instrumento do Ministério do Turismo para auxiliar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para este setor no Brasil. Em sintonia com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), o *Mapa do Turismo* possibilita categorizar os municípios no interior de cada região turística de acordo com o nível de desempenho do turismo no âmbito municipal, agrupando-os nos grupos A, B, C, D e E (onde 'A' apresenta o maior desempenho e 'E' o menor desempenho). A inscrição dos municípios no mapa segue critérios pré-determinados e sua categorização é realizada pelo MTur⁵.

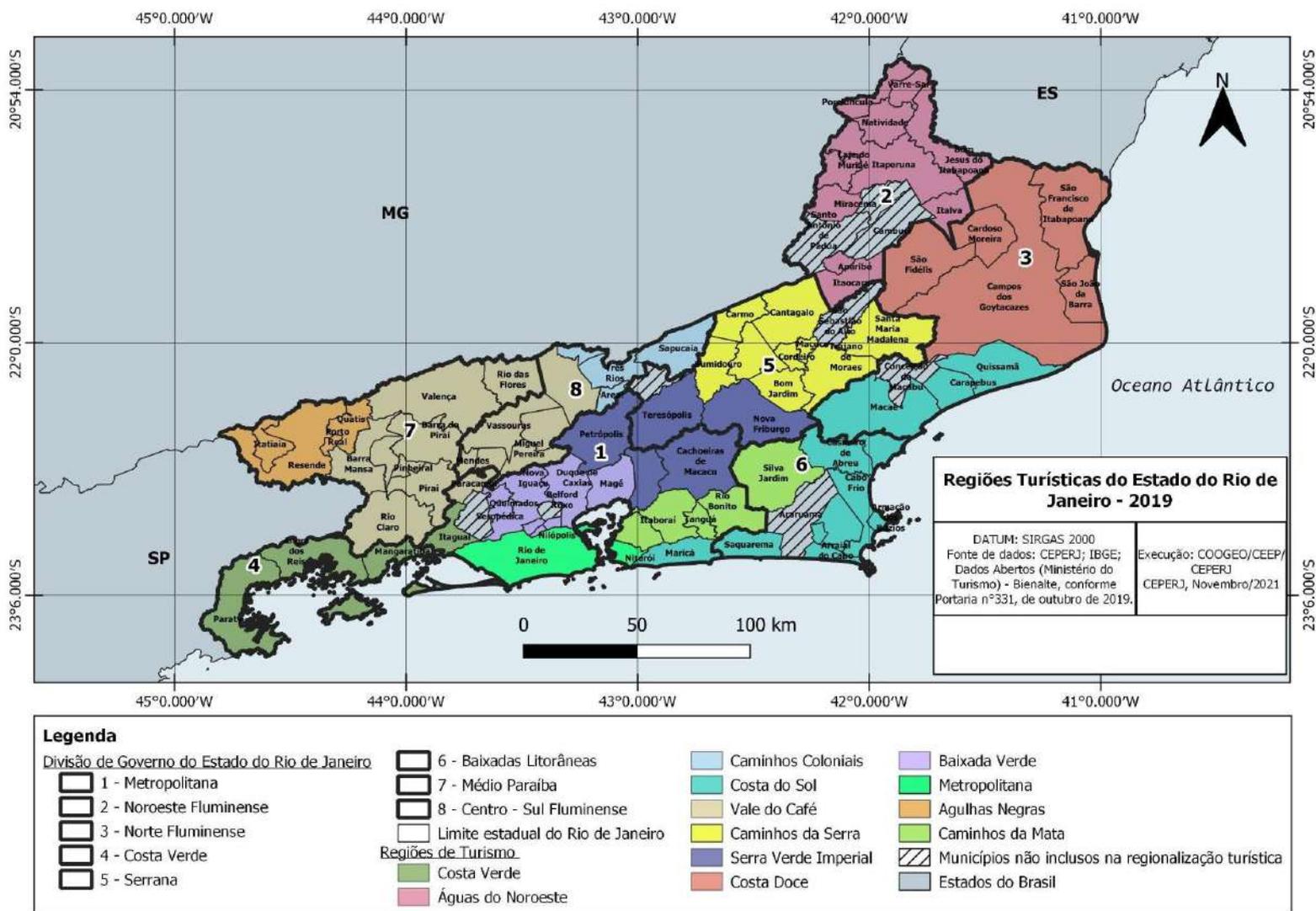
A disposição dos municípios em regiões se dá por meio da deliberação dos gestores estaduais e prioriza a inclusão de municípios turísticos ou impactados pelo setor de viagens, agrupando-os conforme sua proximidade e similaridades de caráter cultural, histórico, econômico, geográfico ou outras. De acordo com a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Turisrio), as regiões turísticas são instâncias de articulação entre o estado e os municípios, que traduzem uma "identidade geográfica, paisagística, territorial e da oferta de infraestrutura e serviços"^{xi}.

A regionalização do turismo, em consonância com o PRT, pressupõe a gestão descentralizada do turismo e a articulação entre o estado e os municípios por meio de instâncias de governança regional. Agrupam-se, dessa maneira, em um mesmo território regional, municípios que no âmbito estadual enquadram-se em diferentes regiões de governo. Dos 92 municípios, 83 compõem o *Mapa do Turismo Brasileiro*^d e nove municípios não integram as regiões turísticas delimitadas; são eles: Araruama, Belford Roxo, Cambuci, Conceição de Macabu, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto e Seropédica.

O mapa, a seguir, exhibe as oito regiões de governo do estado sobrepostas às doze regiões turísticas fluminenses.

⁵Uma nova versão do Mapa do Turismo Brasileiro está prevista para março de 2022, por meio da PORTARIA MTUR Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021, e deverá ser atualizada anualmente. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=237:mtur-prorroga-prazo-para-abertura-do-sistema-de-atualizacao-do-mapa-do-turismo-brasileiro&catid=17&Itemid=121>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

Figura 1. Mapa das regiões turísticas (2019-2021) e das regiões de governo no estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Fundação CEPERJ; IBGE; Dados Aberto (Ministério do Turismo), 2021.

Em termos de segmentação turística- entendida a partir da relação entre a motivação dos deslocamentos turísticos e a oferta de serviços e equipamentos turísticos nas localidades receptoras (ou destinos)-, o estado do Rio de Janeiro abrange diferentes segmentos e suas variações, como Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Cultural, Turismo de Aventura, Ecoturismo, Turismo de Sol e Praia, Turismo Rural, Turismo de Esportes, Turismo de Saúde, Turismo de Compras, entre outros, como o Turismo Cinematográfico e o Turismo Literário por exemplo⁶.

A seguir, apresenta-se, brevemente, as características das regiões turísticas fluminenses.

⁶Um estudo mais aprofundado acerca da relação entre a oferta e a demanda se faz necessário para o melhor mapeamento da distribuição destes segmentos no estado.

1.1 Águas do Noroeste

Águas do Noroeste possui aproximadamente 3.879,93km² de área e população estimada em 272.302 habitantes^{xii}. A região abrange dez municípios do estado do Rio de Janeiro: Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai. O território assemelha-se àquele contido pela região de governo⁷ 'Noroeste Fluminense', indicada pelo número 2 no mapa, excetuando-se os municípios de Cambuci, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá.

A região reúne municípios que se desenvolveram a partir do século XVIII ou XIX, remontando ao processo de catequização de indígenas, à produção cafeeira, ao cultivo de cana de açúcar e à colheita de algodão ou ervas. Pela proximidade com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, configurou-se, no passado, como uma área de circulação de produtos, com municípios que se tornaram importantes praças comerciais do interior, sobretudo com a inauguração da Estrada de Ferro do Brasil, em 1864.

A atratividade turística das Águas do Noroeste concentra-se na vivência de ambientes naturais, paisagens montanhosas, vales, cachoeiras e corredeiras; além do valor histórico-cultural materializado em praças, igrejas, pontes, casarões, vilas, fazendas e casas de cultura. Destacam-se, também, as fontes de águas termais que podem ser encontradas, por exemplo, nas cidades de Itaperuna e de Bom Jesus do Itabapoana.

De acordo com a categorização proposta pelo MTur, os municípios distribuem-se entre as categorias de desempenho turístico B, C, D e E. Itaocara é o município mais desenvolvido turisticamente, sendo o único da região turística Águas do Noroeste categorizado no grupo B.

⁷As características do território contemplado pelas regiões de governo e seu potencial para a atividade turística podem ser encontrados na segunda edição de Turismo no Estado do Rio de Janeiro, publicada em 2020, pela Fundação CEPERJ.

1.2 Agulhas Negras

A região turística Agulhas Negras contempla os municípios de Itatiaia, Porto Real, Quatis e Resende, abrangendo uma área de cerca de 1.676 km² e uma população de 200.372 habitantesⁱⁱⁱ. Localiza-se em uma pequena parte da região de governo ‘Médio Paraíba’ (indicada pelo número 7 no mapa) e faz divisa com os estados de Minas Gerais e São Paulo.

Inicialmente povoada por indígenas, a região passou a ser ocupada por homens brancos com o escoamento da produção aurífera das Minas Gerais pelo Rio de Janeiro. O desenvolvimento dos quatro municípios que conformam a região turística Agulhas Negras não se deu de modo concomitante, mas teve início com o crescimento de Resende, passando por várias transições econômicas e sendo marcado tanto pela plantação canavieira e cafeeira quanto pela pecuária e pelo advento industrial.

O turismo na região conta com um relevante patrimônio natural e cultural. A cobertura vegetal de floresta pluvial subtropical, em especial o Parque Nacional do Itatiaia, atrai turistas e visitantes adeptos do ecoturismo, tendo como principais atrativos os picos das Agulhas Negras e das Prateleiras. Além disso, a região possui um patrimônio cultural diferenciado, marcado pela herança da imigração finlandesa, suíça, italiana e francesa.

De acordo com dados do *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, a região turística Agulhas Negras compreende municípios dentro das categorias B e D de desempenho turístico, com Itatiaia e Resende compondo o primeiro grupo e Porto Real e Quatis o segundo.

resende.rj.gov.br/turismo



queimados.rj.gov.br/municipio

1.3 *Baixada Verde*

A região turística Baixada Verde reúne oito municípios fluminenses, a saber: Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Juntos, eles conformam uma área aproximada de 1.632,077 km² com população estimada em 3.074.479 pessoas^{xii}, localizada no centro-oeste da região de governo 'Metropolitana' (indicada pelo número 1 no mapa).

A região turística em questão abriga quase 1/3 de toda área verde preservada na região de governo 'Metropolitana', fazendo jus ao título de Baixada Verde, e compreende a atividade turística como aliada ao desenvolvimento econômico e social de municípios, muitas vezes marcados por adversidades e estigmas associados à pobreza e à violência^{xiii}. A Baixada Verde reúne um vasto patrimônio natural- que contrasta com o intenso processo de crescimento industrial e urbano desordenado da região-, como o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e a Reserva Biológica do Tinguá.

Dessa maneira, a despeito das limitações ora impostas à atividade turística, dada as condições contextuais e estigmas que circundam os municípios que compõem a Baixada Verde, a região possui potencial para o excursionismo. Apresenta um relevante patrimônio natural e também cultural, tendo em vista seu papel no processo de interiorização da ocupação territorial, uma vez localizada nas imediações da então capital, a cidade do Rio de Janeiro, reunindo testemunhos da história e cultura fluminenses na arquitetura civil, religiosa e rural.

Sublinha-se, conforme dados do *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, que Duque de Caxias e São João de Meriti são os municípios que apresentam melhor desempenho da região, formando o grupo B, ao passo que Magé e Nova Iguaçu integram a categoria C e, os demais, a categoria D.

1.4 Caminhos Coloniais

A região turística Caminhos Coloniais é formada pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Sapucaia e Três Rios. Localizada na região de governo 'Centro-Sul Fluminense' (indicada no mapa pelo número 8), sua extensão territorial chega a 1.085,879 km² com uma população estimada em 122.091 pessoas^{xii}.

A oferta turística regional é rica em belezas naturais e patrimônio histórico-cultural. Apresenta uma paisagem formada por vales, morros e rios muito procurada por turistas do segmento de turismo de aventura para a prática de esportes, como o *rafting*, rapel, tirolesa e montanhismo. Além disso, abriga exemplares do estilo eclético de inspiração neogótica, como a Igreja de Mont Serrat, em Comendador Levy Gasparian, e mourisca, como a Fazenda Louredo, em Sapucaia.

O nome desta região deve-se ao papel que desempenhou na história colonial, localizada às margens do Caminho Novo, construído no início do século XVIII para diminuir a distância entre o litoral e a região mineradora de Minas Gerais, trajeto que poderia levar cerca de três meses. Acredita-se que o escoamento da produção aurífera e diamantífera passou a ocorrer em 10 dias no trecho entre Vila Rica e Rio de Janeiro com a abertura do Caminho Novo. Desse modo, a região abriga testemunhos importantes do desenvolvimento do Brasil Colônia.

Conforme dados do *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, dos quatro municípios fluminenses que formam a região turística Caminhos Coloniais, três estão categorizados no grupo de municípios D, ao passo que Três Rios é o município de melhor desempenho turístico com a categoria C.

mapadecultura.com.br/city/comendador-levy-gasparian

Comendador Levy Gasparian



novaiguacu.rj.gov.br/cidade/#historia

1.5 *Caminhos da Mata*

A região turística Caminhos da Mata abrange parte da região de governo 'Metropolitana', com os municípios de Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá, e da região de governo 'Baixadas Litorâneas', com o município de Silva Jardim, indicadas pelos números 1 e 6 no mapa, respectivamente. Juntos, estes municípios reúnem uma população estimada em 1.460.376 habitantes, em uma extensão territorial de 2.218,341 km²^{xii}.

A oferta turística regional pauta-se, de um lado, no patrimônio natural e, de outro lado, no patrimônio histórico-cultural. No que se refere ao patrimônio natural, a região Caminhos da Mata abriga o município brasileiro com maior número de unidades de conservação no país do tipo RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural: Silva Jardim^{xiv}. Silva Jardim e Rio Bonito oferecem ao visitante experiências em ambientes naturais, com quedas d'água, rios, cachoeiras e uma extensa floresta remanescente da Mata Atlântica brasileira. Constata-se, dessa maneira, o potencial para o segmento do ecoturismo.

Quanto ao patrimônio histórico-cultural, destacam-se o Parque Paleontológico de São José, por onde passou o naturalista inglês Charles Darwin, em Itaboraí; o Centro de Memória da Imigração, a Ilha das Flores, fazendas tricentenárias em São Gonçalo; e testemunhos da história industrial do século XX, em Tanguá. Destaca-se, no entanto, que o principal atrativo do Município de Tanguá é, hoje, o Circuito da Laranja.

De acordo com o Ministério do Turismo, os municípios distribuem-se entre as categorias C e D, com Itaboraí, Rio Bonito e São Gonçalo compondo o primeiro grupo e Tanguá e Silva Jardim, o segundo.

1.6 Caminhos da Serra

A região turística Caminhos da Serra reúne nove municípios do estado do Rio de Janeiro, são eles: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, Sumidouro e Trajano de Moraes. A região apresenta área aproximada de 309.265,192 km² e população estimada em 143.206 pessoas^{xiii}. Localizada no centro-norte fluminense, abrange parte da região de governo 'Serrana' e caracteriza-se pelo clima tropical e subtropical, com estações bem definidas e temperaturas que variam de 19° a 26°.

No decorrer de seu desenvolvimento, a região hoje conhecida como Caminhos da Serra representou um importante papel na colônia. Povoada principalmente a partir do século XVIII, sua ocupação deu-se inicialmente pela instalação de capelas, ou por apropriações ilegais, em algumas localidades consideradas de povoamento proibido pela coroa. Cresceu a partir da produção aurífera de Cantagalo, do Ciclo do Café e da expansão da estrada de ferro.

A atividade turística de Caminhos da Serra concentra-se nos modos de vida interioranos e na ruralidade, que são compreendidas como potenciais para a prática do turismo rural. Formada por cidades pequenas e com ritmo de vida tranquilo, a região conserva tradições culturais e religiosas que remetem ao século XIX. Aliada ao patrimônio histórico-cultural das cidades, somam-se fazendas e plantações favoráveis ao turismo rural e espaços naturais propícios à prática de esportes de aventura, ecoturismo e bem-estar.

Conforme dados do *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, Cantagalo é o município que apresenta maior desempenho (na categoria C) e Sumidouro o menor desempenho (na categoria E). Todos os demais compõem a categoria D de desempenho turístico.

commons.wikimedia.org/wiki/Santa_Maria_Madalena





commons.wikimedia.org/wiki

Armação dos Búzios

1.7 Costa do Sol

A região turística Costa do Sol é formada por doze municípios, sendo eles: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema. Composto uma das maiores regiões turísticas do estado, possui uma área de 4.666,178 km² e uma estimativa populacional de 1.210.393 pessoas^{xii}. Sua extensão territorial abrange partes das regiões de governo 'Metropolitana', 'Noroeste Fluminense' e 'Baixada Litorânea' (indicadas pelos números 1, 3 e 6 no mapa).

As belezas naturais fazem com que grande parte das cidades que compõem esta região tenha no turismo uma de suas principais fontes de renda e receitas. A Costa do Sol atrai turistas interessados em destinos de praia e esportes aquáticos, apresentando praias com mar bravio (ideal para a prática de surf), tranquilo (propício para as crianças), com ventos (propício à prática de *wind* e *kitesurf*), águas cristalinas (procuradas por praticantes de mergulho) e etc.

Em sete dos doze municípios da Costa do Sol, encontram-se ainda áreas protegidas descontínuadas, que compõem o primeiro parque mosaico do Brasil, o Parque Estadual da Costa do Sol, criado em 2011. O parque possui cerca de um milhão de metros quadrados e tem como objetivo proteger a fauna e flora locais em meio à vegetação de restinga, além de preservar a Mata Atlântica e as ilhas costeiras.

Para além da paisagem e patrimônio naturais, a gastronomia local apresenta potencial para o turismo gastronômico, conhecida pela culinária à base de frutos do mar e por restaurantes de gastronomia internacional. A região turística Costa do Sol reúne tanto destinos de vida noturna movimentada, como destinos mais tranquilos, ideais para o descanso.

A análise dos dados realizada pelo MTurⁱ categorizou os municípios da Costa do Sol nos grupos A, B e C de desempenho turístico, exceto os municípios de Quissamã e Carapebus, com avaliações D e E, respectivamente.

1.8 Costa Doce

A região turística Costa Doce é composta pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, e localiza-se em parte da região de governo 'Norte Fluminense' (indicada pelo número 3 no mapa). Com cinco municípios, apresenta extensão territorial de 7.160,349 km² e abrange uma população estimada em 645.155 pessoas^{xii}.

A história dos municípios que compõem a Costa Doce foi marcada inicialmente por conflitos com populações indígenas endógenas. O desenvolvimento desta região do estado acompanhou a ascensão da cana de açúcar e a transição dos engenhos a vapor para as usinas no século XIX. O cultivo do café também impulsionou o crescimento de regiões que hoje compreendem, por exemplo, o município de Cardoso Moreira.

A descoberta do petróleo e do gás natural e o início da produção comercial, na Bacia de Campos, em 1977, conformou um significativo impulso na economia local. Mas os fluxos turísticos não se restringem àqueles ocasionados por negócios associados à atividade *offshore* em Campos dos Goytacazes. Destaca-se na região turística Costa Doce a sua paisagem natural e cultural que oferece desde praias, falésias, rios e cachoeiras, a exemplares da arquitetura eclética. Além disso, existem danças tradicionais- como a Mana Chica e o jongo (registrado em 2005 como patrimônio imaterial pelo IPHAN)-, festas e doces tradicionais, como o chuveisco e a goiabada.

No *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, os municípios da Costa Doce encontram-se categorizados nos grupos B (Campos dos Goytacazes), C (São Francisco de Itabapoana e São João da Barra) e D (Cardoso Moreira e São Fidélis) de desempenho turístico.





caronacultural.com.br
Paraty

1.9 *Costa Verde*

A região turística Costa Verde reúne quatro municípios do estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty; e ocupa a região de governo de mesmo nome (indicada no mapa pelo número 4). Apenas o município de Itaguaí enquadra-se na região de governo 'Metropolitana', mas, por sua proximidade e similaridade de oferta, conforma a região turística Costa Verde, que soma uma extensão territorial de 2.387,928 km² e uma população estimada em 436.834 pessoas^{xiii}.

Como é característico do estado do Rio de Janeiro, a região da Costa Verde apresenta potencial turístico por seus aspectos naturais e culturais. A inscrição de Paraty e Angra dos Reis na lista do patrimônio mundial como patrimônio misto, realizada pela Unesco, em 2019^{vi}, é um reconhecimento do excepcional valor do patrimônio natural e cultural que esta região abriga, além de dá-lo maior visibilidade em termos nacionais e internacionais.

A região se estende pelo extremo sul do estado e possui cerca de 180 km de praias, além de áreas de preservação ambiental em diferentes níveis de registro: municipal, estadual e federal; como o Parque Nacional da Serra da Bocaina ou o Parque Estadual Cunhambebe. Por suas características naturais apresenta potencial para o turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo de aventura, além de toda a riqueza histórico-cultural associada ao passado colonial e ao papel que desempenhou no Ciclo do Ouro, configurando a principal rota de escoamento da produção aurífera e diamantífera das Minas Gerais pela Estrada Real, até a abertura do Caminho Novo.

De acordo com dados do *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, os municípios desta reunião apresentam alto desempenho turístico, localizando-se no grupo de municípios da categoria A (Angra dos Reis e Paraty) e B (Itaguaí e Mangaratiba).

1.10 Metropolitana

A região turística Metropolitana é composta pelos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, e está localizada na região de governo 'Metropolitana' (indicada no mapa pelo número 1). O Rio de Janeiro, capital do estado, é reconhecido internacionalmente por suas belezas naturais, figurando entre os principais portões de acesso ao Brasil por turistas internacionais⁸. A região apresenta um território de 1.334,086 km² e uma população es-

timada em 7.292.542 pessoas^{xii}.

Os municípios que formam a região turística metropolitana são separados por 13 quilômetros de águas da Baía de Guanabara e ligam-se via Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói. Em 2012, as belezas naturais e o patrimônio cultural das cidades receberam a chancela da Unesco como patrimônio mundial da humanidade, na categoria paisagem cultural com a candidatura *Paisagens Culturais Cariocas: entre a Montanha e o Mar*^{iv}, que reúne, dentre outros atrativos, o Cristo Redentor, eleito uma das sete maravilhas do mundo moderno.

A cidade do Rio de Janeiro é procurada, a qualquer época do ano, pelos turistas que viajam tanto a negócios, quanto para participar de eventos ou por sua oferta natural e cultural, além de diversidade de atrativos. Os mares, montanhas, reservas naturais, a vida diurna e noturna e toda a diversidade cultural da cidade, que durante séculos foi ponto de encontro de pessoas oriundas de diferentes regiões do país e lugares do mundo, palco de projetos de modernização e reestruturação urbana, concederam ao Rio de Janeiro o apelido de "Cidade Maravilhosa"^{xv}. Destaca-se ainda, que a cidade do Rio de Janeiro figura com três inscrições na lista do patrimônio mundial da humanidade; além da paisagem cultural citada, abriga o *Sítio Arqueológico do Cais do Valongo*^{vi} e o *Sítio Roberto Burle Marx*^{vii}.

Niterói também se caracteriza pela diversidade de atrativos turísticos. A cidade é a segunda do mundo com a maior quantidade de obras projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que compõem a paisagem urbana. Distribuídas pelo circuito turístico Caminho Niemeyer estão: a Fundação Oscar Niemeyer, o Memorial Roberto Silveira, o Teatro Popular Oscar Niemeyer, a Praça Juscelino Kubitschek, o Reserva Cultural, a Estação Hidroviária de Charitas e o Museu de Arte Contemporânea (MAC), principal cartão-postal da cidade.

Desse modo, Niterói apresenta potencial para o turismo cultural, abrigando outros espaços culturais e museus, como o Museu Janete Costa de Arte Popular e o Museu Arqueológico de Itaipu, além de comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas. No que se refere aos recursos turísticos naturais, a cidade abriga um relevante patrimônio natural composto por praias, lagoas e áreas de proteção ambiental propícias ao desenvolvimento do turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, dentre outros.

Conforme dados do Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021i, estima-se que a região Metropolitana é uma das mais desenvolvidas turisticamente, com municípios categorizados nos grupos A (Rio de Janeiro) e B (Niterói), de acordo com a análise realizada pelo Ministério do Turismo.

⁸Em 2020 o estado do Rio de Janeiro ficou em terceiro lugar, recepcionando 17,6% da demanda turística internacional, atrás apenas de São Paulo (29,5%) e Rio Grande do Sul (23,3%). Destaca-se que, no estado do Rio de Janeiro, a capital é o principal portão de entrada, concentrando os desembarques de turistas residentes e não residentes nos aeroportos do Galeão e do Santos Dumont.

1.11 Serra Verde Imperial

A região turística da Serra Verde Imperial é composta por cinco municípios, que integram parte das regiões de governo 'Metropolitana' e 'Serrana' (sinalizadas pelos números 1 e 5 no mapa): Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Localizada na Serra dos Órgãos, a 810 metros de altitude em meio à Mata Atlântica e apenas a 60 km do Rio de Janeiro, pela BR-040, esta região apresenta um território de 3.812,103 km² e uma estimativa populacional calculada em 806.505 pessoas^{xii}.

A Serra Verde Imperial é conhecida por conjugar e promover uma ampla oferta de atrativos turísticos. A região congrega parques naturais, monumentos histórico-culturais, cachoeiras, polos de moda e compras, fábricas de cerveja e festas tradicionais. Serra Verde Imperial conta com diversas cachoeiras, trilhas e montanhismo, possuindo a travessia mais famosa do país, entre Petrópolis e Teresópolis, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Os municípios da Serra Verde Imperial são procurados durante o verão pela cultura, pelo ecoturismo e, por conta do clima ameno, sendo também muito procurados durante o inverno, época em que são realizados diversos festivais culturais e gastronômicos. O papel desempenhado pela região, sobretudo pelo município de Petrópolis no Brasil Império, abrigando a família real, é hoje expresso na variedade de atrativos de cunho histórico, como o Museu Imperial.

Conforme dados do *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, os municípios distribuem-se em várias categorias de desempenho turístico, encontrando-se Petrópolis no grupo A; Nova Friburgo e Teresópolis no grupo B; Cachoeiras de Macacu no grupo C; e Guapimirim no grupo D.

Petrópolis





1.12 Vale do Café

A região turística do Vale do Café localiza-se, majoritariamente, nas regiões de governo ‘Médio Paraíba’ e ‘Centro-Sul Fluminense’ (indicadas pelos números 7 e 8 no mapa). Somando um total de quinze municípios, o Vale do Café é formado por Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty de Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. A região apresenta um território de 6.647,823 km² e uma população estimada em 943.425 pessoas^{xii}.

O Vale do Café recebe este nome uma vez que o café foi a principal fonte de renda e expansão territorial da região, no século XIX. Naquela época, a região produzia a maior parte da produção nacional do café consumido no mundo, garantindo ao Brasil a liderança mundial em sua produção e exportação. Apesar de a região ter sido marcada, durante muitos anos, como uma região “falida”, remanescente de uma sociedade escravocrata e que promoveu a derrubada maciça da mata atlântica para o plantio, a região é testemunho de parte da história e cultura do Império, pois conta com mais de 300 fazendas, das quais 231 são consideradas patrimônio cultural e histórico pelo IPHAN, um relevante legado histórico e econômico.

A região do Vale do Café é atrativa também do ponto de vista gastronômico e pela realização de festas típicas. O Festival Vale do Café, idealizado por Cristina Braga, primeira harpista da Orquestra Sinfônica do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com direção artística de Turibio Santos, apresenta concertos de música nas fazendas, shows em praças públicas e igrejas, além de promover oficinas de música voltadas para as crianças da região. Outra atração é a famosa Festa do Tomate, em Miguel Pereira, que reúne milhares de shows de artistas conhecidos e turismo gastronômico, movimentando o turismo e a economia local.

Conforme dados do *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*ⁱ, os municípios do Vale do Café encontram-se dentre os grupos de municípios com categoria de desempenho turístico B, C e D. Volta Redonda, Valença e Barra do Piraí são os três municípios com melhor desempenho na região.

2

Atividades econômicas ligadas ao turismo

monumento natural dos morros do pão de açúcar e da urca

Museu de Arte Contemporânea de Niterói

Porto Real

Maracanã

As vantagens econômicas que a atividade turística proporciona são, na maioria das vezes, a principal força de impulso para o desenvolvimento do turismo nas localidades turísticas. Tais vantagens podem acompanhar benefícios em termos sociais, culturais e ambientais, embora a atividade turística, quando não planejada, organizada e fiscalizada, possa acarretar também impactos negativos para estas dimensões e para a economia^{xvi}.

A oferta turística reúne um conjunto de infraestrutura e superestrutura capazes de atrair turistas e visitantes e de possibilitar a produção e consumo da atividade turística, envolvendo dentre outras coisas, diferentes serviços, estabelecimentos e profissionais atuantes no setor. Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, foi elaborado um sistema oficial para o cadastro de empreendimentos, equipamentos e profissionais do turismo, que entrou em vigor em 2006, denominado Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur)^{xvii}.

O Cadastur funciona como uma ferramenta de planejamento, fornecendo informações sobre o mercado turístico brasileiro, e visa o ordenamento, formalização e legalização dos prestadores de serviços turísticos no território nacional. De acordo com a Lei Geral do Turismo nº 11.771/2008 e com a Lei nº 8.623/1993, há um conjunto de atividades turísticas cujos prestadores de serviços devem estar inscritos no Cadastur para atuarem legalmente no setor, a saber: 'Acampamento Turístico', 'Agência de Turismo', 'Guia de Turismo', 'Meio de Hospedagem', 'Organizadora de Eventos', 'Parque Temático' e 'Transportadora Turística'.

O sistema possibilita também o cadastramento opcional de outras oito atividades: 'Casas de Espetáculos e Equipamento de Animação Turística', 'Centro de Convenções', 'Empreendimento de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva', 'Locadora de Veículos para Turistas', 'Empreendimento de Entretenimento e Lazer e Parque Aquático', 'Prestador Especializado em Segmentos Turísticos', 'Prestador de Infraestrutura de Apoio para Eventos' e 'Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares'.

A seguir são apresentadas a evolução histórica do número de cadastros obrigatórios realizados no Cadastur para o estado do Rio de Janeiro e sua distribuição dentre as regiões turísticas fluminenses. Os dados são disponibilizados pelo MTur trimestralmente. Para fins comparativos, adotou-se o quarto trimestre de cada ano como referência.

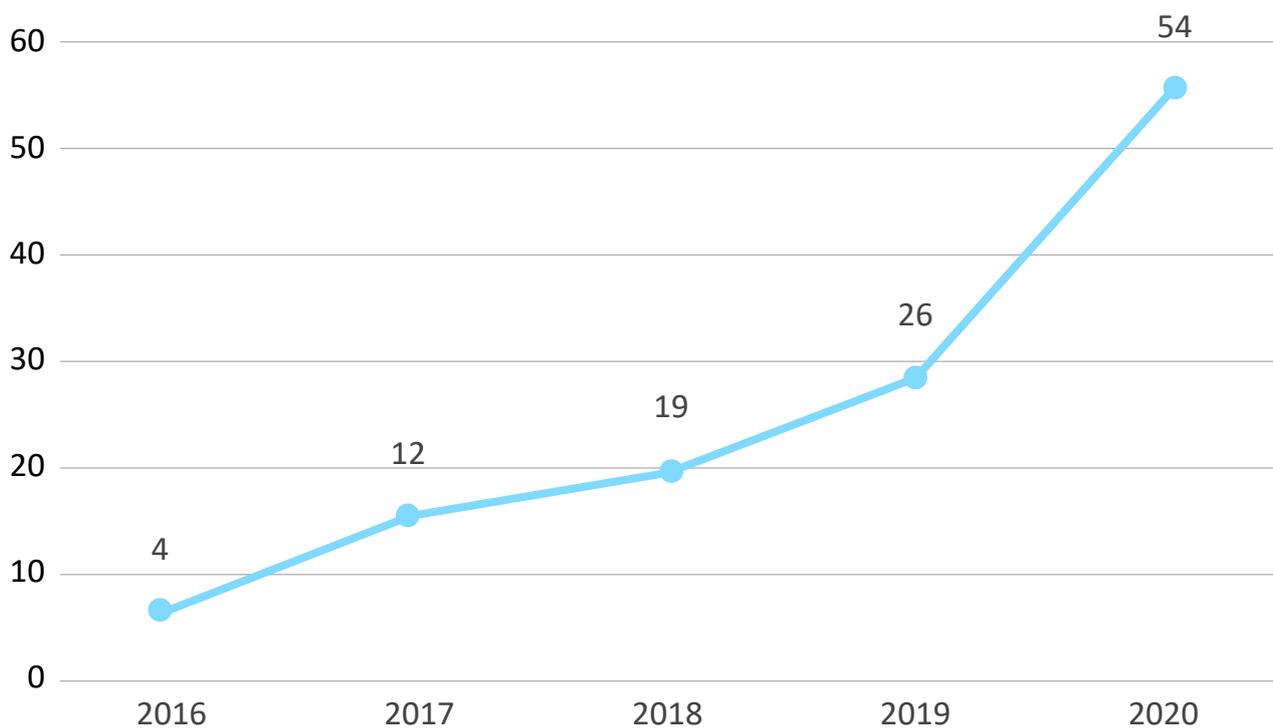


2.1 Acampamento Turístico

De acordo com o *Glossário do Turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos*, os acampamentos turísticos são: “Áreas especialmente preparadas para a montagem de barracas e o estacionamento de reboques habitáveis, ou equipamento similar, dispondo, ainda, de instalações, equipamentos e serviços específicos para facilitar a permanência dos usuários ao ar livre” .

Nos últimos cinco anos, entre 2016 e 2020, o número de acampamentos turísticos cadastrados aumentou de 4 para 54 estabelecimentos, representando um crescimento significativo. A análise da Figura 2, abaixo, permite constatar um aumento de oito estabelecimentos inscritos no Cadastur entre 2016 e 2017, sete entre 2017 e 2018, sete entre 2018 e 2019, e 28 do ano de 2019 para o ano de 2020.

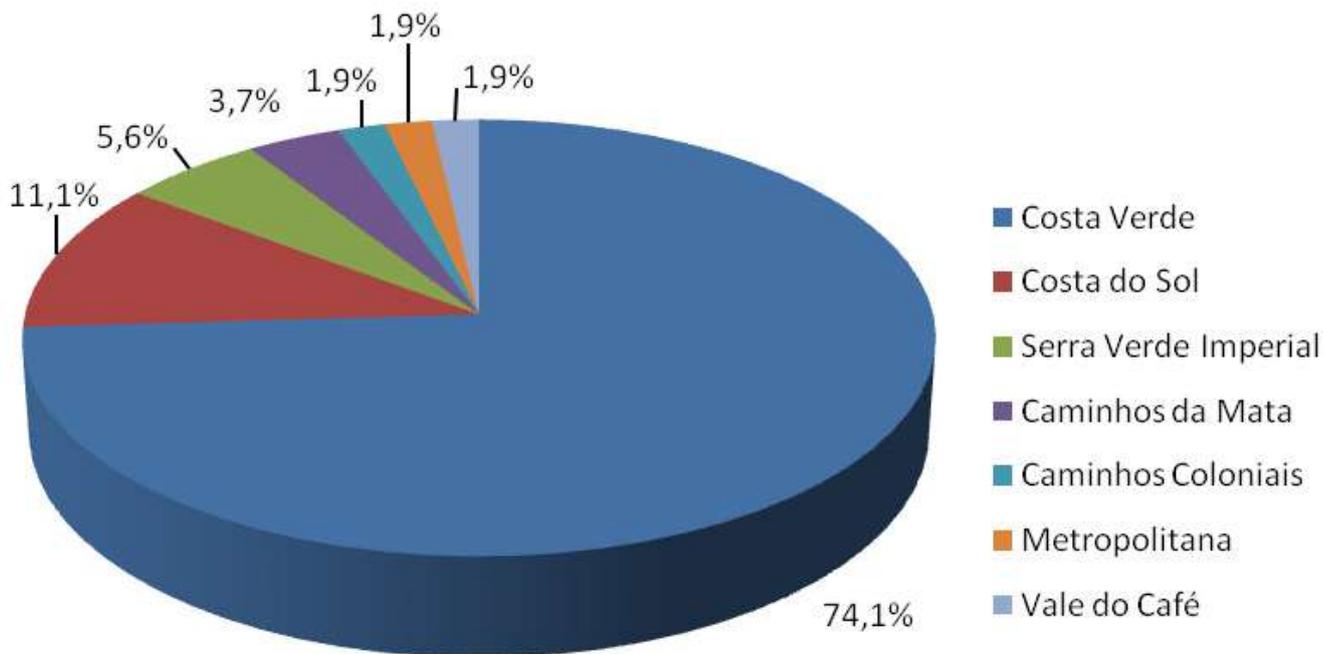
Figura 2. Evolução do número de acampamentos turísticos inscritos no Cadastur/RJ (2016 a 2020).



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

Constata-se, conforme ilustra a Figura 3 abaixo, que, no ano de 2020, a maior parte dos estabelecimentos inscritos na atividade ‘Acampamento Turístico’ encontra-se na região turística Costa Verde (74,1%), seguida pela região turística Costa do Sol (11,1%), Serra Verde Imperial (5,6%) e Caminhos da Mata (3,7%). As regiões turísticas Caminhos Coloniais, Metropolitana e Vale do Café, somam juntas 5,7% da oferta.

Figura 3. Proporção do número de acampamentos turísticos inscritos no Cadastur por Região Turística, RJ, 2020.



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

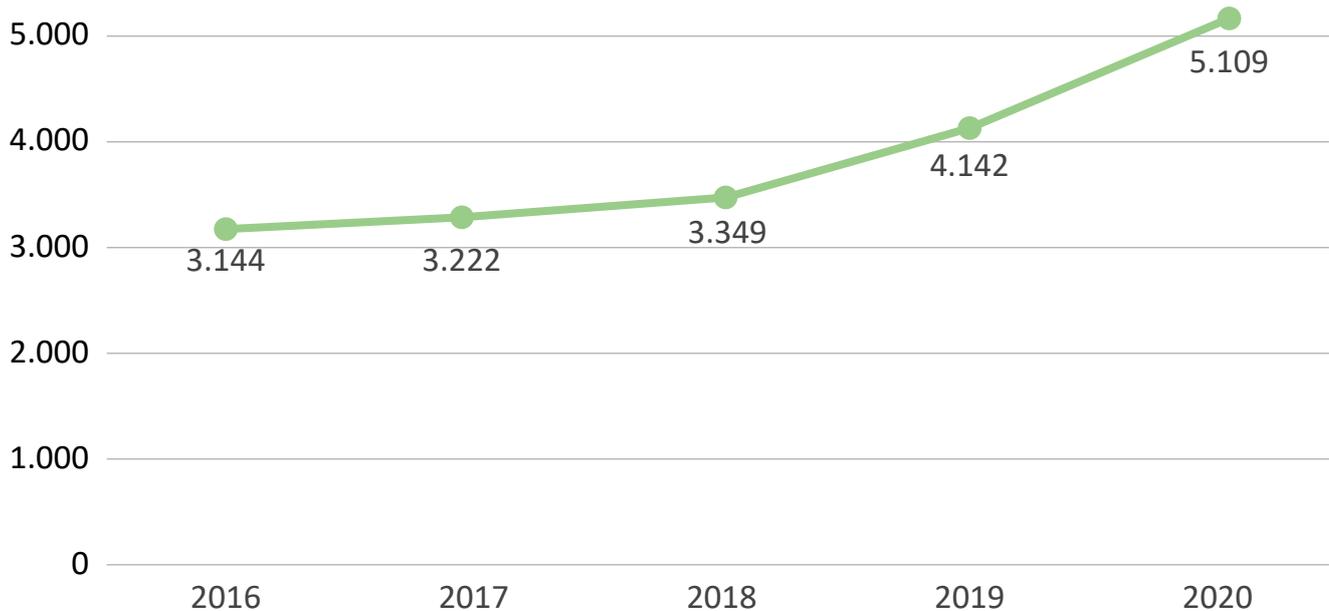
Sublinha-se que a região turística Costa Verde se destaca no segmento do ecoturismo, que tem como principal motivação de viagem a vivência harmônica e sustentável do patrimônio cultural e natural. O uso de acampamentos aparece na publicação do MTur, Ecoturismo: orientações básicas, dentre as atividades que podem ser realizadas neste segmento, em áreas naturais públicas ou privadas, e que podem estar associadas com caminhadas de médio a longo percurso.



2.2 Agência de Turismo

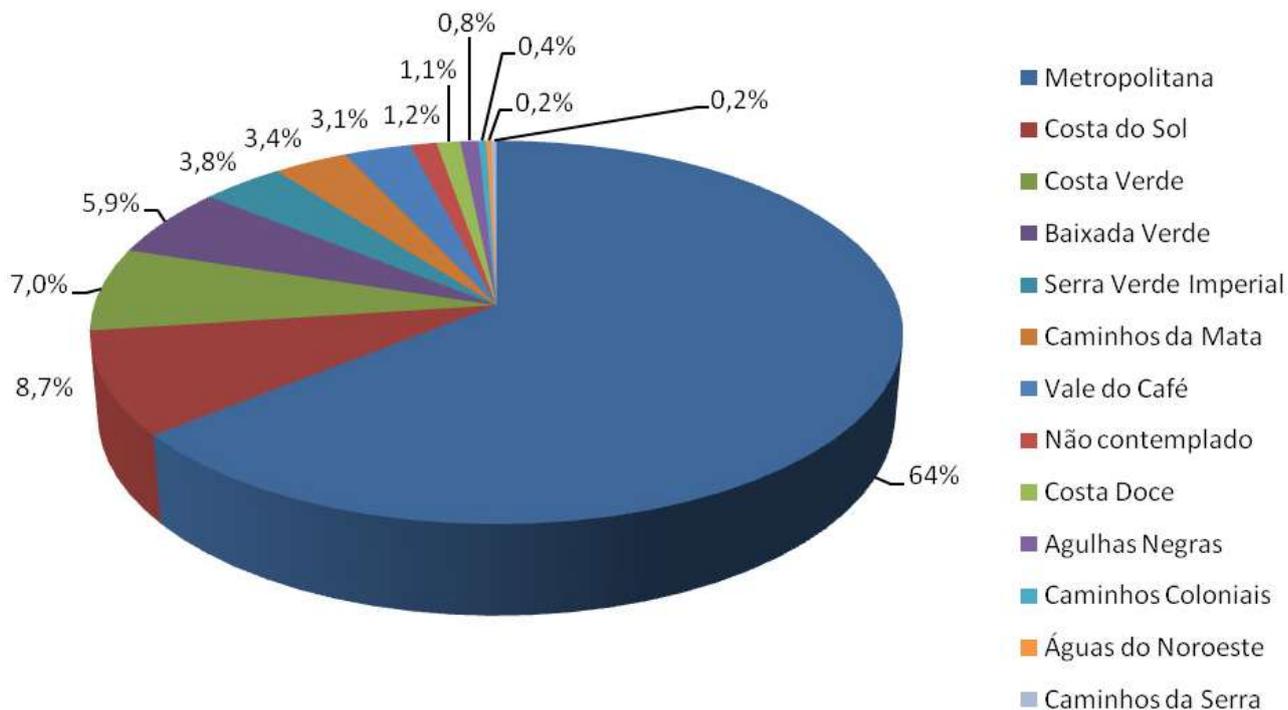
As agências de turismo atuam como intermediárias entre os fornecedores e os consumidores de serviços turísticos, podendo também oferecer estes serviços diretamente, de acordo com o Glossário do Turismo^{viii}. É a segunda atividade de cadastramento obrigatório em número de estabelecimentos inscritos no Cadastur. Entre os anos de 2016 e 2020, o número de agências de turismo no Cadastur aumentou de 3.144 para 5.109, representando um crescimento equivalente a 62,5% de novas agências inscritas. A Figura 4 abaixo ilustra uma curva ascendente com aumentos anuais de 2,48% e 3,94% em 2017 e 2018, chegando a crescer 23,68% e 23,35% nos anos de 2019 e 2020, respectivamente.

Figura 4. Evolução do número de agências de turismo inscritas no Cadastur/RJ (2016-2020).



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

Figura 5. Proporção do número de agências de turismo inscritas no Cadastur por Região Turística, RJ, 2020.



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

Para o ano de 2020, a distribuição das agências de turismo no estado do Rio de Janeiro concentra-se na região turística Metropolitana, composta pela capital Rio de Janeiro e pelo município de Niterói, com 64% dos cadastros. Costa do Sol apresenta 8,7% das agências de turismo inscritas no Cadastur; Costa Verde (7%); Baixada Verde (5,9%); Serra Verde Imperial (3,8%); Caminhos da Mata (3,4%); Vale do Café (3,1%). Costa Doce, Agulhas Negras, Caminhos Coloniais, Águas do Noroeste e Caminhos da Serra somam 2,7% da oferta de agências de viagem legalizadas. Constata-se que 1,2% dos cadastros são de municípios não contemplados pelas regiões turísticas fluminenses, a saber: Araruama (14 agências de turismo), Belford Roxo (36), Cambuci (1), Conceição de Macabu (1), Santo Antônio de Pádua (1), São José do Vale do Rio Preto (1) e Seropédica (8). (Ver Figura 5, acima).



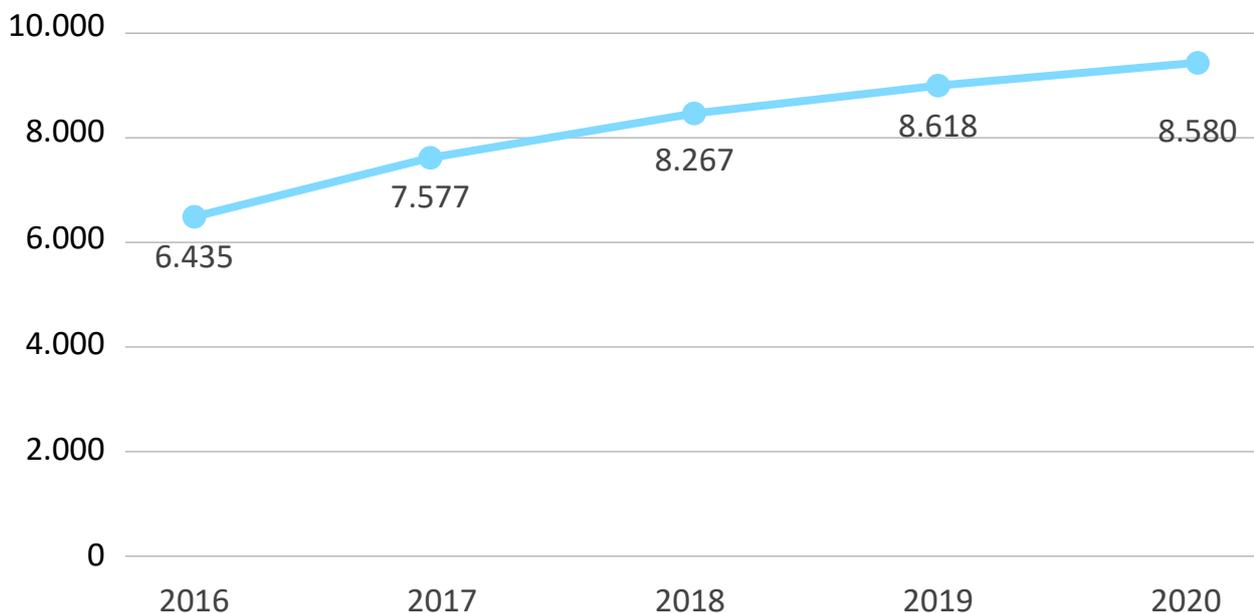
Arraial do Cabo

2.3 Guia de Turismo

De acordo com a Portaria n° 27 de 30 de janeiro de 2014, que estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de guia de turismo e dá outras providências, além do cadastro no Cadastur, para atuar nesta profissão, o guia de turismo deverá possuir formação especializada como 'Guia Regional', 'Guia de Excursão Nacional', 'Guia de Excursão Internacional' ou 'Guia Especializado em Atrativo Turístico' (natural ou cultural), para exercer "as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas"^{xx}.

Os dados do Cadastur apresentam uma curva ascendente entre os anos de 2016 e 2019, seguida de uma leve diminuição do número de guias de turismo cadastrados para o ano de 2020 (-38), conforme ilustra a Figura 6, adiante. Contudo, em relação ao ano de 2016, o número total de guias de turismo no Cadastur em 2020 representa um aumento de 33,33% nos últimos cinco anos. O maior crescimento se deu entre os anos de 2016 e 2017, com 1142 guias de turismo a mais em relação ao ano anterior (17,75%), ao passo que, entre 2017 e 2018, o número de guias aumentou em 9,11% (690 profissionais). No ano de 2019, 351 novos guias de turismo foram cadastrados (aumento equivalente a 4,25%).

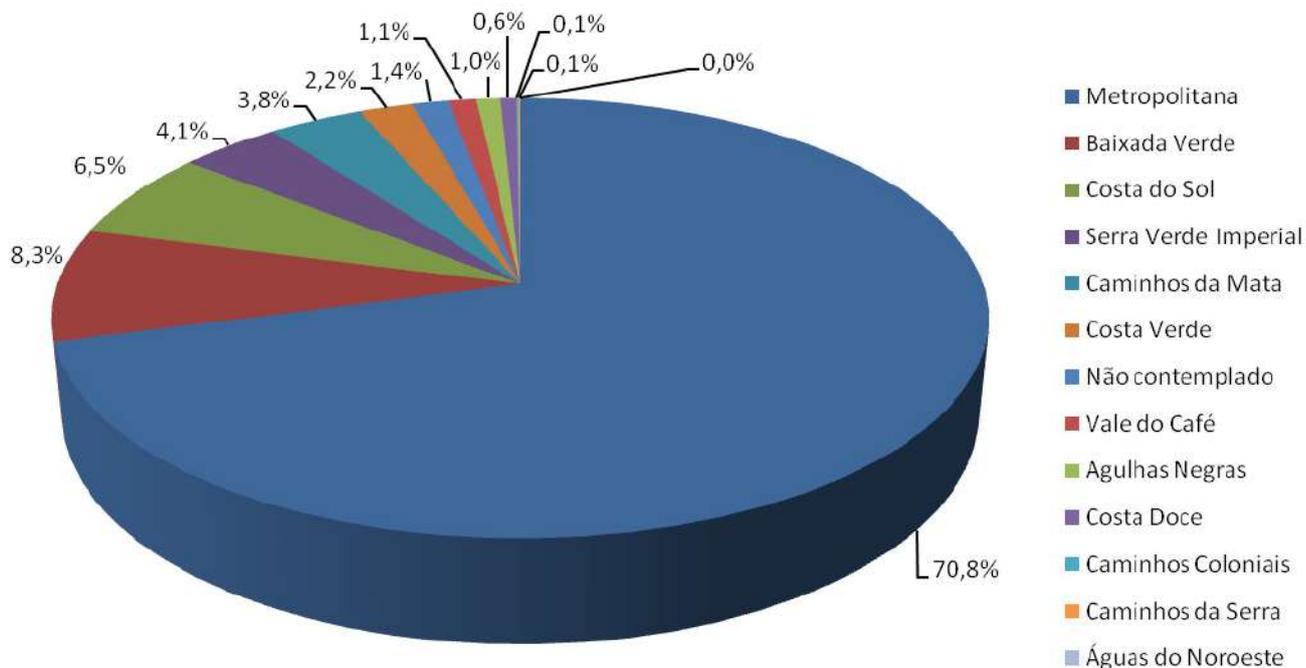
Figura 6. Evolução do número de guias de turismo inscritos no Cadastur/RJ (2016 a 2020).



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

Sobre a distribuição regional dos cadastros, verifica-se que a região turística Metropolitana reúne 70,8% do número de guias de turismo inscritos no Cadastur, no estado do Rio de Janeiro. A Baixada Verde, por sua vez, apresenta 8,3% dos guias inscritos, seguida pela Costa do Sol (6,5%), Serra Verde Imperial (4,1%), Caminhos da Mata (3,8%), Costa Verde (2,2%), Vale do Café (1,1%), enquanto Agulhas Negras, Costa Doce, Caminhos Coloniais, Caminhos da Serra e Águas do Noroeste somam 1,8%. Os municípios não contemplados pelas regiões turísticas fluminenses somam 1,4%. Dentre eles, Araruama e Belford Roxo destacam-se com 27 e 84 guias, respectivamente.

Figura 7. Proporção do número de guias de turismo inscritos no Cadastur por Região Turística, RJ, 2020.



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

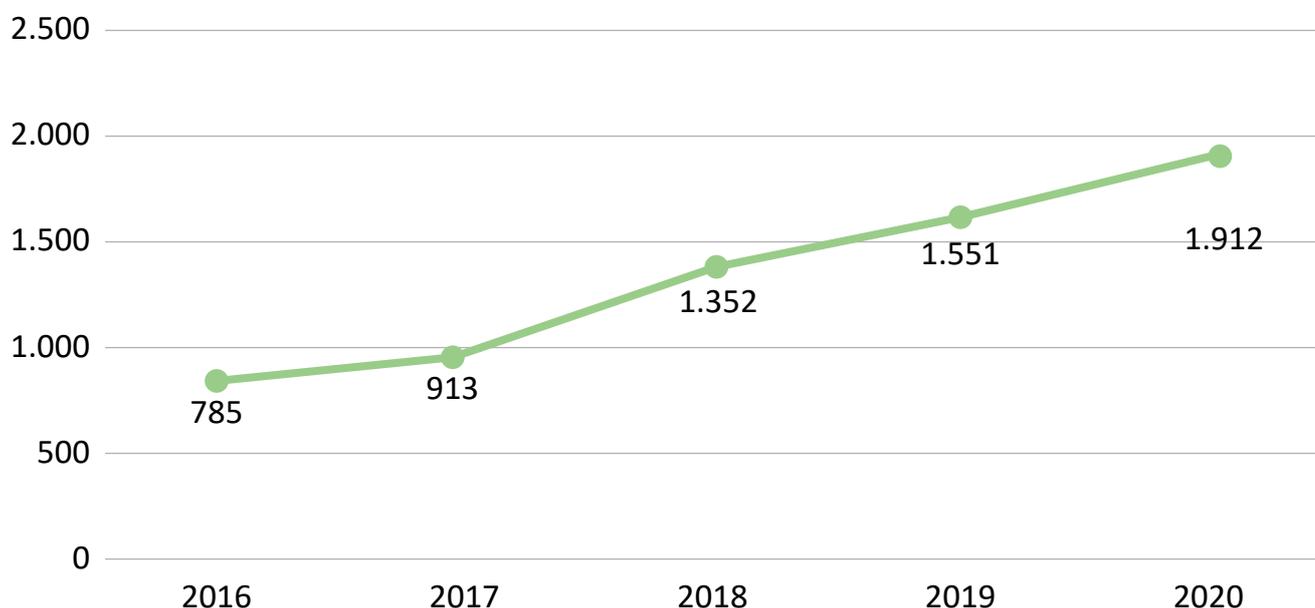


2.4 Meio de Hospedagem

Os meios de hospedagem são equipamentos turísticos destinados à prestação de serviços de alojamento temporário. De acordo com a Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, são considerados meios de hospedagem os estabelecimentos que oferecem estadia em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, mediante o pagamento de diária. Desse modo, são estabelecimentos de hospedagem de cadastro obrigatório junto ao Ministério do Turismo: hotéis (de diferentes tipologias como hotéis históricos, hotéis de lazer ou *resorts* e hotéis do tipo *lodge*), pousadas e apart-hotéis.

No estado do Rio de Janeiro, os empreendimentos compreendidos como meios de hospedagem somam 1.912 registros no Cadastur. Nos últimos cinco anos, conforme a Figura 8 abaixo, o sistema possuía 785 cadastros em 2016, 913 em 2017, 1.352 em 2018 e 1.551 em 2019. A série histórica apresenta uma curva ascendente com um crescimento no número de registros equivalente a 143,57%, entre 2016 e 2020. O ano de 2018 foi o de maior aumento no número de registros (439), com um crescimento de 48,08%.

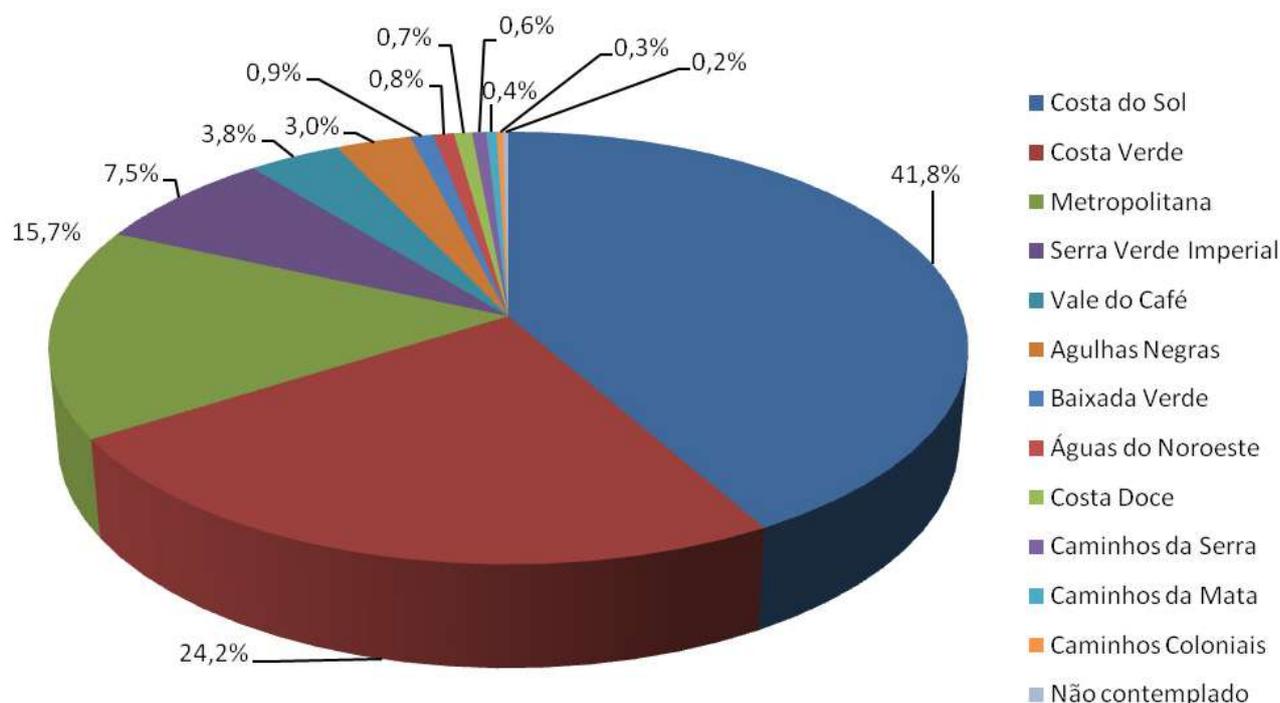
Figura 8. Evolução do número de meios de hospedagem inscritos no Cadastur/RJ (2016-2020).



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

A Figura 9, a seguir, ilustra a predominância de registros de meios de hospedagens localizados na região turística Costa do Sol, que reúne 41,8% do total. A Costa Verde, em segundo lugar, concentra 24,2% dos meios de hospedagem. A região turística Metropolitana, 15,7% e Serra Verde Imperial, 7,5%.

Figura 9. Proporção do número de meios de hospedagem inscritos no Cadastur por Região Turística, RJ, 2020



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

Verifica-se, dessa maneira, que as regiões turísticas que apresentam maior concentração de meios de hospedagem no Cadastur são também as que possuem municípios com maiores desempenhos na economia do turismo, localizados no grupo A, conforme o Mapa do Turismo Brasileiro¹ (Ver Figura 10, adiante).

Figura 10. Número de meios de hospedagem no Cadastur por municípios de maior desempenho turístico.

Região Turística	Município	Grupo	Número de estabelecimentos de hospedagem no Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021)*	Número de meios de hospedagem registrados no Cadastur em 2017	Número de meios de hospedagem registrados no Cadastur em 2020
Costa do Sol	Armação dos Búzios	A	209	84	277
	Cabo Frio	A	89	49	257
	Macaé	A	59	24	29
Costa Verde	Angra dos Reis	A	89	104	192
	Paraty	A	179	104	258
Metropolitana	Rio de Janeiro	A	431	288	280
Serra Verde Imperial	Petrópolis	A	82	49	55

Fonte: Cadastur / Mapa do Turismo Brasileiro, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

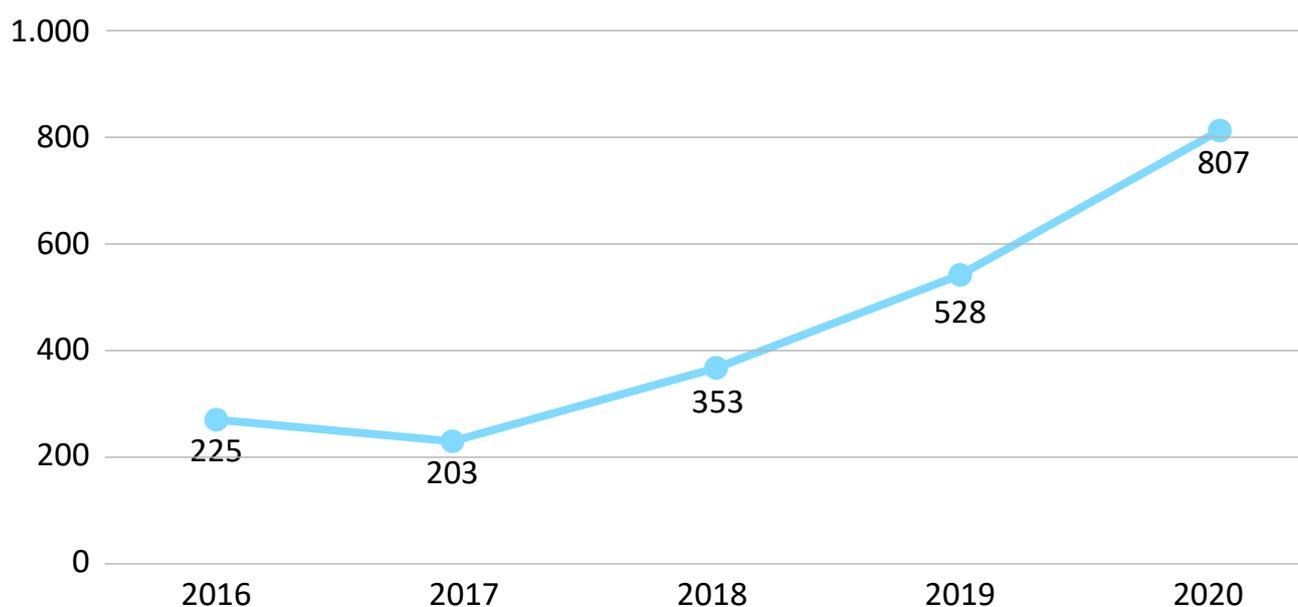
* Os dados utilizados neste levantamento pelo MTur são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia, 2017. Desse modo, pode-se considerar que há divergências no número de estabelecimentos em relação àqueles contidos no Cadastur, tendo em vista as diferentes metodologias utilizadas.

2.5

Organizadora de Eventos

As empresas organizadoras de eventos prestam serviços diretos e indiretos de planejamento e gerenciamento de shows, feiras, congressos e eventos de marketing promocional, conforme o Glossário do Turismo^{xviii} elaborado pelo MTur. Nos últimos cinco anos, o número de empresas cadastradas saiu de 225 para 807, representando um aumento de 258,67% no número de registros. A Figura 11, a seguir, ilustra a evolução histórica do número de empresas organizadoras de eventos inscritas no Cadastur. Nota-se que de 2016 para 2017 houve uma pequena diminuição no número de empresas registradas (-22, o equivalente a uma queda de 9,78%), seguida de um aumento de 73,89% em 2018, 49,58% em 2019 e 52,84% em 2020.

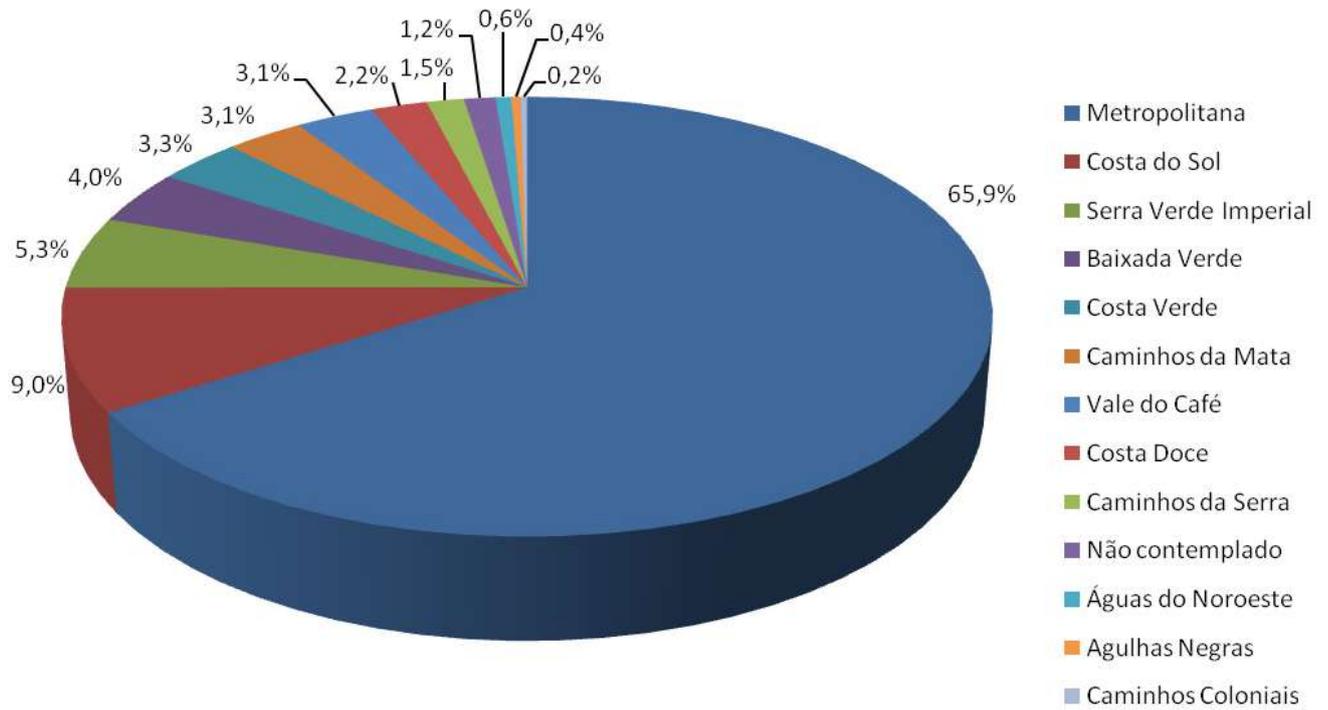
Figura 11. Evolução do número de organizadoras de eventos inscritas no Cadastur/RJ (2016-2020).



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

De acordo com a Figura 12, a seguir, para o ano de 2020, a região turística Metropolitana é a região em que se concentram as empresas organizadoras de eventos, reunindo 65,9% do total de empresas inscritas no Cadastur. Em segundo lugar está a Costa do Sol, com 9%. Em terceiro, a Serra Verde Imperial, com 5,3%. As demais regiões não apresentam margens estatisticamente relevantes, com menos de 5% das empresas organizadoras de eventos: Baixada Verde (4%), Costa Verde (3,3%), Caminhos da Mata (3,1%), Vale do Café (3,1%), Costa Doce (2,2%), Caminhos da Serra (1,5%), Águas do Noroeste (0,6%), Agulhas Negras (0,4%) e Caminhos Coloniais (0,2%). Os municípios não contemplados pelas regiões turísticas fluminenses somam 1,2% da oferta.

Figura 12. Proporção do número de organizadoras de eventos inscritas no Cadastur por Região Turística, RJ, 2020.

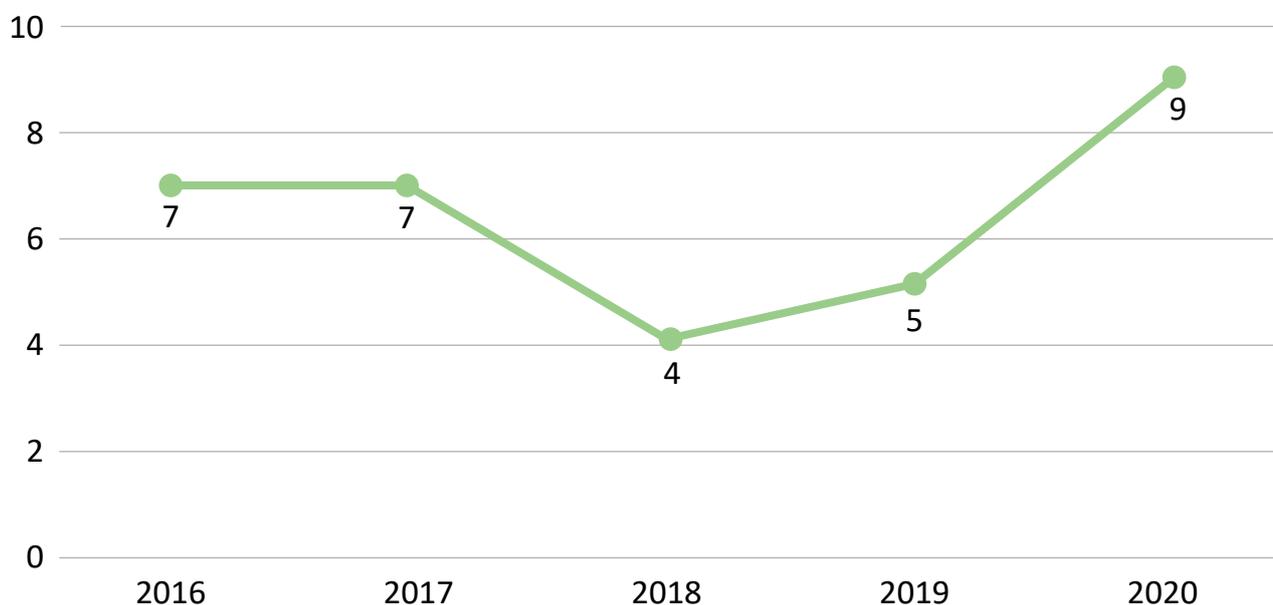


Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

2.6 Parque Temático

Pela especificidade de seu serviço, os parques temáticos são os estabelecimentos com menor número de cadastros no Cadastur. Desse modo, em 2016 o sistema indicava registro de sete parques, número que se manteve em 2017, caindo para quatro em 2018. Em 2019, o número de registros subiu para cinco, aumentando para nove em 2020, tal como ilustra a Figura 13, a seguir.

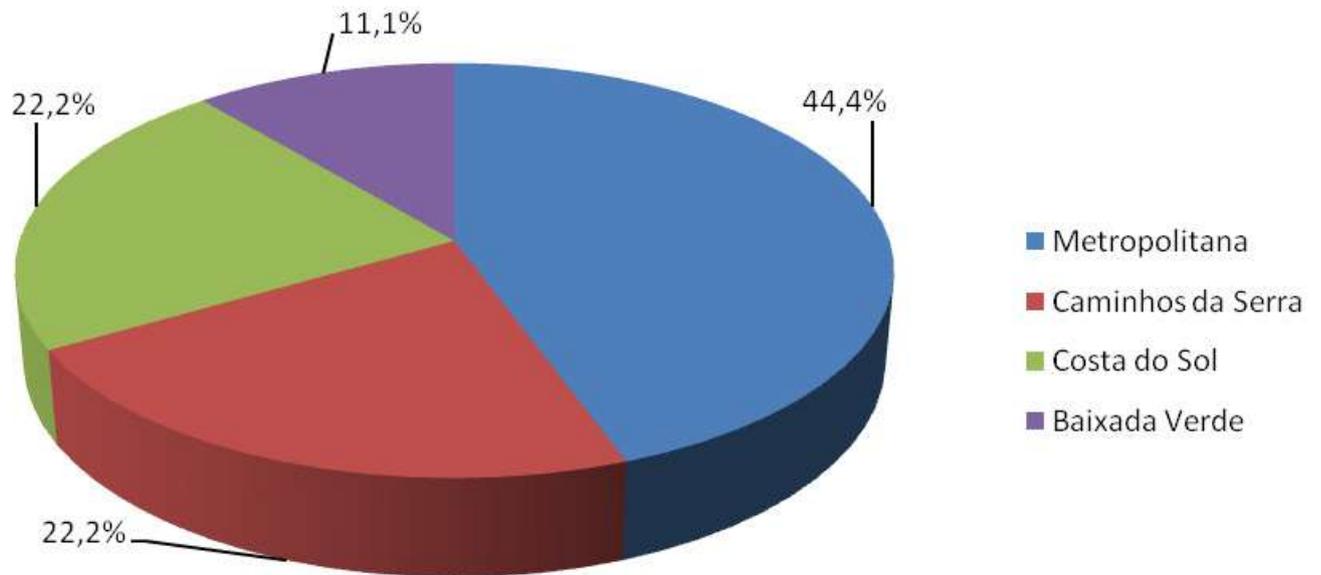
Figura 13. Evolução do número de parques temáticos inscritos no Cadastur/RJ (2016-2020).



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

Segundo o MTur, os parques temáticos oferecem serviços em um local fixo, de forma permanente, e devem ser tematicamente ambientados^{xviii}. Constam no Cadastur, para o ano de 2020, parques temáticos na cidade de Armação de Búzios, Carmo, Cordeiro, Rio de Janeiro e São João de Meriti, distribuindo a oferta pelas regiões turísticas Costa do Sol, Caminhos da Serra, Metropolitana e Baixada Verde, respectivamente, conforme a Figura 14 abaixo.

Figura 14. Proporção do número de parques temáticos inscritos no Cadastur por Região Turística, RJ, 2020.



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

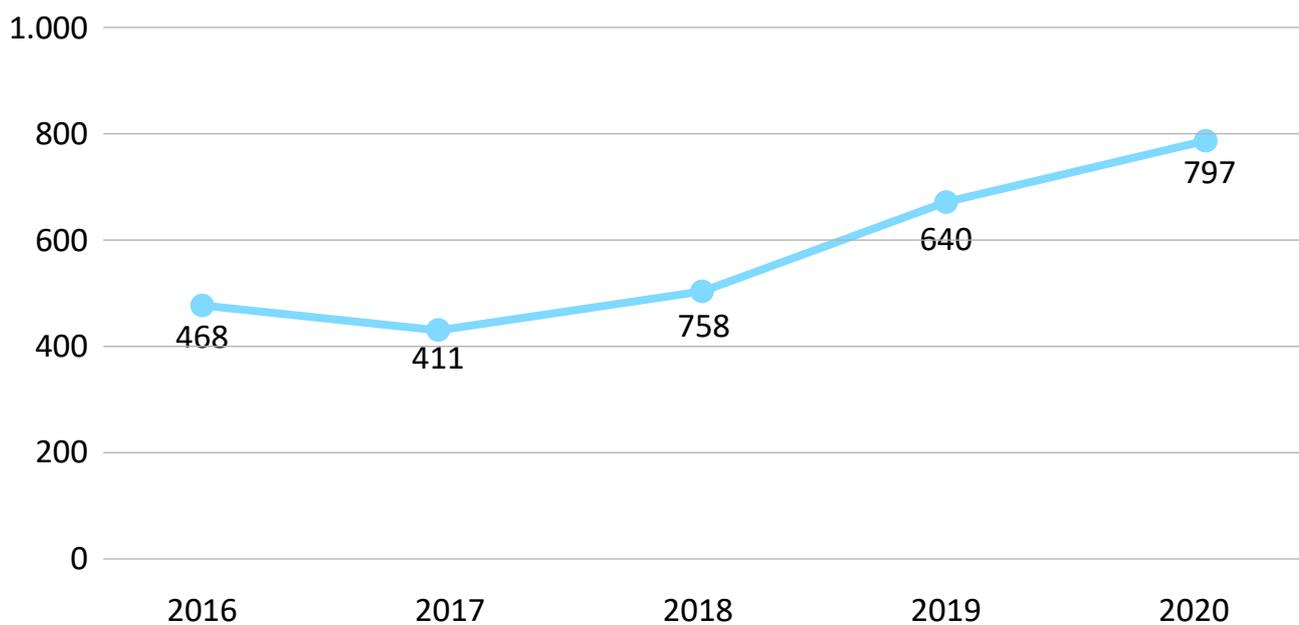


Ilha Fiscal

2.7 Transportadora Turística

O cadastro das transportadoras turísticas contempla as empresas que oferecem o serviço de transporte turístico de superfície, por via terrestre ou marítima, com uso de veículos automotivos ou embarcações. Tem-se que entre os anos de 2016 e 2020 houve um aumento de 329 empresas, o equivalente a 70,3%. A Figura 15, a seguir, exibe a evolução histórica do número de transportadoras turísticas inscritas no Cadastur. Percebe-se uma breve diminuição de empresas cadastradas em 2017 (-12,18%), seguida de crescimento para os anos de 2018 (11,44%), 2019 (39,74%) e 2020 (24,53%).

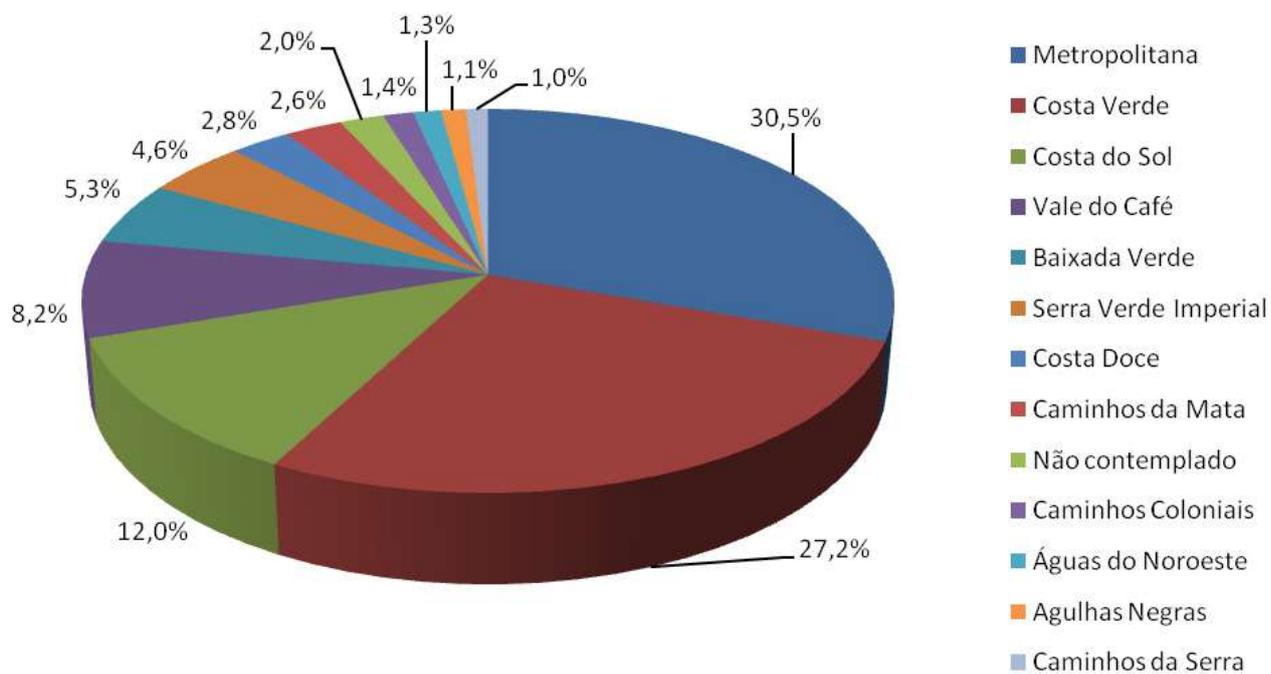
Figura 15. Evolução do número de transportadoras turísticas inscritas no Cadastur/RJ (2016-2020).



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.

O número de transportadoras turísticas legalmente em exercício- mediante inscrição no Cadastur- se distribui majoritariamente entre as regiões turísticas Metropolitana, Costa Verde e Costa do Sol, com 30,5%, 27,2% e 12% respectivamente. A região turística Vale do Café apresenta 8,2% dos registros. Baixada verde: 5,3%; Serra Verde Imperial: 4,6%; Costa Doce: 2,8%; Caminhos da Mata: 2,6%; Caminhos Coloniais: 1,4%; Águas do Noroeste: 1,3%; Agulhas Negras: 1,1%; e Caminhos da Serra: 1%. Os municípios não contemplados pelas regiões turísticas reúnem 2% da oferta de transportadoras turísticas cadastradas.

Figura 16. Proporção do número de transportadoras turísticas inscritas no Cadastur por Região Turística, RJ, 2020.



Fonte: Cadastur, Ministério do Turismo. Elaboração própria, 2021.



pixabay.com/images/id-3549803/

3

Empregos no Turismo

Comlurb



Estância de Montanha



Praia de Copacabana-Rio de Janeiro



Itatiaia national park



De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), antes da pandemia da covid-19, o setor do turismo produziu um a cada quatro novos postos de trabalho no mundo, representando cerca de 10,6% do total de ocupações. Os impactos da pandemia no setor representaram uma queda de 18,5%, o equivalente a uma perda global de 62 milhões de empregos em turismo. Ao passo que os gastos do turismo doméstico caíram 45% e do turismo internacional 69,4%.

Tais dados, pré e “pós” pandemia, ajudam a visualizar e dimensionar a importância do setor de turismo na economia global. Ao deslocar o eixo de análise para o cenário brasileiro, tem-se que a contribuição total (direta e indireta) do setor de Viagens e Turismo no mercado de trabalho caiu em 19%, passando de 7.643,8 milhões de ocupações em 2019 para 6.189,7 milhões em 2020. Conforme o WTTC, o setor representava 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, caindo para 5,5%. O PIB do turismo, por sua vez, caiu em 32,6%.^{xxi}

No estado do Rio de Janeiro é possível avaliar a representatividade do setor turístico no mercado de trabalho a partir dos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia sobre as Atividades Características do Turismo (ACT's). Compreendidas como atividades em que, usualmente, se concentram os gastos dos visitantes (turistas e excursionistas), dividem-se em oito grupos: agências de viagem, alimentação, alojamento, aluguel de transportes, cultura e lazer, transporte aéreo, transporte aquaviário e transporte terrestre^{xxii}.

Deve-se destacar, no entanto, que tais dados, embora importantes para a compreensão da relevância econômica do turismo, apresentam limitações decorrentes da própria configuração da atividade turística e do conjunto de agentes do turismo relacionados à mão de obra do setor, a saber, os trabalhadores formais e informais e os trabalhadores diretos e indiretos, além de limitações oriundas da base de dados que proporcionam informações sobre a estrutura do mercado de trabalho formal e uma análise de conjuntura também do mercado de trabalho formal⁹.

A Figura 17, abaixo, exhibe o número de ocupações nas ACTs, entre os anos de 2016 e 2020, por sexo masculino e feminino no estado do Rio de Janeiro¹⁰.

⁹Desse modo, há subestimação de trabalhadores do turismo que não são contabilizados, uma vez que atuam informalmente, ao mesmo tempo em que há o superdimensionamento de trabalhadores formais associado à relação entre o consumo de turistas e residentes em ACTs. Com o objetivo de minimizar as distorções causadas pelo superdimensionamento das ocupações nas ACT's o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveu uma metodologia para adequar os dados levantados à realidade das atividades em que se concentram os gastos dos visitantes (turistas e excursionistas) mas que também podem atender aos residentes das localidades turísticas: distorção que ocorre principalmente nas atividades de alimentação e cultura e lazer. A metodologia utilizada, contudo, que resultou na elaboração de um coeficiente turístico, alcança apenas o nível de unidades federativas, ou seja, não sendo possível a partir dos dados disponibilizados no Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho do Setor Turismo (SIMT) do IPEA dispor os dados por municípios e regiões turísticas fluminenses. Além disso, os dados com coeficiente turístico que informam de maneira mais realista as “ocupações no turismo” foram descontinuados após o ano de 2015.

Figura 17. Número de ocupações no turismo conforme o sexo (2016-2020), RJ.

		2016	2017	2018	2019	2020
Alojamento	Feminino	21.076	19.251	18.590	18.587	14.832
	Masculino	22.810	20.841	19.714	20.329	16.054
Alimentação	Feminino	74.762	71.158	68.952	68.689	55.480
	Masculino	92.158	90.438	86.836	84.077	68.063
Transporte Terrestre	Feminino	4.492	3.590	3.408	2.660	2.029
	Masculino	19.813	18.561	17.699	15.274	13.481
Transporte Aquaviário	Feminino	245	237	225	230	208
	Masculino	820	786	768	743	689
Transporte Aéreo	Feminino	2.764	2.571	2.506	2.504	1.897
	Masculino	5.846	5.299	5.233	4.858	4.073
Aluguel de Transportes	Feminino	858	759	895	881	766
	Masculino	3.022	2.757	3.017	3.083	2.728
Agência de Viagem	Feminino	393	554	545	438	390
	Masculino	3.514	3.365	3.408	3.389	2.636
Cultura e Lazer	Feminino	4.737	4.089	3.555	3.613	2.845
	Masculino	7.028	6.236	5.874	5.759	4.936

Fonte: Ministério da Economia, RAIS, 2021. Elaboração própria

Verifica-se que a quantidade de ocupações em ACTs no estado do Rio de Janeiro apresentou uma queda nos últimos cinco anos, equivalente a 27,7%, saindo de um total de ocupações de 264.338, em 2016, para 191.107, em 2020. A queda ocorre em todos os oito grupos de atividades características do turismo considerados, variando de -9,95% a -36,19%.

A Figura 18, a seguir, apresenta a variação no número de ocupações por grupo. Os grupos de atividades que mais apresentaram queda no número de ocupações, em ordem decrescente, são: transporte terrestre, cultura e lazer, transporte aéreo, alojamento, alimentação, agência de viagem, transporte aquaviário e aluguel de transporte.

¹⁰Os dados apresentados foram extraídos diretamente da RAIS, conforme as ACTs e subclasses da CNAE dispostas no documento *Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013*, para o Brasil e regiões elaborado pelo IPEA em 2015.

Figura 18. Variação (%) do número de ocupações em ACTs no estado do Rio de Janeiro por grupo.

ACTs	Variação (%)	ACTs	Variação (%)
Alojamento	-29,62%	Transporte Terrestre	-36,19%
Alimentação	-25,99%	Transporte Aquaviário	-15,77%
Agência de Viagem	-22,55%	Transporte Aéreo	-30,66%
Cultura e Lazer	-33,86%	Aluguel de Transporte	-9,95%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Voltando aos dados exibidos na Figura 17, constata-se a distribuição majoritária das ocupações entre pessoas do sexo masculino que representam a média de 51,93% das ocupações em alojamentos; 55,41% das ocupações em alimentação; 84,25% das ocupações em transporte terrestre, 76,87% das ocupações em transporte aquaviário; 67,41% das ocupações em transporte aéreo; 77,85% das ocupações em aluguel de transportes; 87,54% das ocupações em agências de viagem; e 61,46% das ocupações em cultura e lazer.

Aponta-se que, embora tenha ocorrido uma queda no número de ocupações em todas as ACTs consideradas, a proporção da redução no número de ocupações entre pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino manteve-se similar entre os grupos, com exceção para as atividades de transporte terrestre, cultura e lazer e agência de viagens, em destaque na Figura 19, abaixo.



Figura 19. Variação (%) do número de ocupações em ACTs no estado do Rio de Janeiro por sexo.

ACTs	Feminino	Masculino
Alojamento	-29,63%	-29,62%
Alimentação	-25,79%	-26,15%
Transporte Terrestre	-54,83%	-31,96%
Transporte Aquaviário	-15,10%	-15,98%
Alojamento	-29,63%	-29,62%
Alimentação	-25,79%	-26,15%
Transporte Terrestre	-54,83%	-31,96%
Transporte Aquaviário	-15,10%	-15,98%
Transporte Aéreo	-31,37%	-30,33%
Aluguel de Transporte	-10,72%	-9,73%
Agência de Viagem	-0,76%	-24,99%
Cultura e Lazer	-39,94%	29,77%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A partir dos dados, pode-se afirmar que, embora todas as ACTs venham apresentando curvas decrescentes no número de ocupações (com exceção das ACTs de aluguel de transportes e de agências de viagens que apresentaram um pequeno crescimento, no primeiro caso de 2018 para 2019 e, no segundo caso, de 2016 para 2017, e de 2017 para 2018) os impactos da pandemia sobre o setor acarretaram quedas mais expressivas no número de ocupações, mediante os vínculos ativos na RAIS quando se observa a variação do ano de 2019 para o ano de 2020, tendo em vista os anos anteriores (ver Figura 20).

Maracanã



Figura 20. Variação (%) anual no número de ocupações em ACTs no estado do Rio de Janeiro.

ACT	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020
Alojamento	-8,65%	-4,46%	1,60%	-20,63%
Alimentação	-3,19%	-3,59%	-1,94%	-19,13%
Transporte Terrestre	-8,86%	-4,71%	-15,03%	-13,52%
Transporte Aquaviário	-3,94%	-2,93%	-2,01%	-7,81%
Transporte Aéreo	-8,59%	-1,66%	-4,87%	-18,91%
Aluguel de Transporte	-9,38%	11,26%	1,33%	-11,86%
Agência de Viagem	0,31%	0,87%	-3,19%	-20,93%
Cultura e Lazer	-12,24%	-8,68%	-0,60%	-16,98%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A Figura 21, a seguir, apresenta a remuneração média em reais para pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino, no estado do Rio de Janeiro, conforme os grupos de atividades características do setor turístico no quadro temporal de cinco anos (entre 2016 e 2020). Pode-se notar que, na maioria das ACTs, pessoas do sexo masculino são melhor remuneradas do que pessoas do sexo feminino, com exceção da atividade de aluguel de transporte. Em média, pessoas do sexo masculino receberam 13,26% a mais do que pessoas do sexo feminino em ocupações em alojamento; 9,32% a mais em alimentação; 25,46% a mais em atividades de transporte terrestre; 25,79% a mais em transporte aquaviário; 116,18% a mais em atividades de transporte aéreo; 7,01% a mais em agências de viagem; e 7,62% a mais em atividades de cultura e lazer. Nas atividades de aluguel de transporte verificou-se que, em média, as pessoas do sexo masculino receberam uma remuneração menor que a de pessoas do sexo feminino (-6,31%).

Quatis

Figura 21. Remuneração média em reais conforme o gênero (2016-2020), RJ.

		2016	2017	2018	2019	2020
Alojamento	Feminino	R\$ 1.370,31	R\$ 1.459,65	R\$ 1.453,80	R\$ 1.425,54	R\$ 1.280,90
	Masculino	R\$ 1.512,44	R\$ 1.613,02	R\$ 1.663,71	R\$ 1.638,48	R\$ 1.489,45
Alimentação	Feminino	R\$ 1.290,29	R\$ 1.387,25	R\$ 1.045,48	R\$ 1.015,01	R\$ 900,98
	Masculino	R\$ 1.398,61	R\$ 1.518,29	R\$ 1.158,82	R\$ 1.101,70	R\$ 987,01
Transporte Terrestre	Feminino	R\$ 1.507,34	R\$ 1.615,24	R\$ 1.568,32	R\$ 1.485,29	R\$ 1.317,18
	Masculino	R\$ 1.955,68	R\$ 2.033,75	R\$ 1.984,70	R\$ 1.788,49	R\$ 1.638,47
Transporte Aquaviário	Feminino	R\$ 3.545,35	R\$ 2.592,37	R\$ 1.968,26	R\$ 1.506,32	R\$ 1.674,69
	Masculino	R\$ 4.055,47	R\$ 3.048,95	R\$ 2.579,87	R\$ 2.067,56	R\$ 2.446,42
Transporte Aéreo	Feminino	R\$ 4.552,92	R\$ 4.721,81	R\$ 5.312,44	R\$ 6.177,56	R\$ 6.208,74
	Masculino	R\$ 9.338,32	R\$ 9.742,21	R\$ 10.793,00	R\$ 14.644,54	R\$ 13.792,09
Aluguel de Transportes	Feminino	R\$ 2.104,07	R\$ 2.177,91	R\$ 2.123,51	R\$ 2.285,06	R\$ 2.322,76
	Masculino	R\$ 1.877,94	R\$ 1.979,43	R\$ 2.077,74	R\$ 2.208,20	R\$ 2.174,95
Agência de Viagem	Feminino	R\$ 2.901,49	R\$ 3.067,32	R\$ 2.628,60	R\$ 2.332,77	R\$ 1.773,79
	Masculino	R\$ 3.371,58	R\$ 3.585,21	R\$ 2.717,36	R\$ 2.165,70	R\$ 1.754,25
Cultura e Lazer	Feminino	R\$ 2.863,72	R\$ 2.963,05	R\$ 2.883,41	R\$ 2.906,28	R\$ 1.959,83
	Masculino	R\$ 3.044,98	R\$ 3.239,45	R\$ 2.990,62	R\$ 3.123,07	R\$ 2.212,64

Fonte: Ministério da Economia, RAIS, 2021. Elaboração própria.

Também é possível identificar diferenças na remuneração entre os grupos de ACTs considerados. As melhores remunerações médias concentram-se, para ambos os sexos, nas atividades de transporte aéreo em todos os cinco anos (2016 a 2020), no transporte aquaviário, em 2016, e em agências de viagem, em 2017.

O ano de 2020 apresentou queda da remuneração média em quase todos os grupos de ACTs, exceto nas categorias ‘transporte aquaviário’ e ‘aluguel de transporte’, que cresceram em 15,31% e 0,10%, respectivamente. A Figura 22, abaixo, ilustra a variação da remuneração média do ano de 2019 para o ano de 2020:

Figura 22. Variação (%) da remuneração média em ACTs no estado do Rio de Janeiro por grupo.

ACTs	Variação (%)	ACTs	Variação (%)
Alojamento	-9,58%	Transporte Terrestre	-9,72%
Alimentação	-10,81%	Transporte Aquaviário	15,31%
Agência de Viagem	-21,57%	Transporte Aéreo	-3,94%
Cultura e Lazer	-30,80%	Aluguel de Transporte	0,10%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A Figura 23, a seguir, apresenta o saldo de movimentação das ocupações em ACTs nas regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro. Ou seja, pode-se visualizar a diferença entre o número de novas contratações e desligamentos cadastrados no CAGED para o ano de 2020. Percebe-se um saldo negativo significativo durante a pandemia de covid-19, especialmente nos meses de março a junho, em que o número de vínculos desativados é superior ao de novas contratações.

Museu de Arte Contemporânea de Niterói



Figura 23. Saldo de movimentação das ocupações formais segundo ACT no estado do Rio de Janeiro (2020)*

ACT	Mês/2020											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Alojamento	50	296	-2176	-4695	-2137	-1579	-494	-97	292	703	738	1073
Alimentação	354	883	-8657	-12765	-4514	-2779	-1400	-686	424	954	2702	1345
Transporte Terrestre	-164	111	-518	-1853	-338	-181	-443	-520	-58	46	-94	648
Transporte Aquaviário	-1	1	1	-41	-17	3	10	-6	0	-1	17	28
Transporte Aéreo	67	77	-18	-89	-65	-79	-397	-361	-47	-24	14	29
Aluguel de Transporte	29	43	28	-181	-116	1	11	-12	36	99	3	50
Agência de Viagem	61	-2004	-356	-731	-247	-136	-147	-131	-160	26	3	-7
Cultura e Lazer	-79	47	-225	-484	-149	-177	-84	-34	-11	51	217	71
Total	317	-546	-11921	-20839	-7583	-4927	-2944	-1847	476	1854	3600	3237

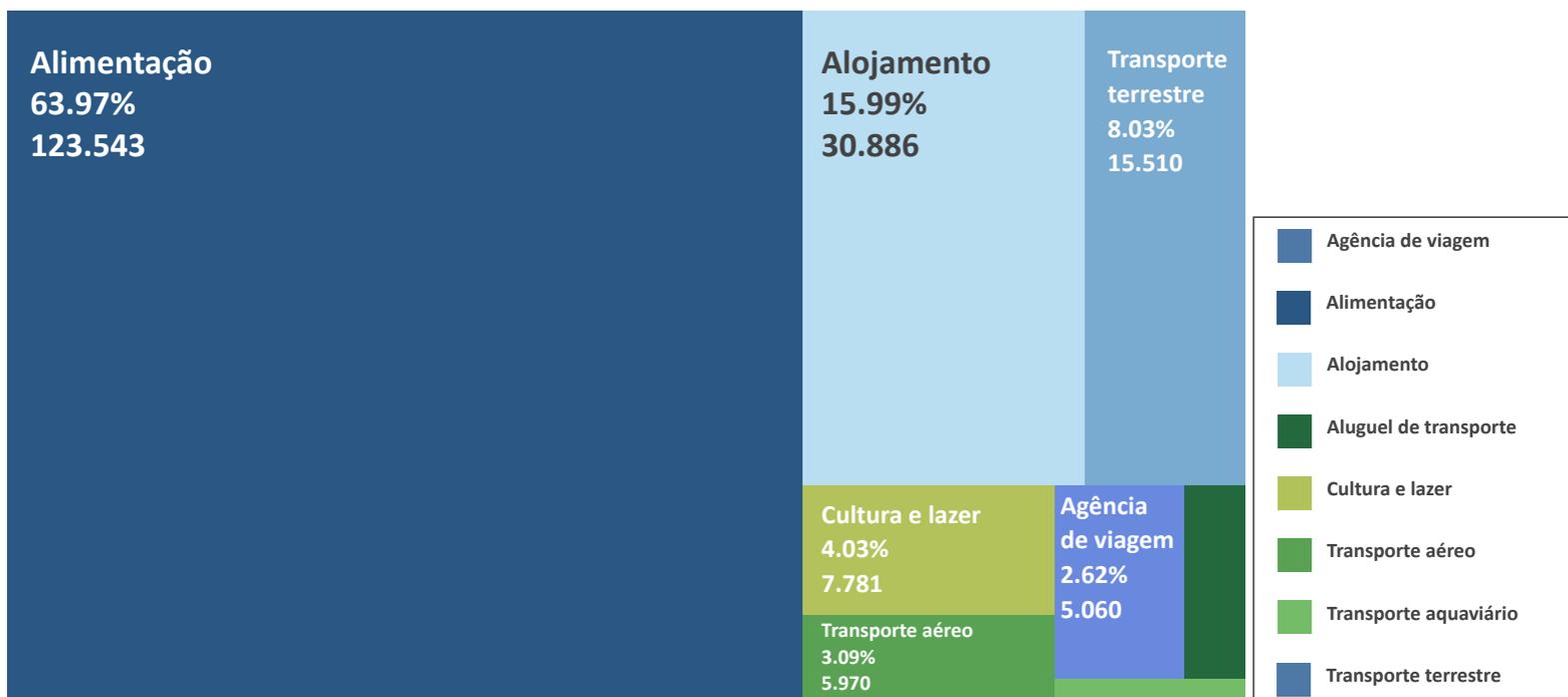
Fonte: Ministério da Economia, CAGED, 2021. Elaboração própria.

* Dados extraídos em outubro de 2021.

Destaca-se que o saldo de movimentação se apresenta negativo, para a totalidade dos grupos de ACTs, nos meses de abril e maio, período mais acentuado de isolamento social. Constatase que os maiores saldos de movimentação negativos, indicando um grande volume de demissões ou encerramento de vínculos formais no mercado de trabalho estão, em ordem decrescente, nos setores: alimentação, alojamento, agência de viagem, transporte terrestre, transporte aéreo, cultura e lazer, aluguel de transporte e transporte aquaviário. A partir de setembro, algumas atividades voltam a apresentar saldo de movimentação positivo, ao passo que em dezembro todas as atividades apresentam saldo de movimentação positivo.

Com relação à representatividade de cada grupo de ACTs, mediante os vínculos ativos (ocupações) na RAIS para o ano de 2020, a Figura 24, a seguir, indica, para o estado do Rio de Janeiro, a predominância das atividades de alimentação (63,97%), alojamento (15,99%), transporte terrestre (8,03%), cultura e lazer (4,03%), agência de viagem (2,62%), transporte aéreo (3,09%), aluguel de transporte (1,81%) e transporte aquaviário (0,46%); considerados todos os municípios do estado, independente da regionalização turística.

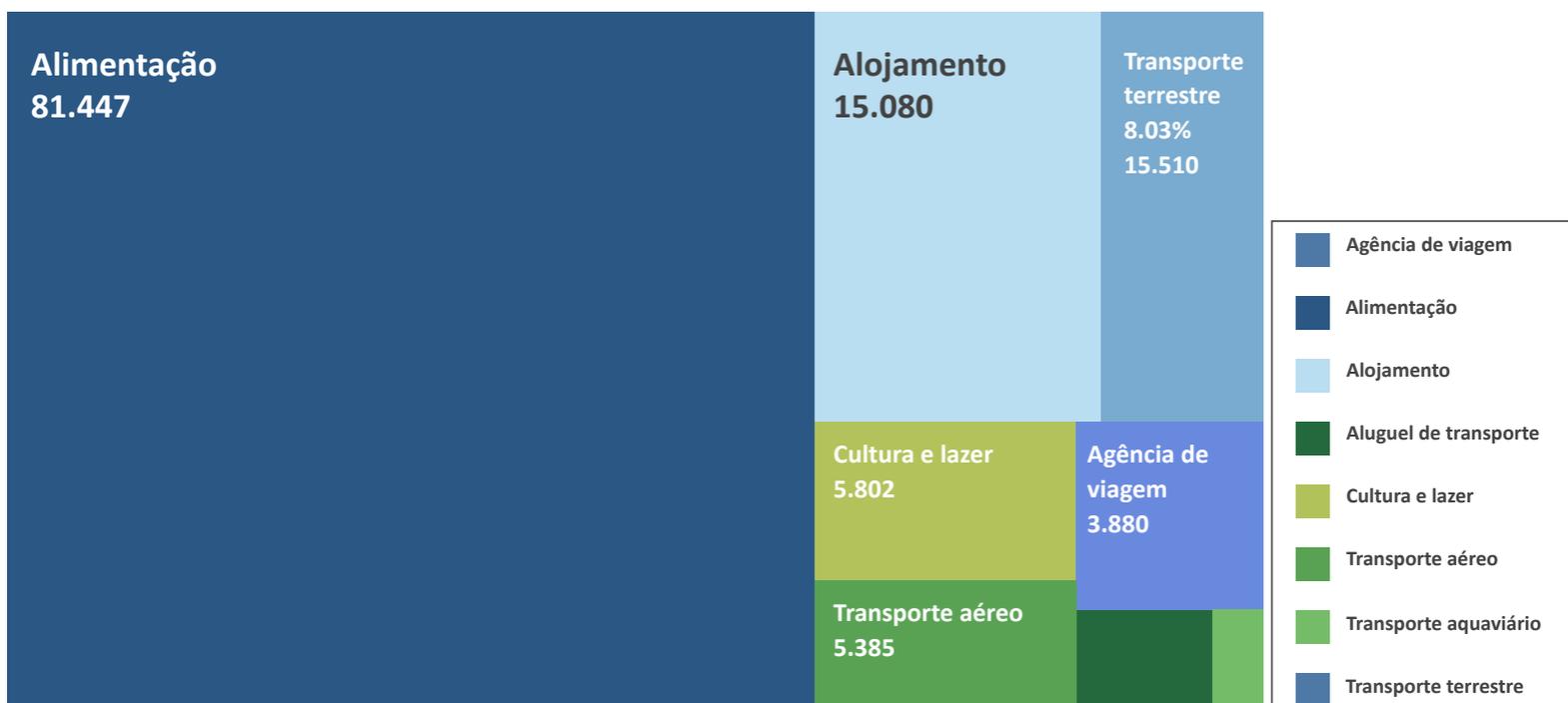
Figura 24. Representatividade dos grupos de ACTs no estado do Rio de Janeiro, 2020



Fonte: Ministério da Economia, RAIS, 2021. Elaboração própria.

A região turística Metropolitana, por sua vez, é a mais representativa do estado no que se refere ao volume de ocupações em ACTs, de tal modo que as atividades predominantes na região, que reúne a capital Rio de Janeiro e a cidade de Niterói, acompanham a disposição das atividades para o estado, o que pode ser observado na Figura 25, abaixo. Ressalta-se que, diferentemente das demais regiões, a Metropolitana concentra as atividades do grupo de transportes aéreos, que aparece também (em menor número) nas regiões Costa Verde e Costa do Sol.

Figura 25. Representatividade dos grupos de ACTs na região turística Metropolitana (RJ), 2020.



Fonte:Ministério da Economia, RAIS, 2021. Elaboração própria.

Para a melhor compreensão dos grupos de ACTs no interior de cada região turística do estado, a Figura 26, a seguir, reúne as diferentes regiões turísticas fluminenses e os grupos de atividades características do turismo, de modo que é possível observar que, embora as atividades de alimentação, alojamento e transporte terrestre se mostrem predominantes em todas as regiões, sua representatividade e a das demais atividades para cada uma delas não é a mesma.

Na Baixada Verde e em Caminhos da Mata, o grupo de atividades voltadas à alimentação tem maior representatividade, chegando a 71,84% e 83,78% das ocupações. Na Costa Verde, destacam-se as atividades de alojamento com 42,66%; em contrapartida, as atividades de alimentação representam 34,31% nesta região. Caminhos Coloniais é a região em que as atividades de transporte terrestre aparecem como proporcionalmente mais representativas (34,77%). Ao passo que cultura e lazer destacam-se na Costa Verde (9,78%) e em Caminhos da Serra (9,56%).

Figura 26. Representatividade dos grupos de ACTs pelo número de ocupações no interior de cada região turística do estado do Rio de Janeiro.

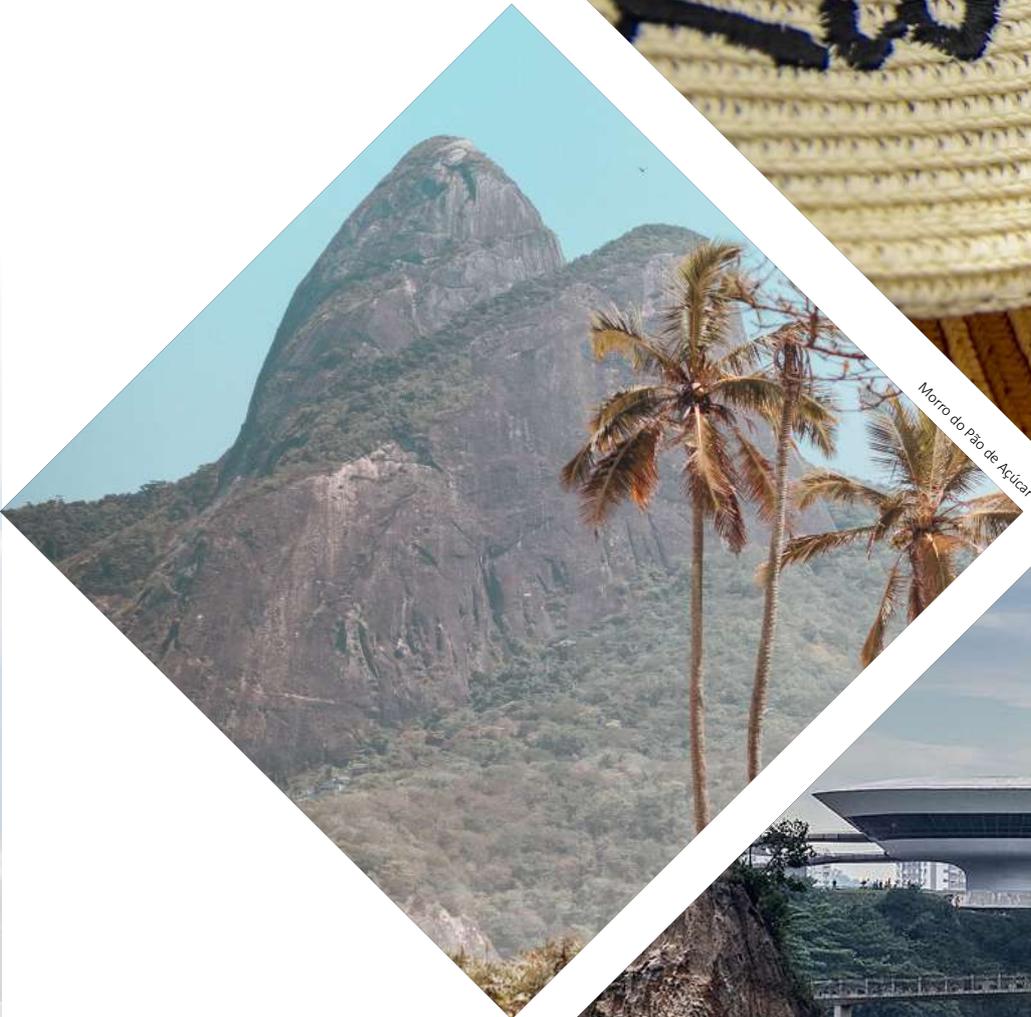


Fonte:Ministério da Economia, RAIS, 2021. Elaboração própria.

Morro do Pão de Açúcar

4 Fluxo Turístico

pixabay.com/pt/users/emersonguimaraes2018



Morro do Pão de Açúcar



Armação dos Búzios

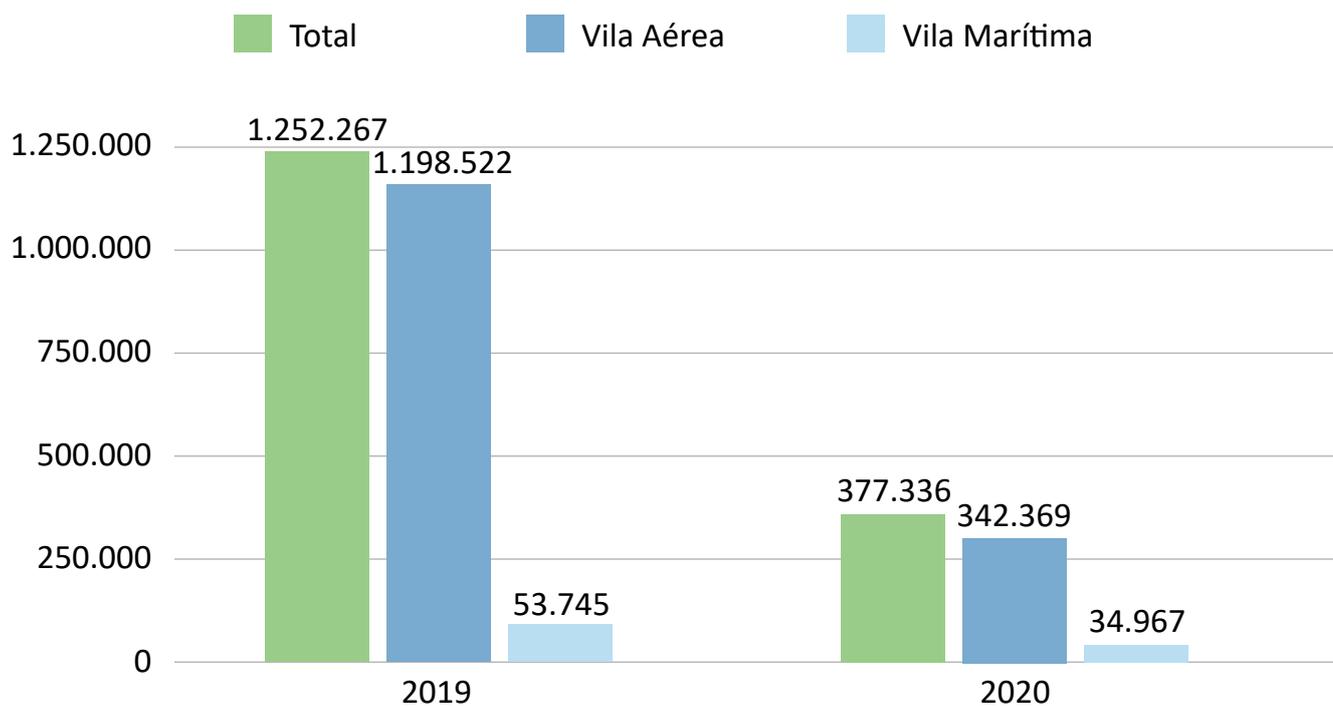


Museu de Arte Contemporânea de Niterói

De acordo com o *Anuário Estatístico de Turismo 2021*ⁱⁱⁱ, o Brasil recebeu 2.146.435 turistas internacionais no ano de 2020, uma redução de mais de 60% em relação ao ano de 2019, com o recebimento de 6.353.141 turistas internacionais. Os dados exibem uma queda compreensível quando consideradas as políticas de isolamento social instauradas devido à pandemia do novo coronavírus, em escala mundial.

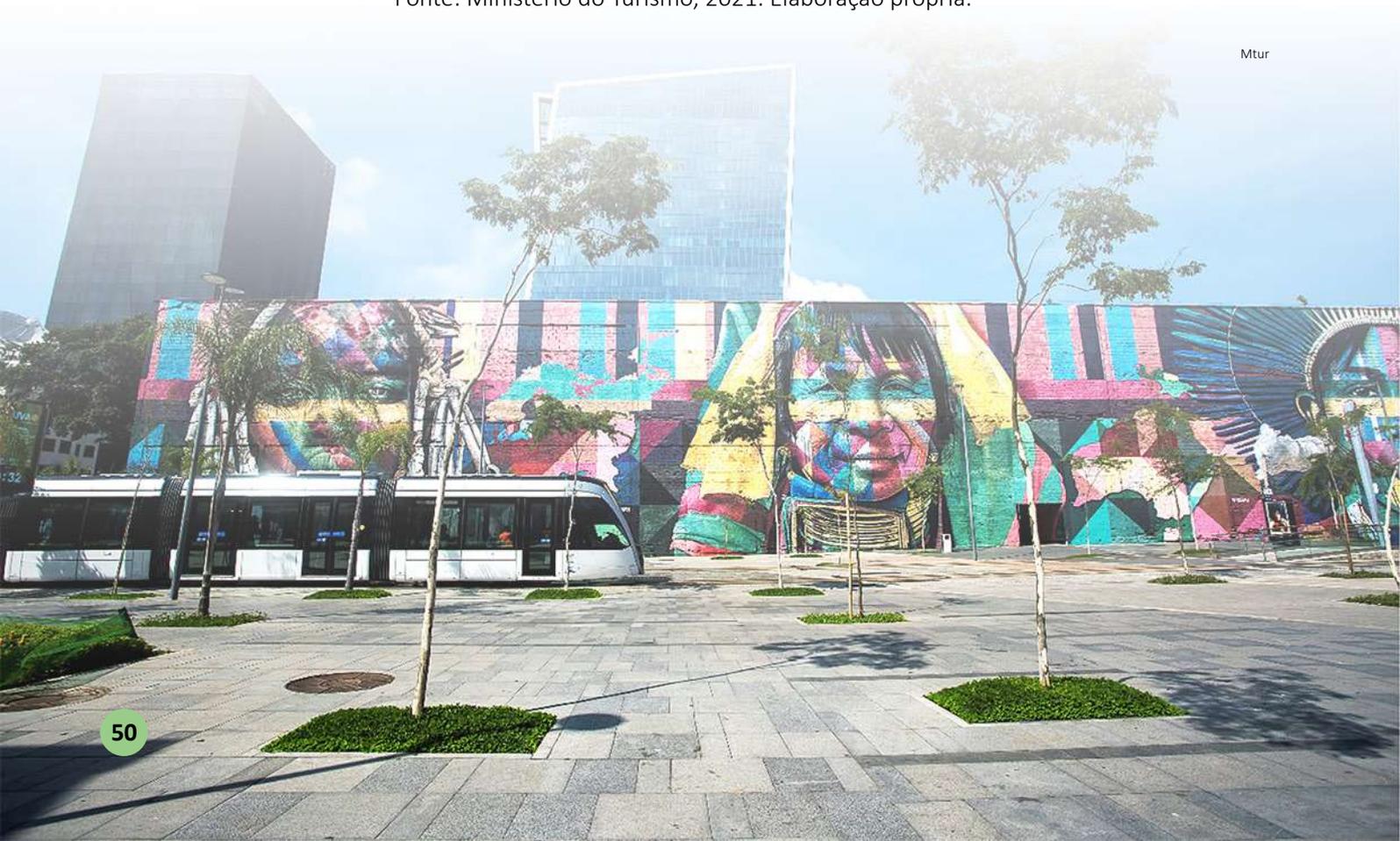
No âmbito estadual, a chegada de 377.336 turistas internacionais no Rio de Janeiro, em 2020, também representou um decréscimo de 70% em relação ao ano de 2019, em que o estado recebeu 1.252.267 turistas internacionais. A principal via de acesso utilizada foi a via aérea, seguida pela via marítima, conforme distribuição ilustrada na Figura 27, abaixo:

Figura 27. Chegada de turistas internacionais no estado do Rio de Janeiro por via de acesso (2019-2021).



Fonte: Ministério do Turismo, 2021. Elaboração própria.

Mtur



De acordo com a publicação supramencionada, janeiro, fevereiro e março foram os meses de maior entrada de turistas internacionais no Rio de Janeiro, tanto em 2019 quanto em 2020 (ver Figura 28, a seguir).

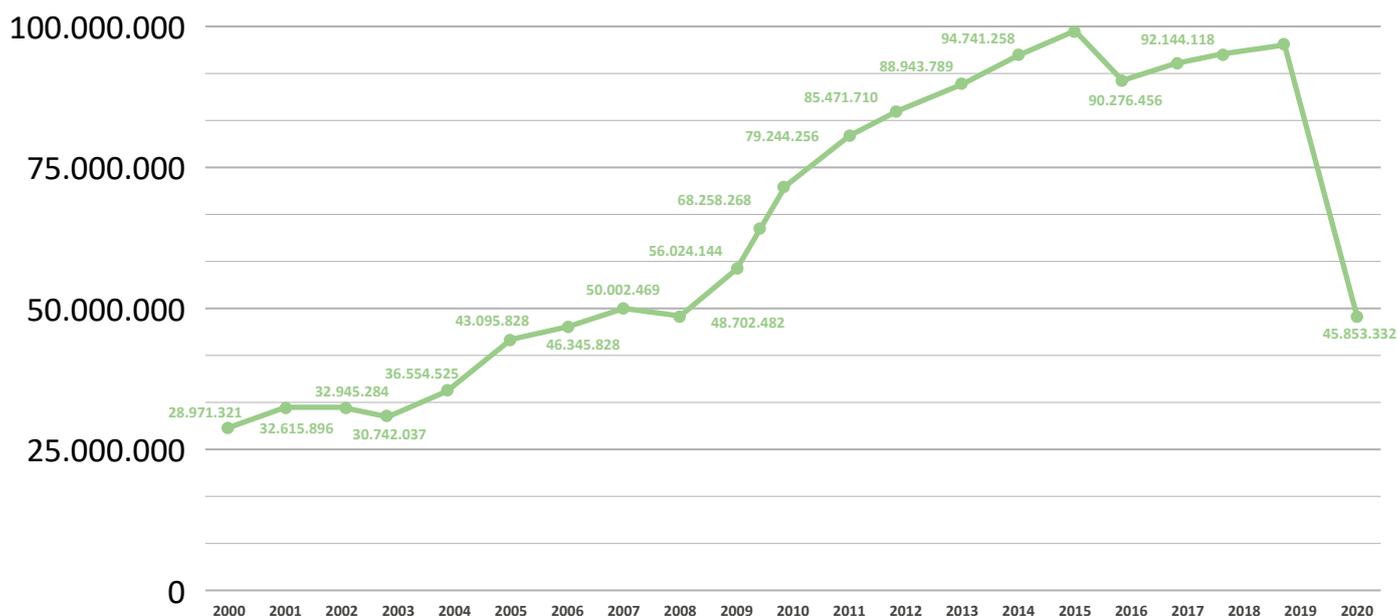
Figura 28 - Chegadas de turistas internacionais no Rio de Janeiro (2019-2020).

Mês do Ano	2019	2020	Variação (%)
Janeiro	141.271	133.681	-5,4%
Fevereiro	144.874	156.690	8,2%
Março	145.360	63.643	-56,2%
Abril	94.211	8	-100%
Mai	72.087	13	-100%
Junho	77.395	53	-99,9%
Julho	87.147	121	-99,9%
Agosto	89.046	678	-99,2%
Setembro	85.408	931	-98,9%
Outubro	90.370	2.232	-97,5%
Novembro	92.958	4.592	-95,1%
Dezembro	132.140	14.694	-88,9%

Fonte: elaborada a partir dos dados do MTURⁱⁱⁱ, 2021.

No que concerne aos dados sobre o turismo interno, que englobam os deslocamentos de residentes e não residentes no país, o *Anuário Estatístico do Turismo 2021*ⁱⁱⁱ informa que, evidentemente, a pandemia também impactou o fluxo aéreo doméstico em todo o Brasil, no qual apresentou, em 2020, uma redução de 52,5% na movimentação de passageiros nos aeroportos, quando comparado com 2019. Registraram-se, em 2020, 45.853.332 desembarques domésticos, o menor valor dos últimos 15 anos, ao passo que em 2019 o número de desembarques domésticos chegou a 96.619.689. A Figura 29 apresenta a evolução histórica (2000-2021) dos desembarques domésticos em aeroportos brasileiros:

Figura 29 - Evolução histórica dos desembarques domésticos em aeroportos no Brasil (2000-2021).



Fonte: Ministério do Turismo (2021; 2022). Elaboração própria.

A Região Sudeste registrou a segunda maior queda (-53,2%) e concentrou cerca de 49% dos desembarques nacionais nos aeroportos brasileiros (22.650.303 desembarques de um total de 45.853.332).

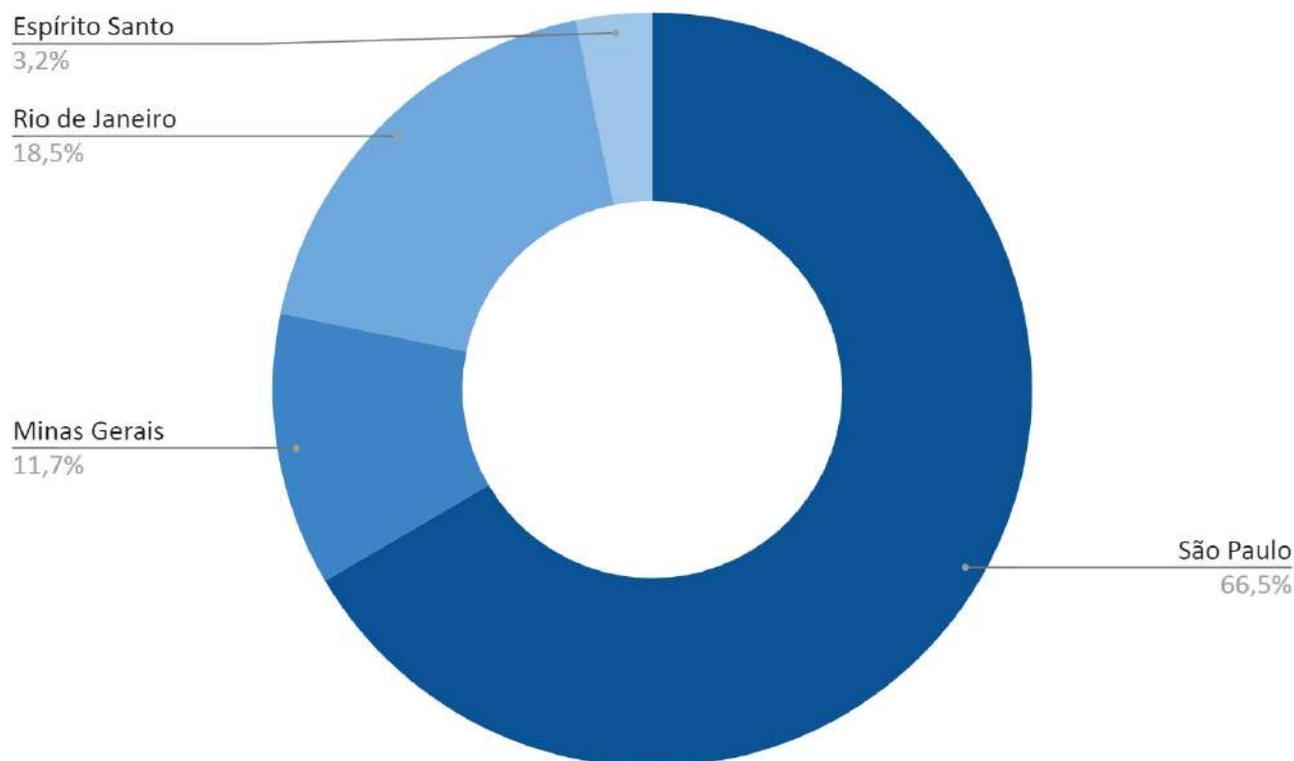
Figura 30 - Proporção dos desembarques nacionais em aeroportos do Brasil por região.

Região	Número de Desembarques Domésticos	Varição
Sudeste	22.650.303	49%
Sul	5.354.210	12%
Centro-Oeste	5.731.140	12%
Nordeste	9.178.465	20%
Norte	2.939.214	6%
Total	45.853.332	100%

Fonte: Ministério do Turismo (2022). Elaboração própria.

O Rio de Janeiro, por sua vez, é o segundo estado com mais desembarques nacionais de passageiros (residentes e não residentes no Brasil), atrás de São Paulo, apresentando cada um 4.195.825 e 15.070.323 de desembarques, respectivamente.

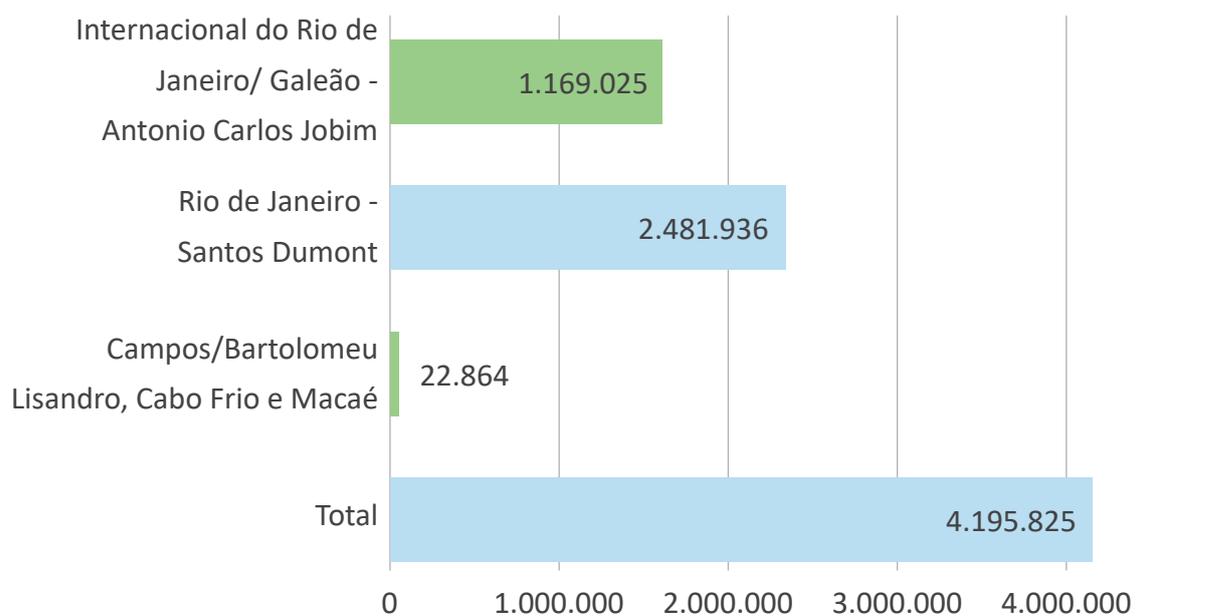
Figura 31 - Proporção dos desembarques nacionais em aeroportos do Sudeste (2020).



Fonte: Ministério do Turismo (2022). Elaboração própria.

Os aeroportos da cidade do Rio de Janeiro – Galeão- Antonio Carlos Jobim e Santos Dumont- realizaram 40,3% e 59,15% dos desembarques, consistindo em ser os dois principais aeroportos do estado. Ainda, o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, o Aeroporto Bartolomeu Lisandro (em Campos) e o Aeroporto de Macaé MEA somam aproximadamente 0,54% dos desembarques de voos regulares e não regulares no estado.

Figura 32 - Desembarques nacionais em aeroportos do Rio de Janeiro (2020).



Fonte: Ministério do Turismo (2022). Elaboração própria.

Cabe considerar que, sendo o fluxo de viagens domésticas no Brasil ainda mais elevado do que o receptivo de viagens internacionais- também no período pré-pandemia-, os dados dos deslocamentos terrestres são relevantes para dimensionar o tamanho do fluxo de pessoas viajando no interior do país, bem como os principais emissores e receptores considerados a partir do número de passageiros de ida (local de origem de onde os ônibus partem) e passageiros de volta (que embarcam nos pontos finais, ou seja, no destino para onde o ônibus inicialmente se dirigiu)¹¹.

No que se refere aos deslocamentos rodoviários, o *Anuário Estatístico de Turismo 2021*ⁱⁱⁱ, indica que, em 2020, a movimentação de passageiros nas rodoviárias do Brasil apresentou queda de 61,8%, quando comparada com a do ano anterior, como é possível notar na Figura 33, a seguir:

Figura 33. Movimentação de deslocamentos rodoviários nacionais e internacionais no Brasil (2019-2020).

Escala do deslocamento	2019	2020	Variação (%)
Nacional	39.613.544	15.220.854	-61,6%
Interestadual	39.529.224	15.192.037	-61,6%
Intraestadual	84.320	28.817	-65,8%
Internacional	221.784	15.868	-92,8%
Total	39.835.328	15.236.722	-61,8%

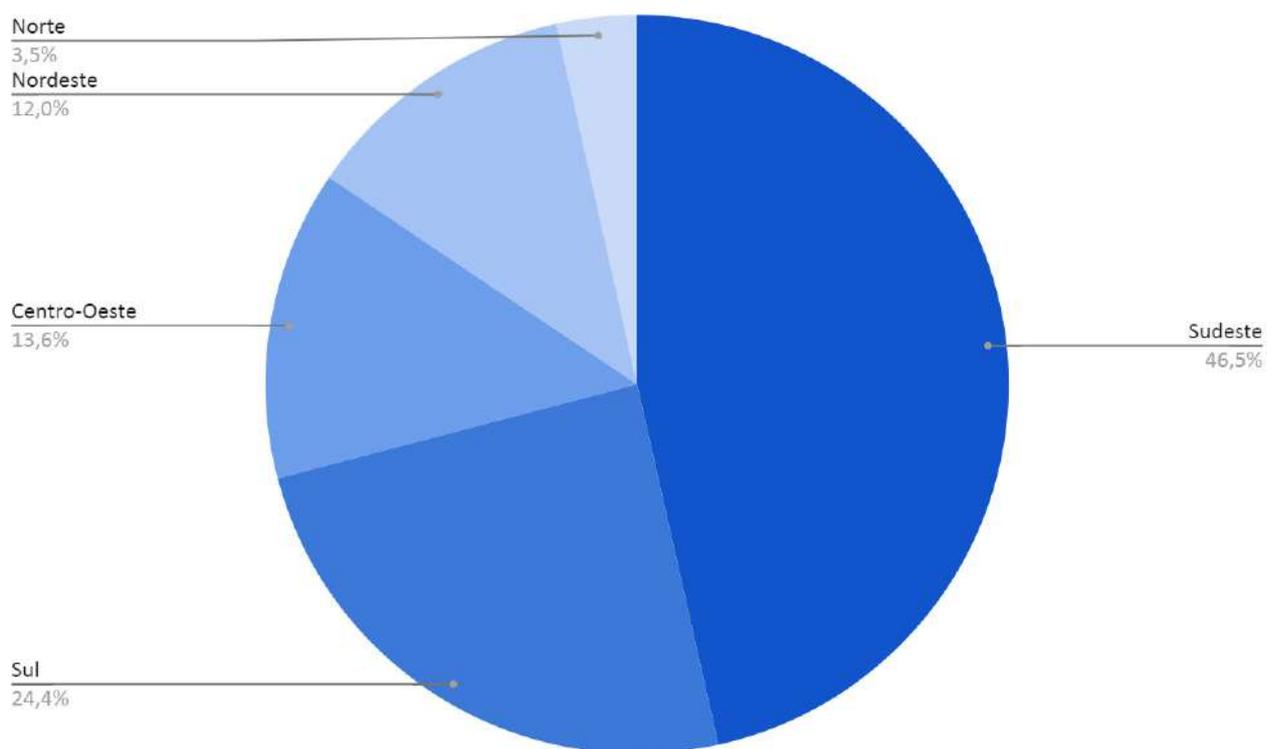
Fonte: Ministério do Turismo, 2021. Elaboração própria.

Em 2019, 39.835.328 passageiros viajaram de ônibus no Brasil; 99,44% desse número correspondem a deslocamentos nacionais (inter e intraestaduais) e 0,56%, as internacionais. Em 2020, constam apenas 15.236.722 movimentações, apresentando uma maior redução no mês de abril (-93,9%), quando comparadas com os números do mesmo mês, em 2019. Em abril de 2020, a movimentação internacional foi interrompida em decorrência da pandemia da covid-19 com o fluxo mantendo-se baixo até o final do ano. Em termos dos deslocamentos nacionais, as viagens entre os estados da federação somaram 15.192.037 passageiros nacionais em 2020, enquanto que as viagens no interior dos estados, somaram 28.817 passageiros.

Regionalmente, a Figura 34 exibe os deslocamentos nacionais (interestaduais e intraestaduais) que distribuíram-se, em ordem decrescente, entre Sudeste (7.076.309), Sul (3.714.962), Centro-Oeste (2.063.461), Nordeste (1.833.235), e Norte (532.887). Ou seja, a região do sudeste brasileiro apresentou os maiores números de passageiros de ida e volta (46,49%% da movimentação nacional), em 2020. No plano estadual, destacam-se São Paulo (2.843.661) e Minas Gerais (2.426.449), seguidos por Rio de Janeiro (1.037.502) e Espírito Santo (768.697).

¹¹Deve-se ressaltar, contudo, que estes dados isoladamente não são capazes de traduzir as especificidades dos deslocamentos como, por exemplo, motivação da viagem, perfil do passageiro, etc. Além de não apresentar dados acerca dos deslocamentos de turistas que viajam em carros particulares e/ou alugados nas viagens de fim de semana, feriados prolongados e férias.

Figura 34. Proporção da movimentação nacional em rodoviárias no Brasil em 2020.



Fonte: Ministério do Turismo, 2021. Elaboração própria.

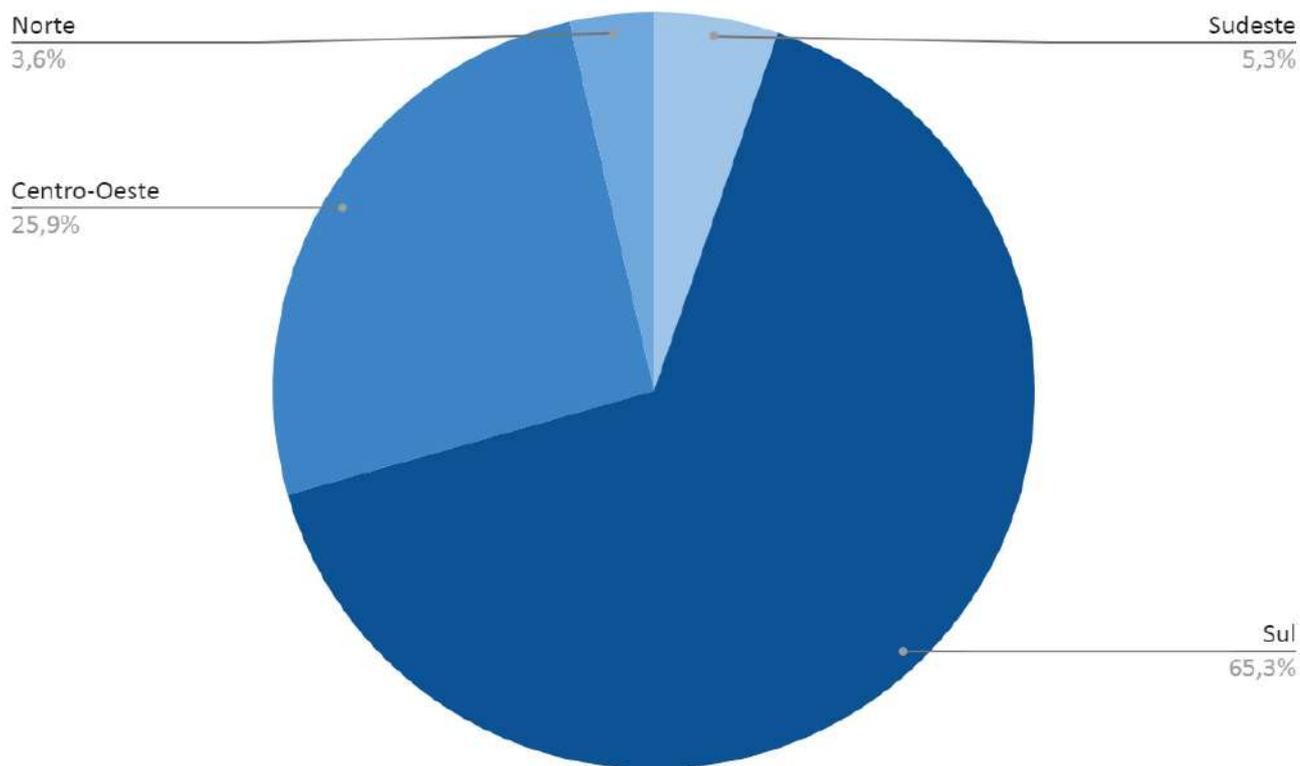
Figura 35. Movimentação nacional de passageiros em rodoviárias na Região Sudeste, em 2020.

Região Sudeste	Deslocamento Nacionais	%
São Paulo	2.843.661	40,19%
Minas Gerais	2.426.449	34,29%
Rio de Janeiro	1.037.502	14,66%
Espírito Santo	768.697	10,86%
Total	7.076.309	100,00%

Fonte: Ministério do Turismo, 2021. Elaboração própria.

Já a movimentação internacional somou 15.868 passageiros em 2020, tendo as regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste como principais centros emissores e receptores, movimentando cerca de 10.359, 4.105 e 838 pessoas, respectivamente. No Sudeste, especificamente, a movimentação de passageiros internacionais em rodoviárias concentrou-se no estado de São Paulo (398) e no Rio de Janeiro (440).

Figura 36. Proporção da movimentação de passageiros internacionais em rodoviárias no Brasil, em 2020.



Fonte: Ministério do Turismo, 2021. Elaboração própria.

Pode-se considerar, com base nos dados quantitativos acima apresentados, que o estado do Rio de Janeiro figura dentre os principais centros emissores e receptores de turistas no Brasil. Contudo, os dados disponíveis não apresentam informações territorialmente desagregadas a nível estadual, o que impõe limitações à compreensão dos fluxos turísticos e do perfil do setor nas regiões turísticas e municípios fluminenses. O *Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021*¹, por sua vez, apresenta uma estimativa de visitas nacionais e internacionais para cada um dos municípios que compõem as regiões turísticas fluminenses.

Cardoso Moreira

Figura 37. Estimativa de visitas nacionais e internacionais nas regiões turísticas fluminenses, conforme o Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021).

Região Turística	Estimativa de Visitas Internacionais	Estimativa de Visitas Nacionais	Total
Águas do Noroeste	1.483	400.267	401.750
Agulhas Negras	8.562	232.585	241.147
Baixada Verde	3.890	250.174	254.064
Caminhos Coloniais	684	15.829	16.513
Caminhos da Mata	3.149	95.811	98.960
Caminhos da Serra	314	55.764	56.078
Costa do Sol	431.887	3.448.335	3.880.222
Costa Doce	5.991	715.046	721.037
Costa Verde	1.497.964	29.126.735	30.624.699
Metropolitana	1.671.244	7.360.103	9.031.347
Serra Verde Imperial	26.432	685.710	712.142
Vale do Café	10.595	361.696	372.291

Fonte: Ministério do Turismo, Mapa do Turismo Brasileiro, 2019. Elaboração própria.

No entanto, as estimativas reunidas na Figura 37, acima não contemplam os impactos da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. O déficit de informações, por sua vez, configura-se como uma desvantagem competitiva para o estado, posto que o uso da informação é essencial para o entendimento da estrutura e da dinâmica do setor turístico necessário à tomada de decisões estratégicas por atores públicos e privados, que visem o seu desenvolvimento.

De acordo com o *Relatório de Impacto da Pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil*^{xiii}, o Ministério do Turismo prevê a recuperação do setor até 2023, que deverá ser alavancada primeiro pela retomada do turismo doméstico nos curto e médio prazos, seguida por um reaquecimento mais demorado do turismo internacional. Cabe sublinhar que, independentemente das barreiras impostas ao deslocamento entre países em decorrência da pandemia, o turismo doméstico tende a apresentar maiores fluxos de deslocamento, o que significa que o fluxo turístico de turistas brasileiros e/ou residentes no território nacional visitando o país é superior ao de turistas residentes em outros países.

5

Perfil das Viagens

Carapicheus



Mala de Viagem



Marquês de Sapucaí



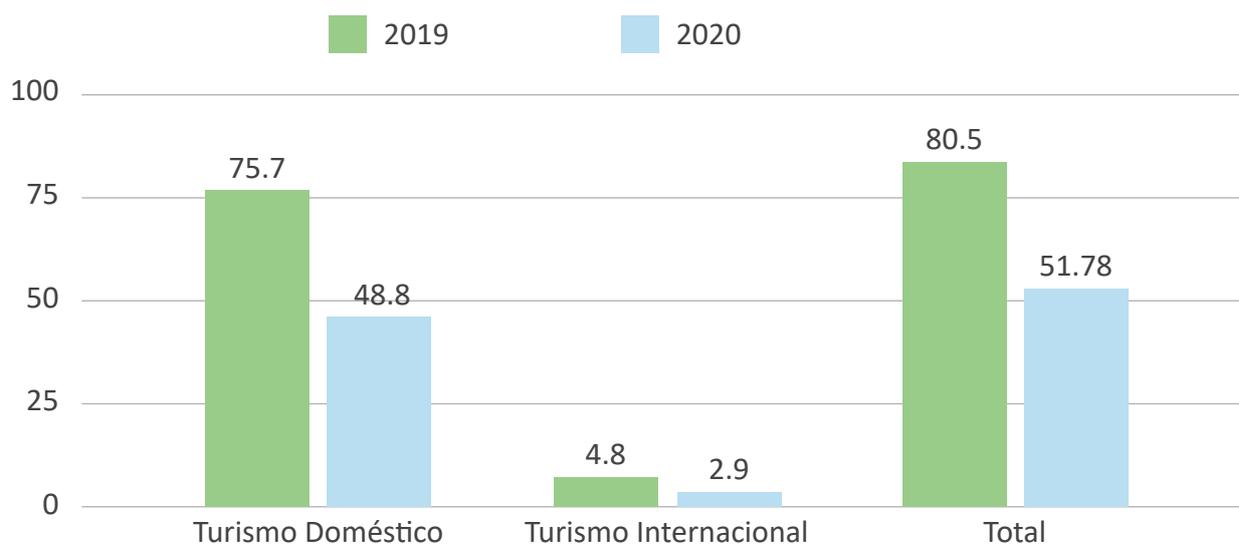
porcinula



Em função da paralisação e do arrefecimento da atividade turística, sobretudo internacional, em 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, os dados sobre o perfil dos turistas não foram atualizados. As informações ora apresentadas baseiam-se, desta maneira, nos dados disponibilizados pelo WTTC, pelo MTur e pelo IBGE, referentes ao ano de 2019.

A pesquisa anual do WTTC^{xxi} indica as características do setor de viagens e turismo no Brasil. Sabe-se que as viagens domésticas representaram 94% dos gastos com turismo em 2019 (cerca de 75,7 bilhões de dólares), ao passo que os turistas internacionais gastaram 6% do montante (4,8 bilhões de dólares). Em 2020, embora a porcentagem se mantenha, os gastos caíram para 48,88 bilhões de dólares e 2,9 bilhões de dólares, respectivamente. (Figura 38).

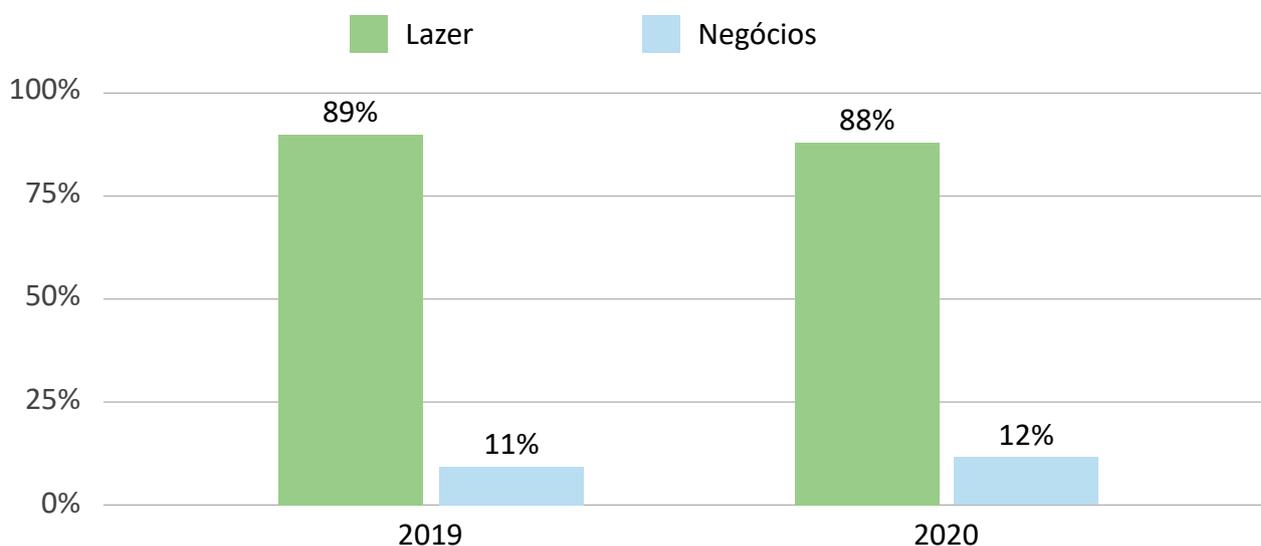
Figura 38. Gastos do turismo doméstico e internacional em bilhões de dólares no Brasil (2019-2020)



Fonte: Conselho Mundial de Viagens e Turismo, 2021. Elaboração própria.

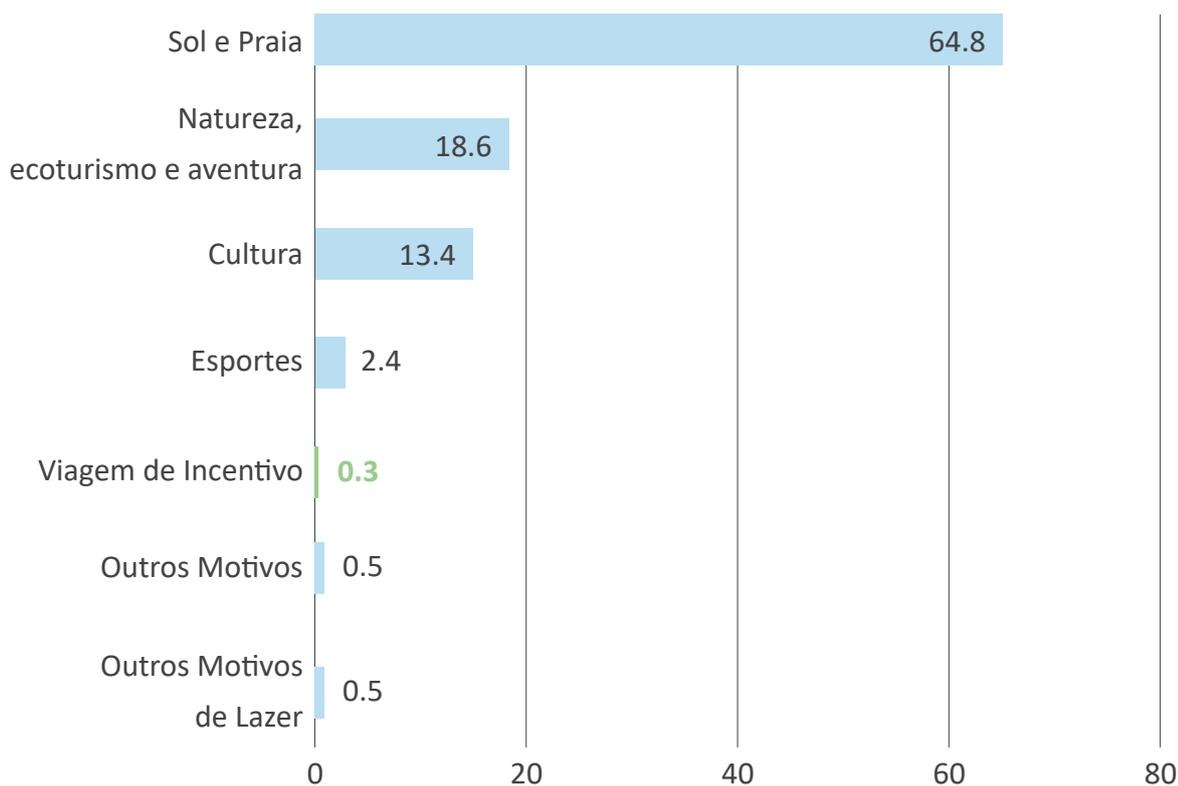
Dos gastos com turismo, em 2019, 89% estavam relacionados a viagens de lazer, enquanto 11%, a viagens de negócios. Em 2020, as viagens de negócio aumentaram para 12%, ao passo que as viagens a lazer caíram para 88%. (Ver Figura 39, a seguir).

Figura 39. Proporção dos gastos com turismo no Brasil em relação à motivação da viagem (2019-2020).



Fonte: Conselho Mundial de Viagens e Turismo, 2021. Elaboração própria.

Figura 40. Motivação das viagens internacionais ao Brasil vinculadas ao lazer, em 2019 (%).



Fonte: Ministério do Turismo, 2021. Elaboração própria.

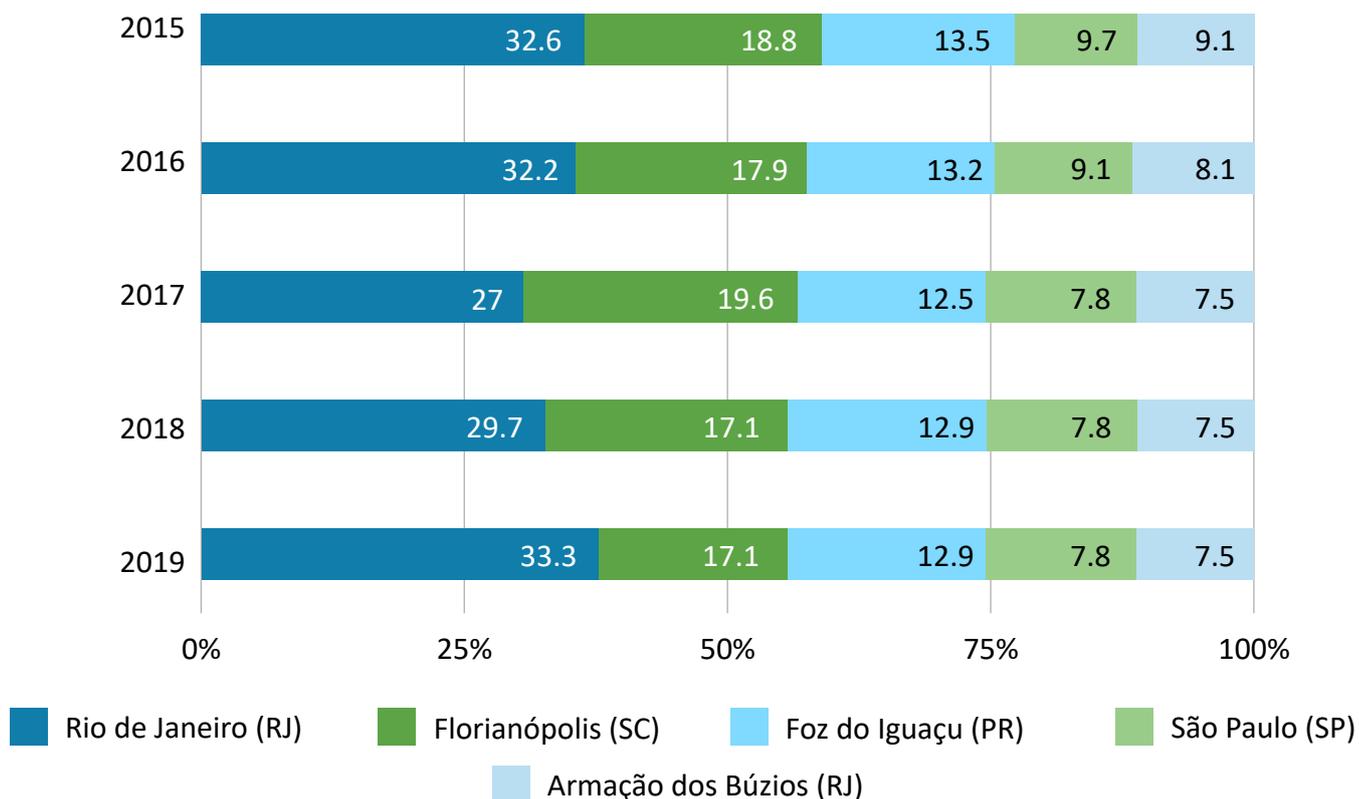
De acordo com o *Anuário Estatístico do Turismo 2021ⁱⁱⁱ*, o lazer foi a principal motivação das viagens ao Brasil, entre os anos de 2015 e 2019 (em média 56%), ao passo que “Negócios, eventos e convenções” representaram uma média de 16,68% das viagens do mesmo período. Dentre as viagens a lazer, em 2019, ganham destaque aquelas direcionadas ao turismo de “sol e praia” (69,42%), “natureza, ecoturismo ou aventura” (16,7%) e “cultura” (10,74%), conforme ilustra a Figura 40, acima.

Conforme a síntese da demanda turística internacional apresentada no *Anuário Estatístico do Turismo 2020^{xv}*, a cidade do Rio de Janeiro foi o destino mais visitado para viagens a “Lazer” entre os anos de 2015 e 2019, ficando em segundo lugar para viagens motivadas por “Negócios, eventos e convenções” ou “Outros motivos”. Destaca-se que o município de Armação dos Búzios, também no estado do Rio de Janeiro, aparece como quinto colocado entre os destinos mais visitados no Brasil, para lazer. A Figura 41, abaixo, ilustra a representatividade das diferentes motivações das viagens realizadas a lazer, entre 2015 e 2019.



Paraíba do Sul

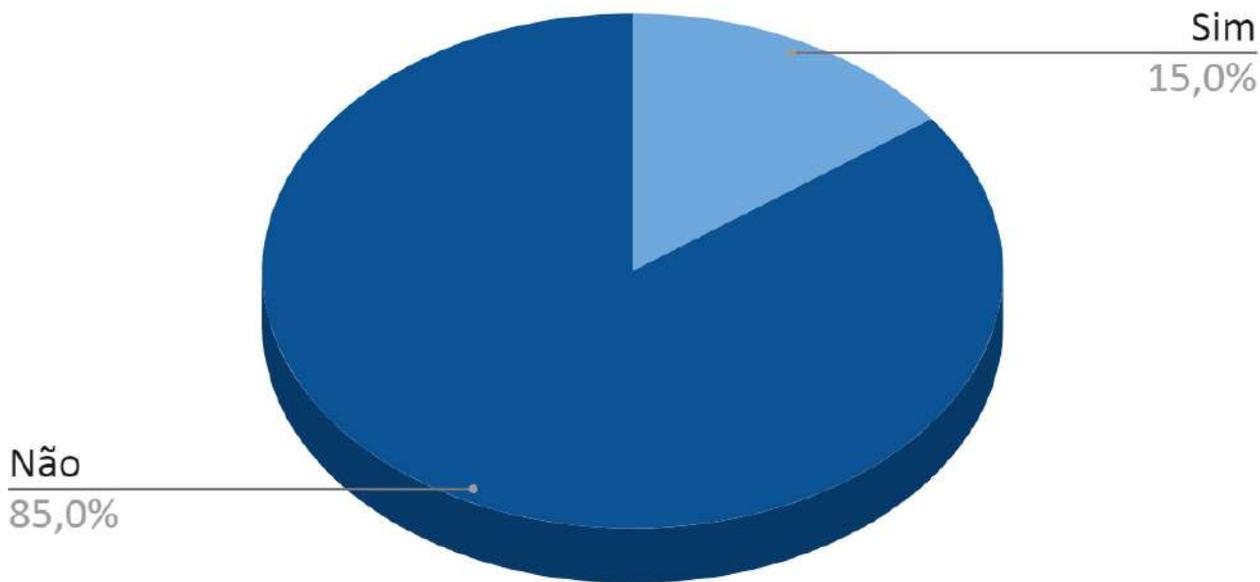
Figura 41. Destinos brasileiros mais visitados por motivação de lazer no Brasil, em 2019 (%).



Fonte: Ministério do Turismo, 2021. Elaboração própria.

Com base na suplementação 'Turismo' da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) do IBGE^{xxvi}, realizada no terceiro trimestre de 2019, pode-se tecer algumas considerações sobre o turismo doméstico de residentes no estado do Rio de Janeiro. Sabe-se que a cada cem moradores do estado, apenas quinze realizaram alguma viagem no período pesquisado, seja a trabalho, a lazer ou para visitar parentes ou amigos (vide Figura 42).

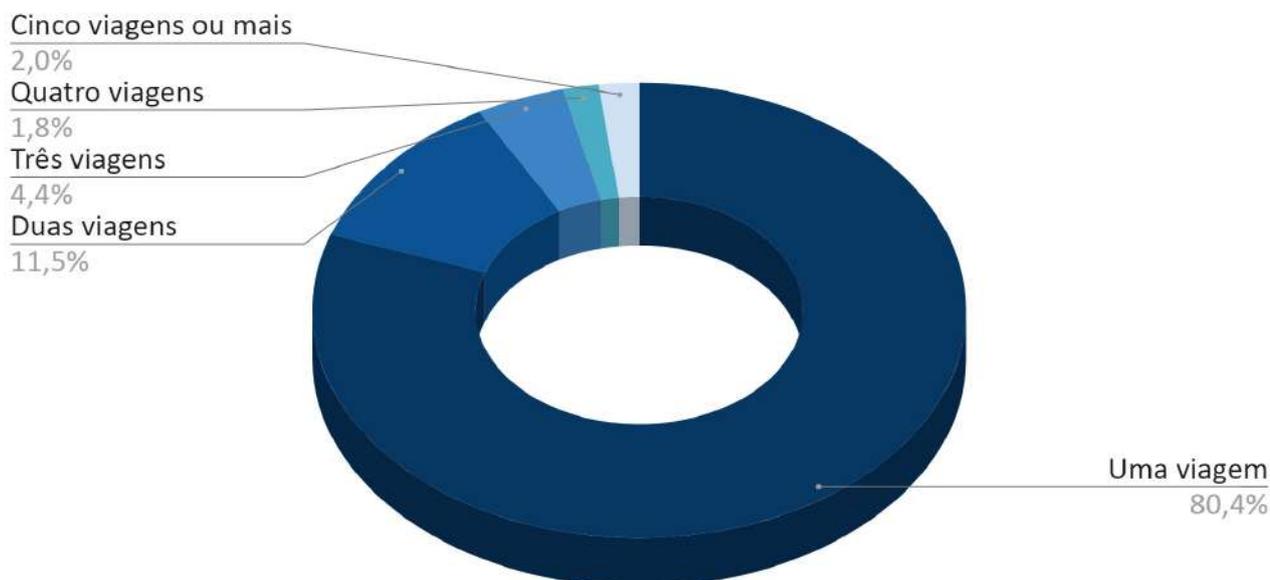
Figura 42. Proporção de entrevistados que responderam ter viajado em 2019.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

Por outro lado, entre os que viajaram, 8% das pessoas fizeram apenas uma viagem, 11,5% realizaram duas viagens, 4,4% viajaram três vezes, 1,8% quatro vezes e 2% dos entrevistados viajaram cinco vezes ou mais, o que pode ser observado na Figura 43, a seguir.

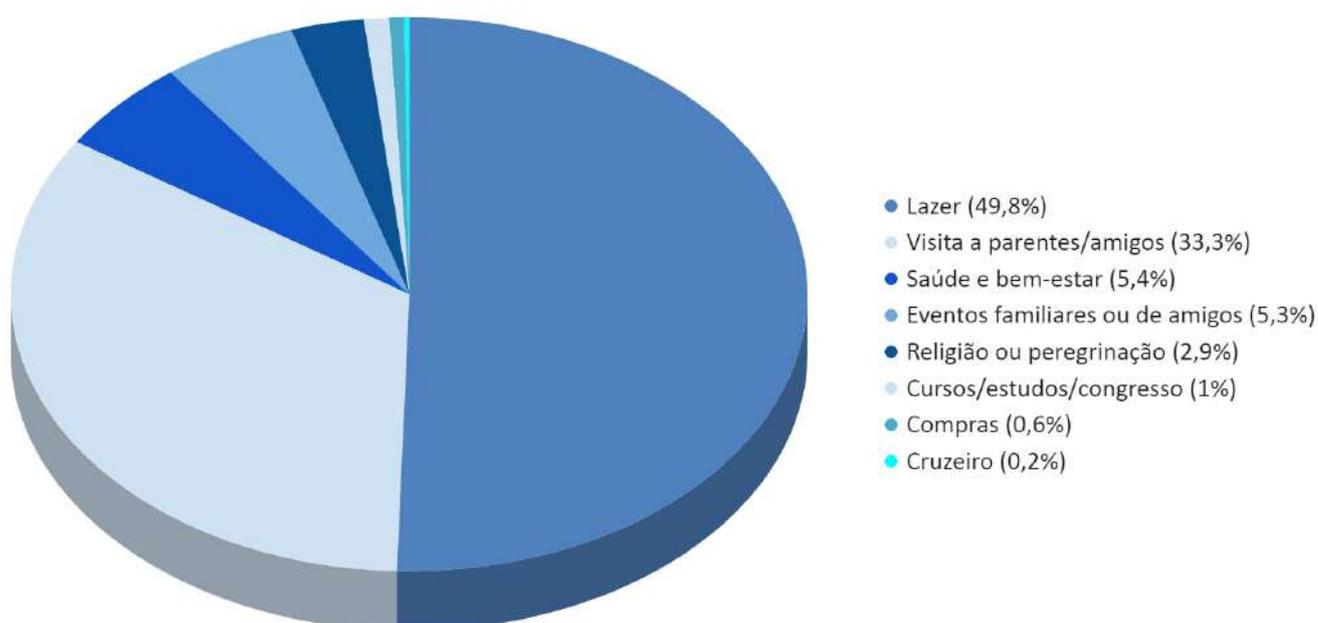
Figura 43. Proporção da quantidade de viagens realizadas por residentes no estado do Rio de Janeiro, em 2019.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

As viagens realizadas, segundo os respondentes da pesquisa, estiveram majoritariamente associadas a motivos pessoais (88%), ao passo que as viagens profissionais somaram 12%. Compreende-se como motivos pessoais, conforme a Figura 44 abaixo, as viagens motivadas por lazer (49,8%), visita a parentes e/ou amigos (33%), saúde e bem-estar (5,4%), para eventos familiares ou de amigos (5,3%), religião ou peregrinação (2,9%), cursos/estudos/congressos (1%), compras (0,6%) e cruzeiro (0,2%).

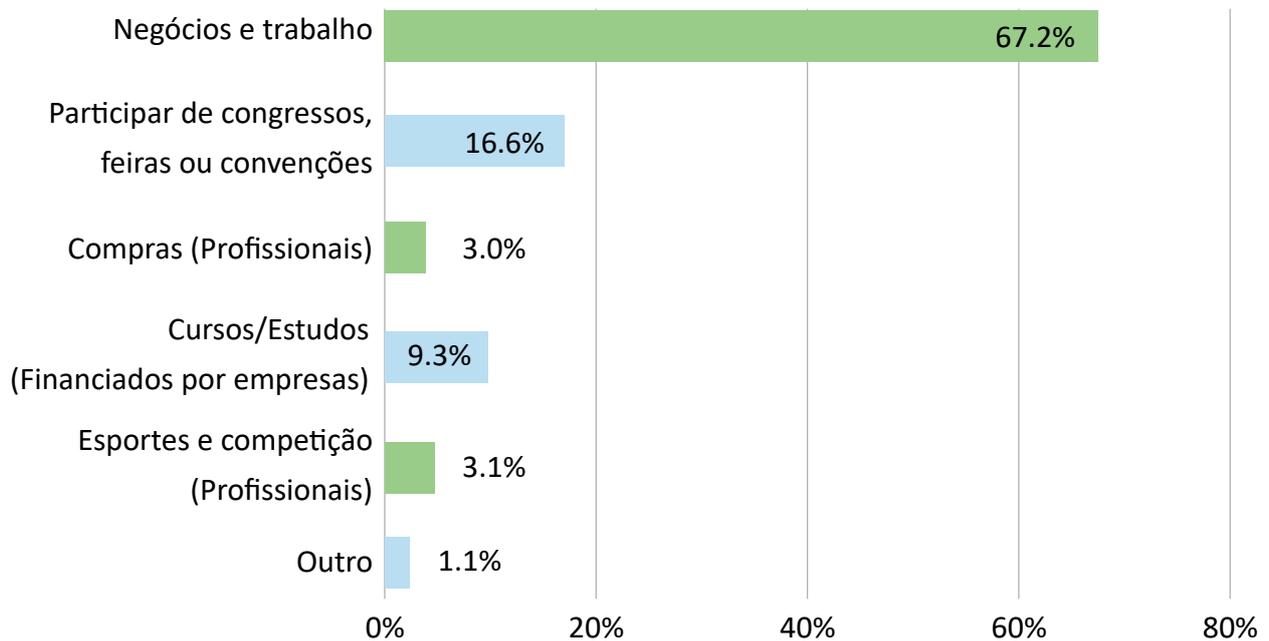
Figura 44. Motivações de viagem vinculadas a motivos pessoais.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

Já as viagens realizadas por questões profissionais foram motivadas por negócios ou trabalho (67%); congressos, feiras ou convenções (16%) ou cursos/estudos financiados pela empresa (9%), majoritariamente, como evidenciado pela Figura 45, abaixo.

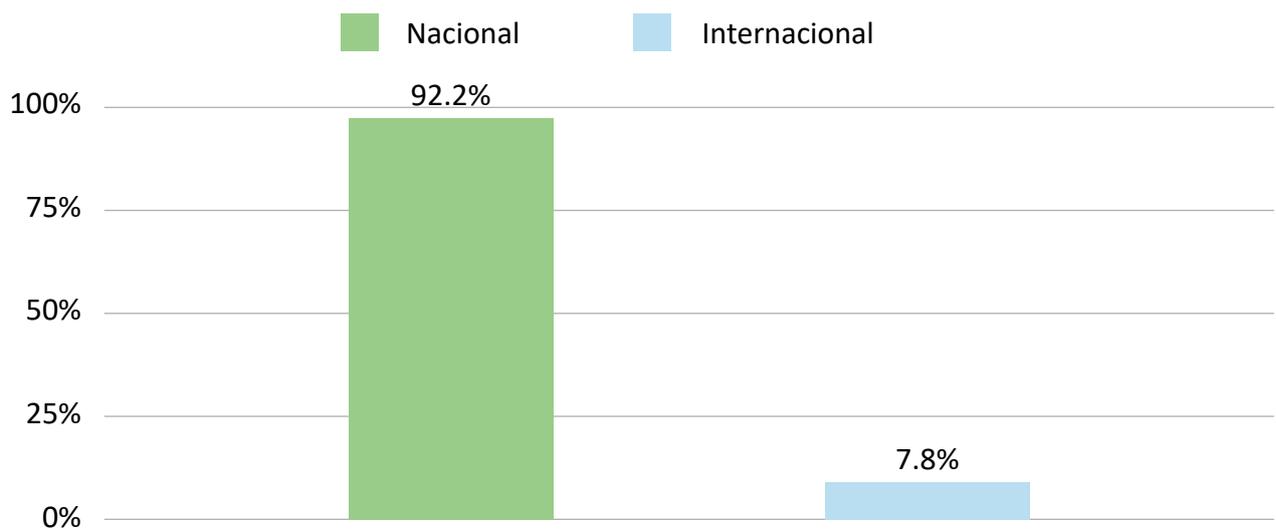
Figura 45. Motivações de viagem vinculadas a questões profissionais.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

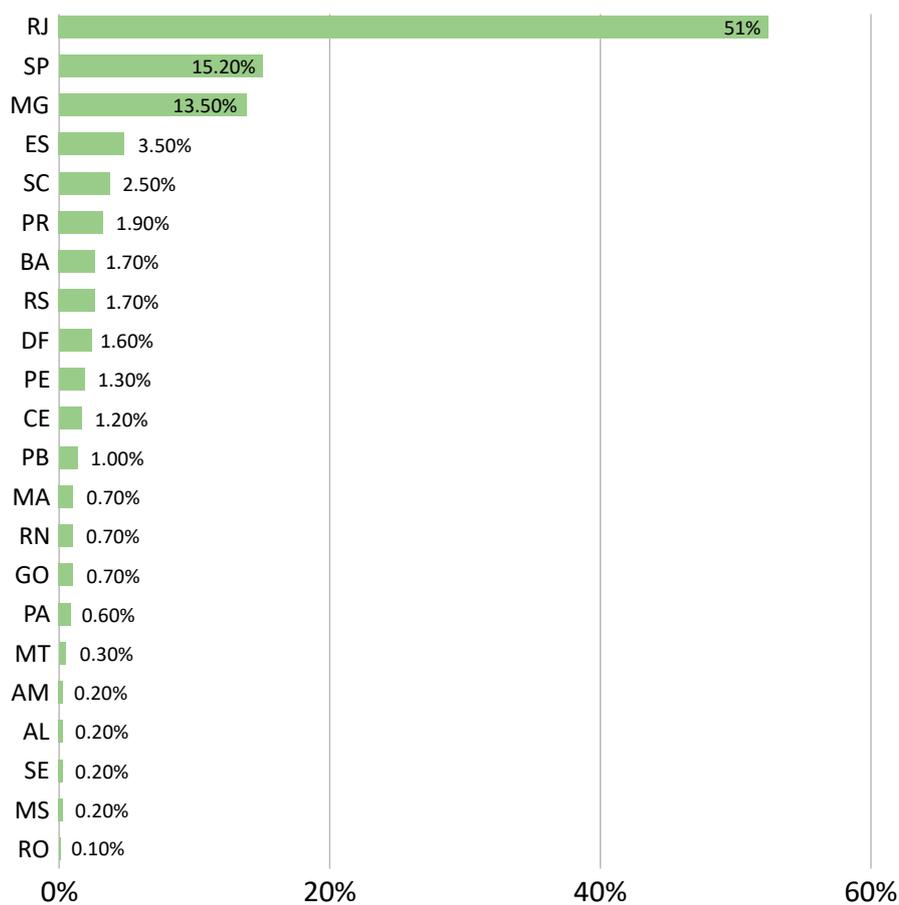
De acordo com a Figura 46, 92% das viagens são nacionais. Isso significa que a cada cem viagens, apenas oito são internacionais. Tem-se ainda que de cada 100 viagens nacionais: 51 são para o próprio estado do Rio de Janeiro; 15 deslocam-se para São Paulo; 13 vão para Minas Gerais e 3 deslocam-se para o Espírito Santo. O principal destino dos moradores fluminenses fora da região sudeste é Santa Catarina, com 2,5% das viagens. (Ver Figura 47).

Figura 46. Proporção das viagens com destino nacional e internacional.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

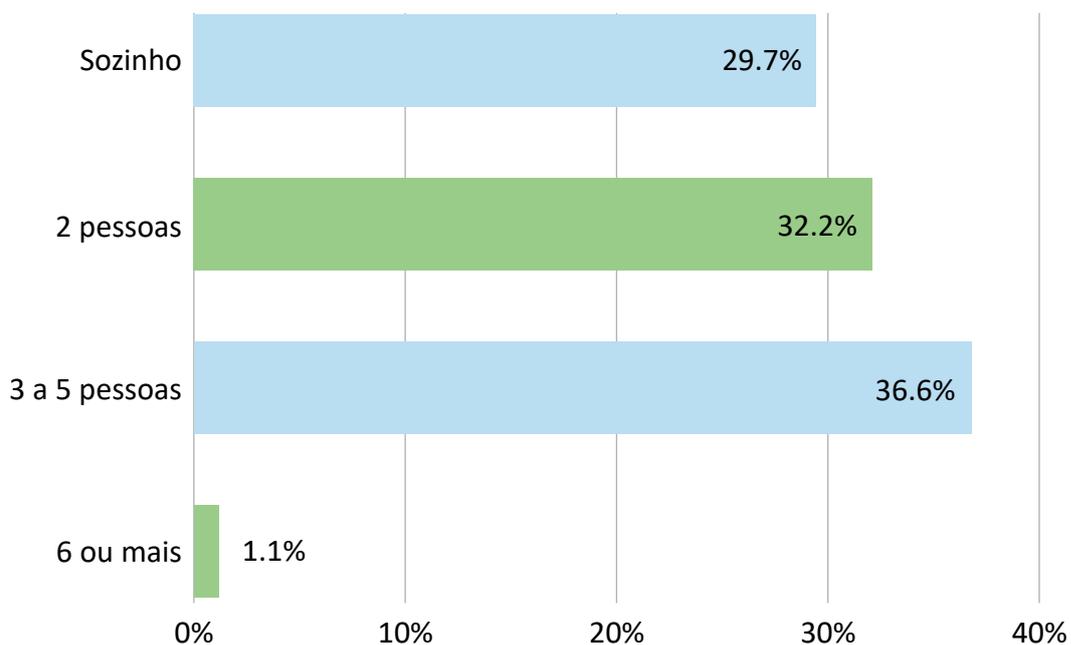
Figura 47. Principais destinos nacionais.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

A Figura 48 mostra que cerca de 36% das viagens são realizadas em grupos de três a cinco pessoas (36,6%). Em segundo lugar tem-se as viagens por duas pessoas (32,6%), seguidas pelas viagens de apenas uma pessoa (30%).

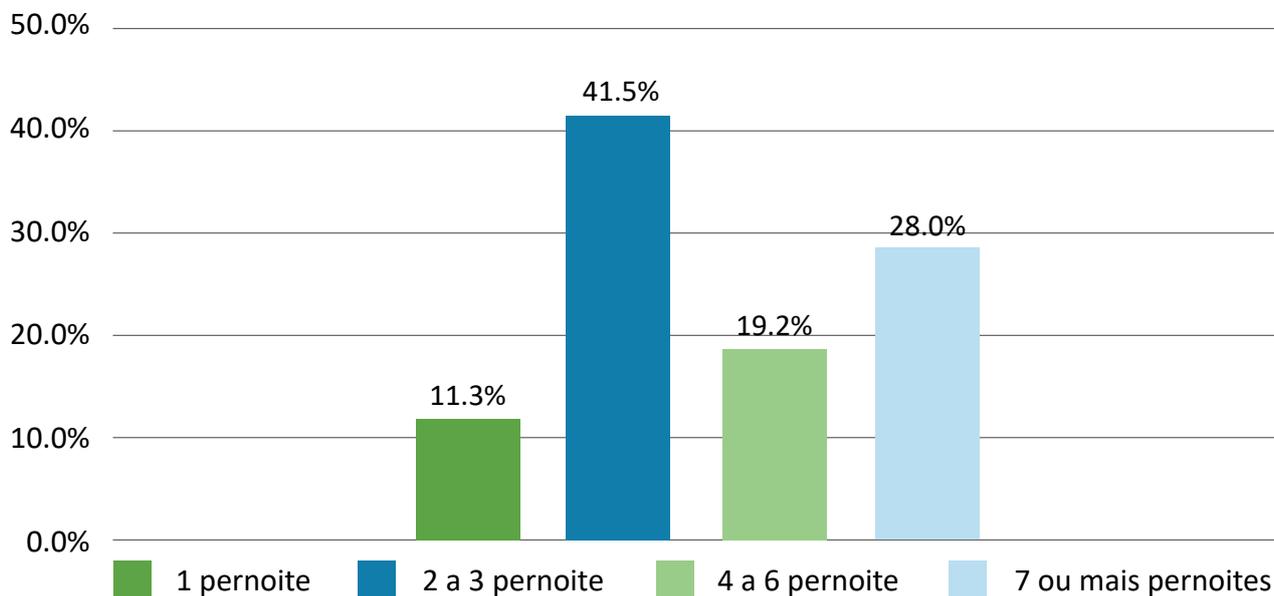
Figura 48. Quantidade de pessoas que viajaram em conjunto.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

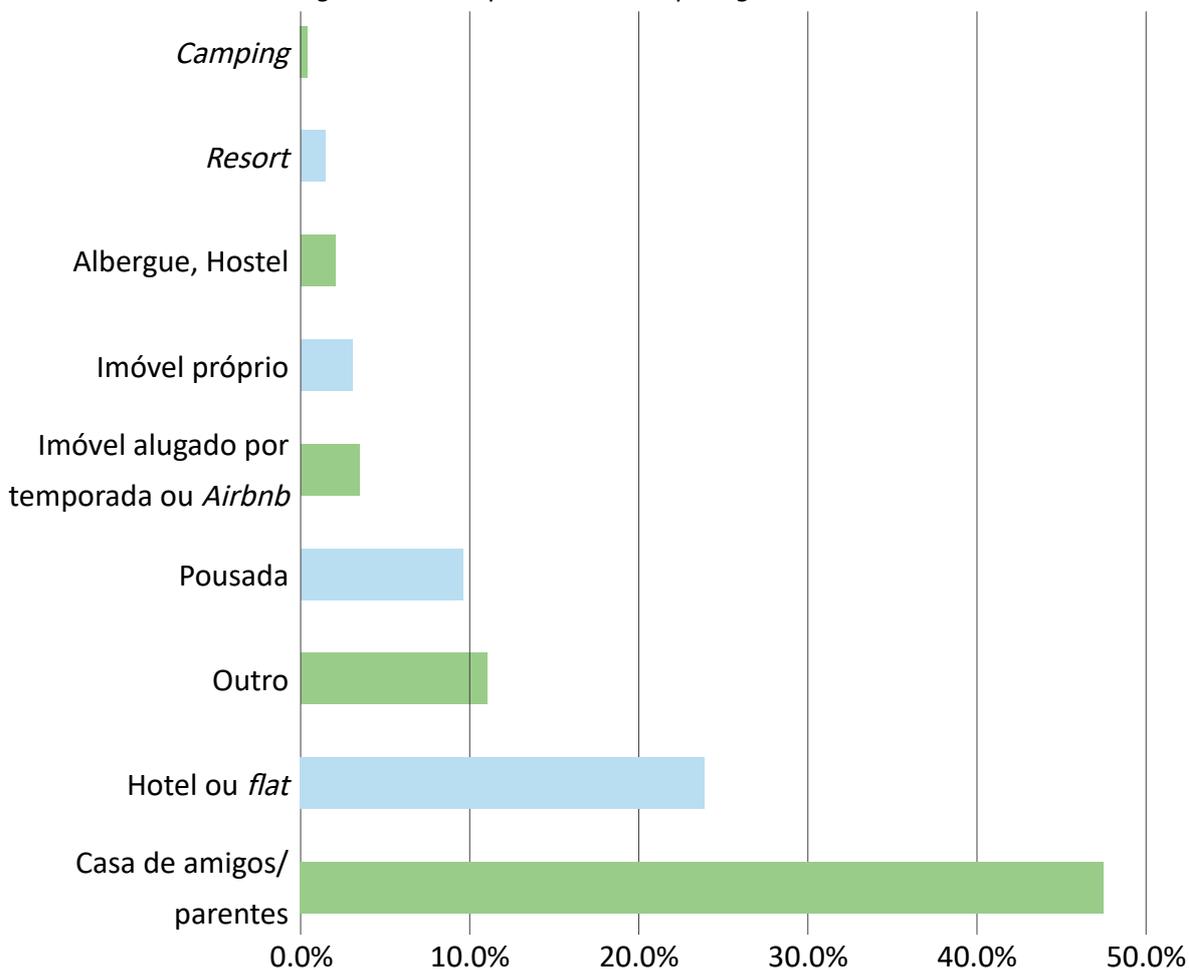
Em sua maioria, as viagens prolongam-se por duas ou três noites (41,5%), seguidas por viagens maiores com sete noites ou mais (28%), quatro a seis noites (19,2%) e, por fim, viagens curtas com apenas uma noite (11,3%), conforme a Figura 49. Nota-se que o principal tipo de hospedagem utilizado é a casa de amigos e parentes (47%), hotel ou *flat* (23%), pousadas (10%), seguido por imóveis alugados por temporada ou *Airbnb* (4,1%) (ver Figura 50).

Figura 49. Número de noites.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

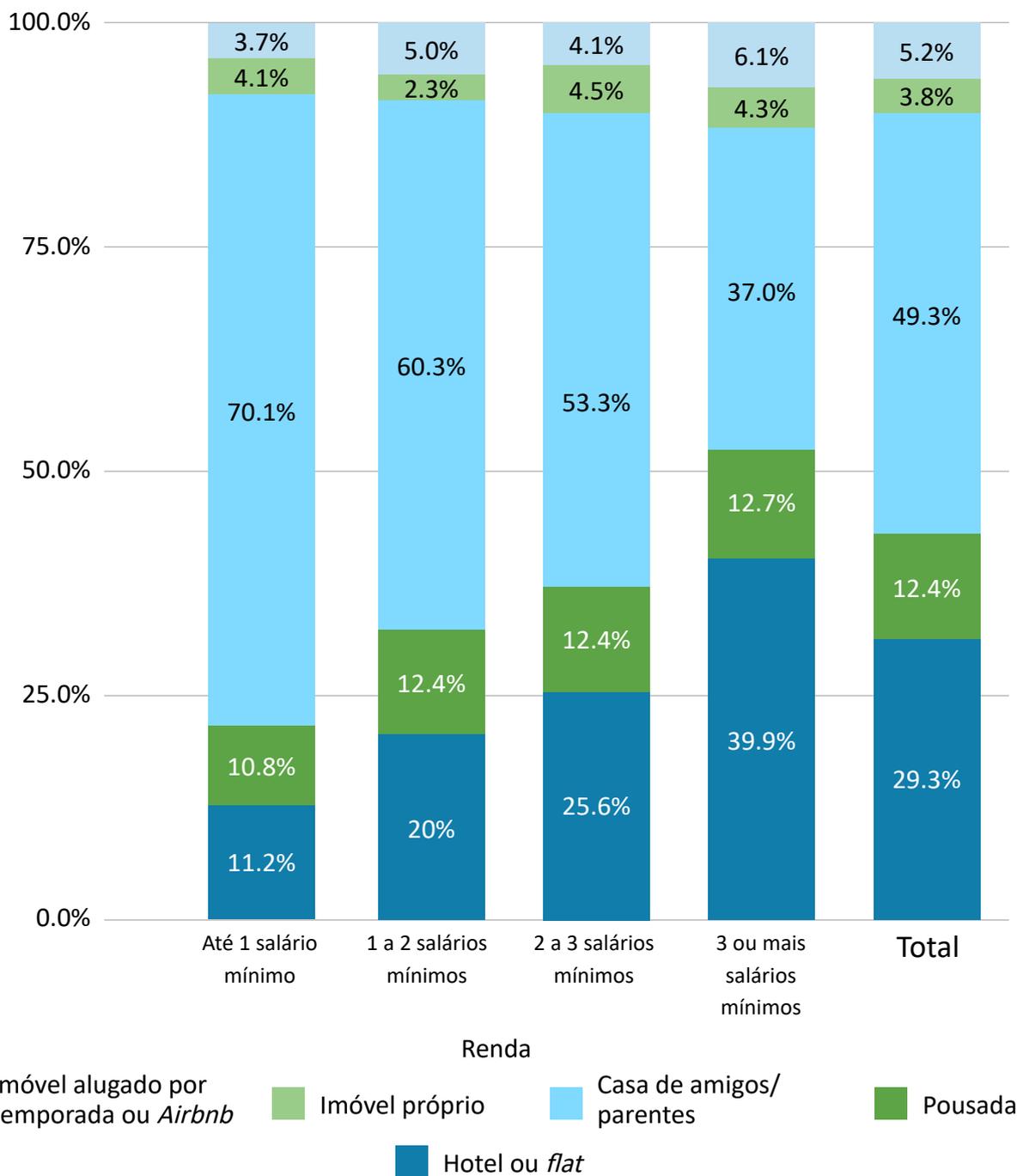
Figura 50. Principal meio de hospedagem utilizado.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

Pode-se observar, pela Figura 51, o tipo de hospedagem utilizado conforme a faixa de renda do respondente. De cada dez moradores que recebem até um salário-mínimo, sete hospedam-se na casa de parentes e amigos, e apenas um se hospeda em hotel, *flat* ou pousada. Por outro lado, entre os que recebem três ou mais salários, a proporção é bastante diferente: a cada dez pessoas, quatro hospedam-se em hotel ou *flat*, também quatro ficam na casa de amigos/parentes e apenas uma contrata os serviços de pousadas.

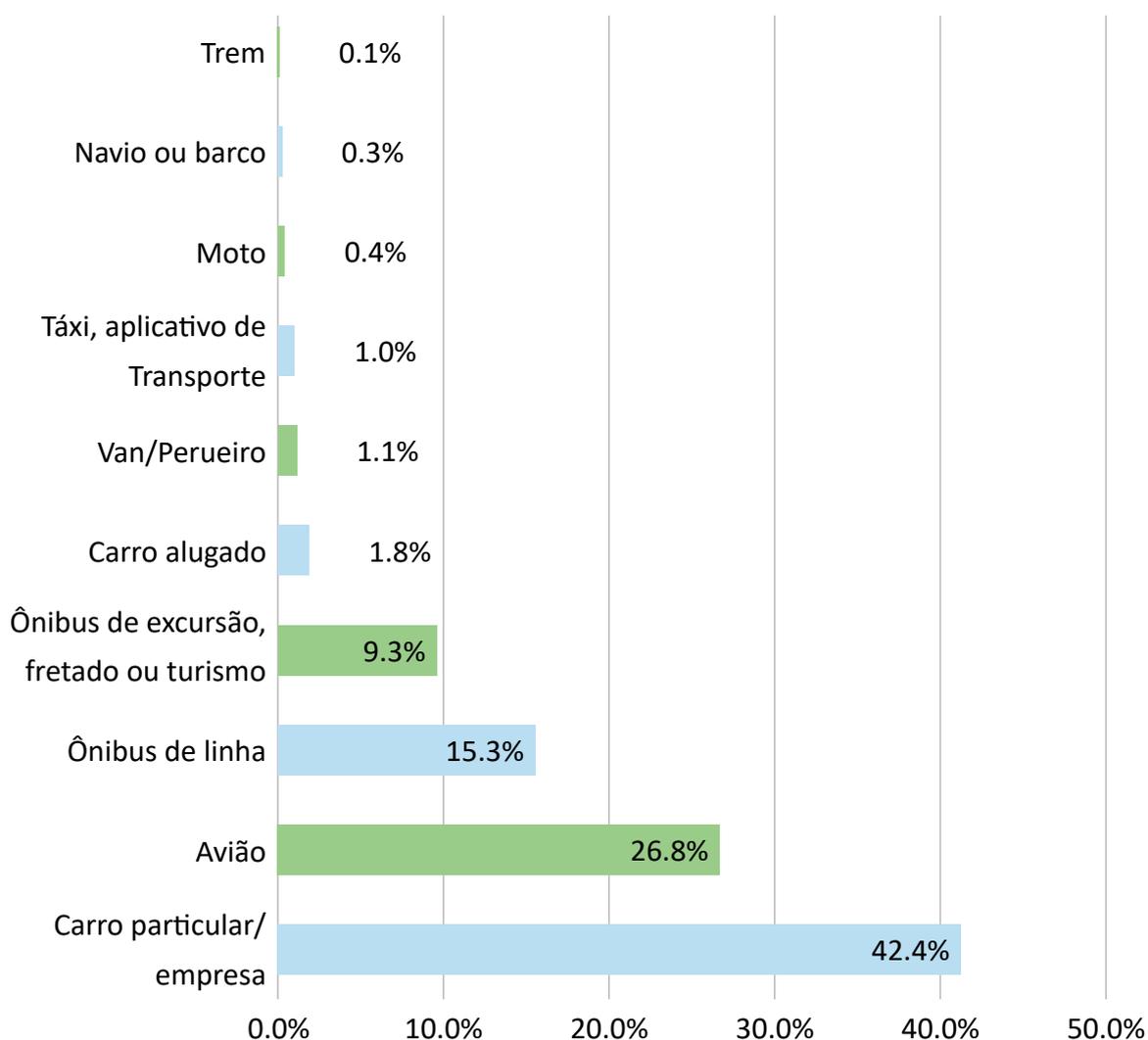
Figura 51. Tipo de Hospedagem utilizado conforme a faixa de renda.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

Na Figura 52, vê-se que a maioria das viagens é realizada através de carro particular/ empresa (42%), seguida por avião (27%), ônibus de linha (15,3%) e ônibus de excursão, fretado ou turismo (9%).

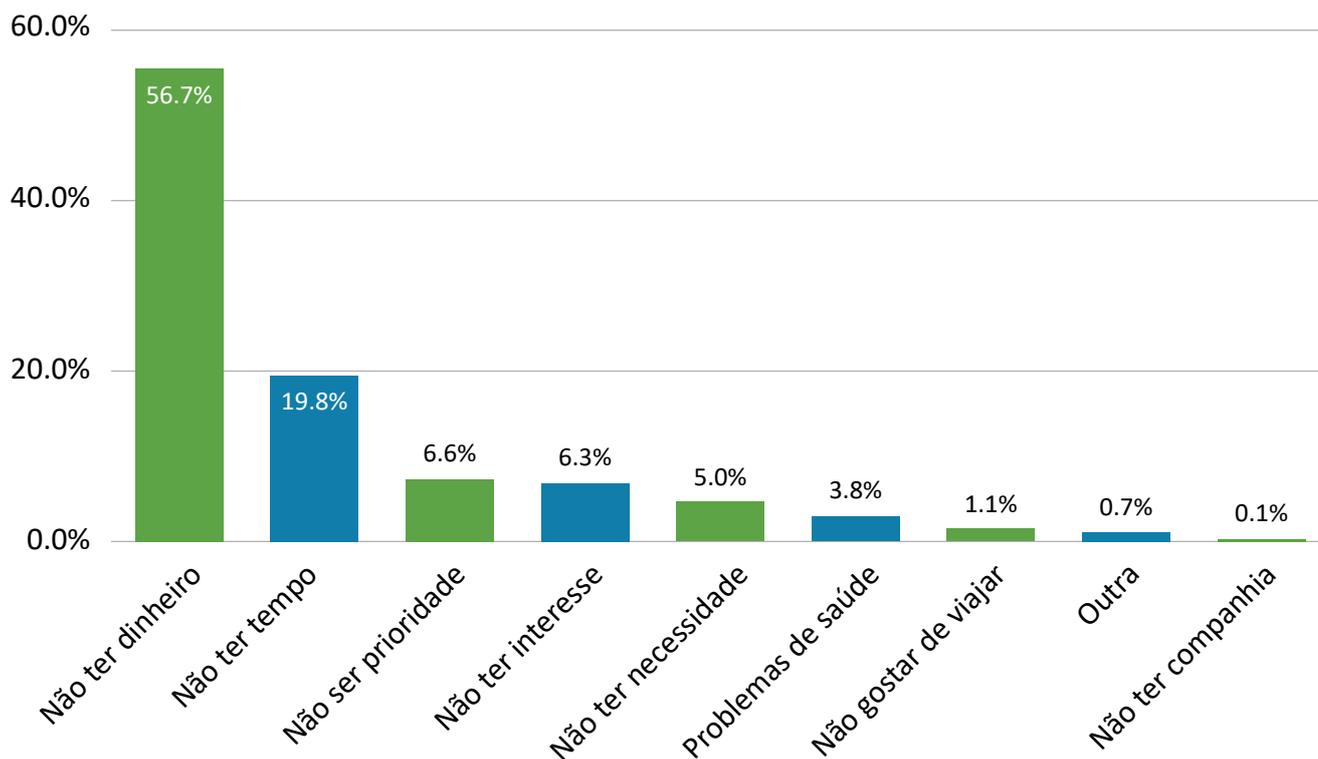
Figura 52. Principal meio de transporte utilizado para chegar ao destino.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

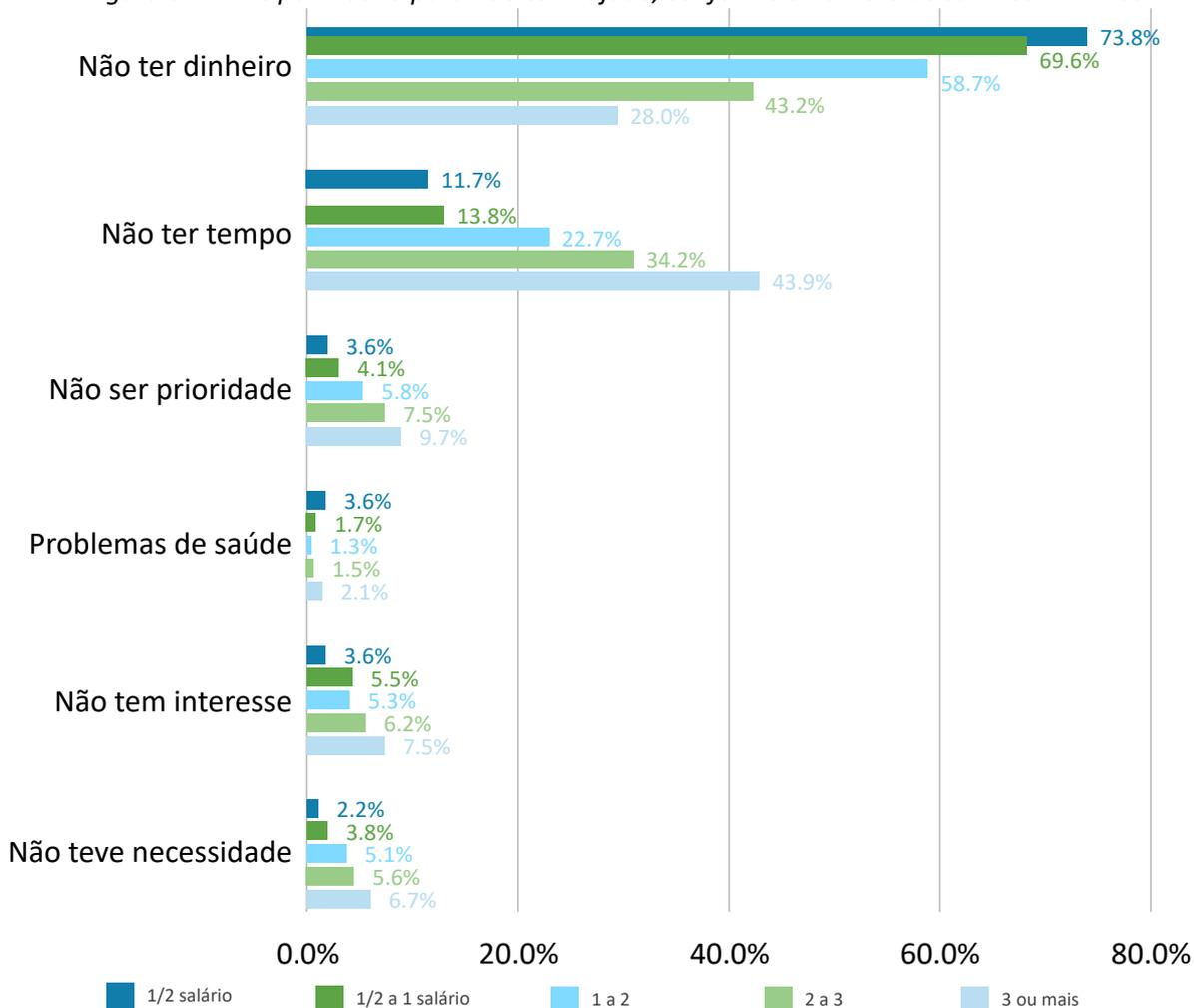
O principal motivo indicado pelas pessoas que informaram não ter viajado em 2019 é a 'falta de dinheiro', em primeiro lugar, somando 56,7% das respostas e, em segundo lugar, a 'falta de tempo' (19,8%), dentre outros motivos (ver Figura 53). Entretanto, como mostra a Figura 54, essas duas respostas variam consideravelmente segundo a renda do respondente. Em síntese, para pessoas que auferem renda de até três salários-mínimos, o principal motivo para não viajar é 'falta de dinheiro' e, em segundo lugar, a 'falta de tempo'. Contudo, para aqueles que recebem três ou mais salários mínimos, a relação se inverte e 'falta de tempo' se torna o principal motivo para não viajar, ao passo que a 'falta de dinheiro' vai para o segundo lugar.

Figura 53. Principal motivo para não ter viajado.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

Figura 54. Principal motivo para não ter viajado, conforme o número de salários mínimos.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD, 2019. Elaboração própria.

As Figuras 53 e 54 evidenciam aspectos há muito conhecidos relacionados à atividade turística, sobretudo àquela realizada por motivação vinculada ao lazer, e aos fatores que incidem sobre ela, como a disponibilidade de tempo livre e de renda. O tempo livre é o tempo disponível fora do tempo de trabalho, uma vez que as obrigações e necessidades básicas dos indivíduos foram atendidas, e que pode ser utilizado para o turismo, à recreação ou com outra finalidade.

Embora importantes ao desenvolvimento cultural e social dos indivíduos, o lazer e o turismo não são compreendidos como “bens” de primeira necessidade. De modo que se faz necessária a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e a existência de um valor excedente de sua remuneração para a prática do turismo ou outras atividades de lazer. Os dados mostram que mesmo para as pessoas que informaram receber três salários mínimos ou mais, a falta de dinheiro apresentou respostas expressivas (28%).



6

Considerações Finais

Paraty



Transatlântico

Relevo



Parapente



A pandemia da Covid-19 impactou profundamente a economia no estado do Rio de Janeiro, sobretudo os setores turístico e cultural, como exposto pelo *Relatório de Impacto da Pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil*, publicado pelo Ministério do Turismo^{xxiii}. A previsão e expectativa de recuperação destes setores é somente para o ano de 2023.

Constata-se que, em decorrência da paralisação do turismo internacional e do arrefecimento do turismo doméstico no Brasil, o ano de 2020 apresenta dados de fluxos turísticos e gastos com turismo que rompem com os padrões identificados pelas séries históricas disponibilizadas pelo Ministério do Turismo via *Anuário Estatístico do Turismo*, nas edições 2020^{xxv} e 2021ⁱⁱⁱ; e pela pesquisa anual realizada pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo. Desse modo, o Rio de Janeiro, que durante a última década esteve em segundo lugar no recebimento de turistas internacionais, em 2020 sofreu notoriamente, caindo para a terceira posição atrás dos estados de São Paulo (1º lugar) e Rio Grande do Sul (que subiu da terceira para a segunda posição).

No que tange à motivação das viagens, a nível internacional e doméstico, o lazer figura-se como o principal propulsor das viagens, seguido pelas viagens de cunho profissional. Em relação aos turistas residentes no estado do Rio de Janeiro, constata-se que majoritariamente esses realizam viagens em grupos (de três a cinco pessoas) ou em casal (duas pessoas), pernoitando de duas a três noites na casa de amigos/parentes ou hotel ou *flat*. Percebe-se, contudo, o efeito da renda e da disponibilidade de tempo como fator condicionante (limitador ou impeditivo) das viagens realizadas por residentes do Rio de Janeiro no próprio estado ou para outros destinos.

Os dados referentes à ocupação nas Atividades Características do Turismo, mediante os vínculos ativos na Relação Anual de Informações Sociais e no saldo de movimentação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, apresentam um cenário de queda brusca no número de ocupações e de saldo de movimentação negativo. A queda no número de ocupações, mediante os vínculos ativos na RAIS, variou, entre 2019 e 2020, em -20,93% em agências de viagem, -20,63% em alojamento, -19,13% em alimentação, -18,91% em transporte aéreo, -16,98% em cultura e lazer, -13,52% em transporte terrestre, -11,86% em aluguel de transporte e -7,81% transporte aquaviário. Já no CAGED é possível verificar que a diferença entre o número de novas contratações e o de profissionais desligados, apresenta um elevado saldo de movimentação negativo para o ano de 2020. Começando com -546 em fevereiro, subindo para -11.921 em março, alcançando o ápice em abril com -20.839 e chegando a -1.847 em agosto, voltando a positivar apenas a partir de setembro.

Em contrapartida, em 2020, o número de estabelecimentos e profissionais com registro no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) cresceu. Quando comparado aos cadastros de 2019, verificou-se, no referido ano, um aumento superior a 100% no número de acampamentos turísticos (categoria predominante na região turística Costa Verde), de 23,35% na quantidade de agências de turismo cadastradas (predominantes na região Metropolitana), 23,8% a mais de meios de hospedagem (categoria que em sua maioria se encontra localizada na Costa do Sol), mais 52,84% de empresas organizadoras de eventos, 80% (equivalente a quatro novos cadastros) de parques temáticos, 24,53% de novos cadastros de transportadoras turísticas, todas categorias concentradas na região Metropolitana. Os únicos prestadores que apresentaram redução no período avaliado foram os guias de turismo (-0,44%).

No entanto, reafirma-se a potencialidade turística do estado do Rio de Janeiro a partir do patrimônio turístico – natural e cultural – de que dispõe em seus 93 municípios, dos quais 83 compõem as regiões turísticas do estado. Com base no patrimônio turístico, brevemente sublinhado, e nos dados e informações sobre as atividades econômicas ligadas ao turismo, os empregos no turismo, o fluxo turístico e o perfil das viagens, acredita-se que há potencial e oportunidades para recuperação e desenvolvimento da atividade turística fluminense, especialmente após os impactos decorrentes da pandemia de Covid-19.

Parte-se do princípio de que o turismo deve ser compreendido como um aliado para o desenvolvimento socioeconômico no e do estado do Rio de Janeiro. Entende-se o desenvolvimento turístico a partir de uma abordagem qualitativa de reafirmação e valorização dos destinos turísticos fluminenses e de transformações positivas na economia, política, cultura, ambiente e sociedade das localidades onde ocorre, onde a dimensão quantitativa - a do crescimento dos fluxos de pessoas e capitais - não é tomada como um objetivo final, mas como consequência da melhoria qualitativa da realidade social a níveis local, regional e estadual.



Serra dos Órgãos- Guapimirim



Referências Consultadas

ⁱMTUR. *Mapa do Turismo 2019-2020*. Brasil: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em 03 de agosto de 2021.

ⁱⁱIBGE. *Cidades e Estados: Rio de Janeiro, 2020*. [Online]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html>>. Acesso em 03 de dezembro de 2021.

ⁱⁱⁱMTUR. *Anuário estatístico de Turismo 2021- volume 48- ano base 2020*. Brasil: Ministério do Turismo, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020_divulgacao-compactado.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

^{iv}UNESCO. *Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea*. [Online]. Disponíveis em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1100>>. Acesso em 3 de dezembro de 2021.

^vUNESCO. *Valongo Wharf Archeological Site*. [Online] Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1548>>. Acesso em 3 de dezembro de 2021.

^{vi}UNESCO. *Paraty and Ilha Grande – Culture and Biodiversity*. [Online]. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1308>>. Acesso em 3 de dezembro de 2021.

^{vii}UNESCO. *Sítio Roberto Burle Marx*. [Online]. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1620>>. Acesso em 3 de dezembro de 2021.

^{viii}INEA. *Biodiversidade e Território, 2021*. [Online]. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/sobre-as-ucs/>>. Acesso em 04 de agosto de 2021.

^{ix}ICMBIO. *SNUC*. [Online]. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>>. Acesso em 04 de agosto de 2021.

^xFERREIR, A. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 324p.

^{xi}TURISRIO. *Mapa das regiões turísticas*. In: _____. Projetos. [Online]. Disponível em: <<http://www.turisrio.rj.gov.br/projetos.asp>>. Acesso em 08 de agosto de 2021

^{xii}IBGE. *Cidades*. [Online]. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/> >. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

^{xiii}FOGAÇA, I. F; MENDONÇA, T. C. M; COSTA, M. A. M; VIVEIROS, C. T. C. Observatório de Turismo e Lazer na Região Turística Baixada Verde: Experiência e Resultados. *Caderno Virtual de Turismo*. vol. 20, núm. 1, 2020.

^{xiv}SESC. *Caminhos da Mata*. [Online]. Disponível em: <<https://www.sescrj.org.br/noticias/turismo-social/caminhos-da-mata/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2022.

^{xv}TOMÉ, M. *A modernidade no Rio de Janeiro: construção de um cenário para o turismo*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.

^{xvi}COOPER, C. FLETCHER, J; WANHILL, S; GILBERT, D; SHEPERD, R. *Turismo, princípios e práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

^{xvii}MTUR. *Manual de orientações para cadastramento dos prestadores de serviços turísticos no Ministério do Turismo*. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

^{xviii}MTUR. *Glossário do Turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos*. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

^{xix}MTUR. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

^{xx}MTUR. *Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014*. Disponível em: <<http://antigo.turismo.gov.br/portaria-n-27-de-30-de-janeiro-de-2014>>. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

^{xxi}WTTC. *Economic Impact Report*. [Online] 2021. Disponível em: <<https://wtcc.org/Research/Economic-Impact>>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

^{xxii}IPEA. *Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho do Setor de Turismo no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

^{xxiii}MTUR. *Relatório de impacto da pandemia covid-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil*. Brasil: Ministério do Turismo, 2020.

^{xxiv}TCE. *Estudos socioeconômicos - Municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2018: diagnóstico do turismo fluminense*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/tce-rj/docs/turismo_versao_igr>. Acesso em 2 de agosto de 2021.

^{xxv}MTUR. *Anuário estatístico de Turismo - volume 47 - ano base 2019*. Brasil: Ministério do Turismo, 2020.

^{xxvi}IBGE. *PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28243&t=sobre>>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.